

**MARIA MANUELA DIAS FERNANDES**

# FECHADOS NO SILÊNCIO<sup>A</sup>

OS SEM ABRIGO



FOTO: JOÃO PÁDUA 2004

**Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais**

**Orientado pela Prof. Doutora Luísa Ferreira da Silva**

**UNIVERSIDADE ABERTA - PORTO**

**2006**



*O estímulo para a realização de uma investigação académica surgiu há longa data, paradoxalmente numa altura em que ainda não tinha encontrado espaço e tempo para a realização da mesma. O permanente envolvimento e a partilha com muitos que me acompanharam num percurso profissional sedimentado por muitas interrogações quanto ao que saber, para melhor fazer, no sentido de minimizar os processos de estigmatização e exclusão de indivíduos em situações de confronto com a Justiça (questões, na altura, balizadas e enquadradas no contexto e nos objectivos de um organismo auxiliar da administração da justiça), foi o impulsionador para que, anos volvidos, me encontre a escrever estas palavras de agradecimento. Um muito obrigada a todos, principalmente a quem já não o posso fazer pessoalmente.*

*O conhecimento e a experiência partilhada/repartida por quem também já trilhou este caminho deu-me o ânimo e a força necessária para enfrentar este desafio. Também, e acima de tudo, a sua contínua disponibilidade e a permanente paciência que teve para acompanhar as minhas (des)motivações, permitiu que alcançasse o objectivo a que me tinha proposto. Paula, desta amiga incorrigível, um sincero e profundo reconhecimento pela tua contribuição.*

*A colegas, como a Carlota e como a Manuela, os diálogos corridos e sem margens, as pequenas mas também importantes reflexões.*

*À Fernanda, à Luisa, à Zita, ao Jaime e ao Arménio que com diferentes disponibilidades me ajudaram a ultrapassar alguns obstáculos.*

*Aos colegas de Mestrado, especialmente àqueles que continuamente privilegiam o mútuo convívio que, com profundo espírito de partilha e solidariedade, não permitiram um*

*indesejável esmorecimento. Mas, um obrigada especial à Cristina, que nas muitas horas de discussão partilhadas, me ajudou a encontrar caminhos para este trabalho.*

*Ao sentido apoio por parte do Centro de Documentação da Universidade Aberta, na pessoa da Dra. Ana Maria que, com oportunidade, me sugeria novos livros, novas leituras.*

*Aos responsáveis hierárquicos do Instituto de Reinserção Social pelas facilidades concedidas. A todas as colegas da equipa pela compreensão demonstrada.*

*E a todos os outros que com uma maior ou menor participação contribuíram para a realização desta Tese de Mestrado, também o meu obrigada.*

*À Professora Luísa Ferreira da Silva que, com o seu apoio, o seu acompanhamento, as suas sugestões, permitiu a efectiva realização deste trabalho.*

*Por fim, o meu muito obrigada a todos aqueles que, fechados nos seus silêncios, abriram um pouco dos seus mundos interiores e me deixaram penetrar nos mesmos.*

## RESUMO

O fenómeno dos sem-abrigo, tal como se apresenta hoje na sociedade portuguesa, pode ser considerado muito recente. As características da população que pede nas ruas ou que nas mesmas pernoita, alteraram-se na última década. Com frequência nos cruzamos com pessoas dos dois sexos, de diferentes idades e etnias, estrangeiros que mal sabem falar português e que recorrem à mendicidade ou ao desenvolvimento de pequenas tarefas (arrumar carros ou lavar os vidros pára-brisas) para angariar uma pequena verba pecuniária.

A visibilidade deste problema social contribuiu para que se olhasse para o mesmo, de uma nova forma, procurando-se a sua compreensão no desenvolvimento sócio-económico da sociedade, na incapacidade de se gerarem mecanismos preventivos da situação de sem-abrigo. Ou seja, a responsabilidade individual, por doença ou ociosidade, normalmente atribuída a quem pedia uma esmola, foi diluída numa compreensão mais alargada do problema, dando-se ênfase a factores estruturais, como o desemprego, as baixas pensões e reformas, os baixos salários, as rupturas relacionais e simbólicas.

Pretendemos com este estudo, de carácter qualitativo e intensivo, dar voz a quem sobrevive em condições tão pouco dignas, para quem o exercício de cidadania, a assunção de direitos sociais, políticos e civis, se encontra arredado do seu quotidiano. Procurámos que os sem-abrigo expusessem a forma como percebem o real, real este tradutor das suas vivências, das suas crenças, das suas aspirações. Realizámos entrevistas a indivíduos sem-abrigo que se encontravam em espaços públicos, abordámo-los directamente em jardins, praças e ruas da cidade do Porto.

## ABSTRACT

The homeless phenomenon, as it is presented in today's Portuguese society, can be considered fairly recent. The characteristics of the population that begs or sleeps in the streets have been modified in the last decade. We frequently come across people from both sexes, of different ages and ethnicities, foreigners that barely speak Portuguese and that resort to mendicancy or to small tasks (assisting to park cars or wash windshields) to collect a small pecuniary amount.

The visibility of this social problem contributed to a change in approach, one that seeks its understanding in the socio-economic development of society and in the incapacity of creating mechanisms that prevent the homeless situation. In other words, the individual responsibility, due to disease or idleness, usually attributed to those who beg, has been diluted in a broader understanding of the homeless problem, emphasizing structural factors, such as unemployment, low pensions and retirement funds, low salaries, and symbolic and relational ruptures.

With this study of qualitative and intensive nature we aim to give a voice to those surviving in such undignified conditions, from whom the practice of citizenship, the assumption of social, political and civil rights, is removed in their daily life. Our objective was to let the homeless express their perception of reality, a reality translating their way of life, their beliefs, their aspirations. We interviewed homeless individuals that were present in public spaces, approaching them directly in gardens, squares, and streets of Porto.

## RESUME

Le fait social des sans-abri, tel qu'il se présente aujourd'hui dans la société portugaise, peut être considéré un phénomène très récent. Les caractéristiques de la population qui mendie ou qui dort dans les rues ont changé pendant la dernière décennie. Nous croisons fréquemment des gens de l'un ou l'autre sexe, d'âges et d'ethnies différents, des étrangers qui savent à peine parler portugais et qui recourent à la mendicité ou à la réalisation de petites tâches (trouver une place de stationnement pour les voitures ou laver les pare-brise) afin de gagner un peu d'argent.

La visibilité de ce problème social a contribué à ce qu'on l'envisage sous un angle nouveau et à ce qu'on le conçoive dans le cadre du développement socio-économique de la société, de l'incapacité à gérer des mécanismes de prévention de la situation des sans-abri. En d'autres termes, la responsabilité individuelle qu'on attribuait jusqu'alors aux mendiants (pour cause de maladie ou d'oisiveté) s'est diluée dans un problème qu'on envisage désormais dans un cadre de compréhension plus large, mettant l'accent sur des facteurs structurels comme le chômage, les basses pensions et salaires, les ruptures relationnelles et symboliques.

Cette étude, à caractère qualitatif et intensif, vise à donner voix à ceux qui survivent dans des conditions si peu dignes et pour qui l'exercice de la citoyenneté, l'assomption des droits sociaux, politiques et civils, est écarté de leur quotidien. Nous exposons comment les sans-abris perçoivent la réalité; réalité qui traduit leur mode de vie, leurs croyances et leurs aspirations. Nous avons interviewé des sans-abri dans des espaces publics, parcs, places et rues de la ville de Porto.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	3
I. AS DIFERENTES NOÇÕES – EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....	7
1. Só uma questão terminológica?.....	7
1.1. Caminhos legislativos em Portugal.....	7
1.1.1. A visão punitiva – um fenómeno individual .....	7
1.1.2. A despenalização – O reconhecimento da pobreza como fenómeno estrutural .....	9
II. CONTRIBUTOS PARA A COMPREENSÃO DO PROBLEMA.....	14
1. O que diz a bibliografia sobre os sem-abrigo .....	14
1.1. Bibliografia portuguesa .....	14
1.2. Bibliografia estrangeira .....	31
1.3. Conciso paralelismo.....	49
III. QUADRO CONCEPTUAL DE REFERÊNCIA.....	54
1. Pobreza e Exclusão .....	54
1.1. A Pobreza .....	54
1.2. A Exclusão Social .....	58
2. Identidade Social e Representação Social .....	63
2. 1. Identidade Social.....	64
2. 2. Representação Social.....	71
IV. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO .....	74
1. Premissas e objectivos.....	74
2. A Metodologia .....	76
3. A Amostra e as Entrevistas.....	83
4. A Experiência do Terreno.....	85
V. DADOS DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.....	90
1. Caracterização sociodemográfica.....	90
2. Leituras analíticas .....	93
2.1. As trajectórias individuais .....	94
2.2. Os locais de pernoita .....	107
2.3. O tempo na situação .....	111
2.4. Um quotidiano estruturado.....	113
2.5. As estratégias de sobrevivência .....	120
2.6. As redes de sociabilidade .....	133



2.7. A percepção do tempo.....	139
2.7.1. O passado .....	139
2.7.2. O presente.....	142
2.7.3. O futuro.....	143
2.8. A identidade .....	146
2.9. Em síntese... ..	154
VI. REFLEXÕES FINAIS.....	156
BIBLIOGRAFIA E SÍTIOS CONSULTADOS.....	159

## INTRODUÇÃO

Até há alguns anos a esta parte, convivemos de forma mais ou menos pacífica e compreensiva com pessoas que nos abordavam na rua para pedir uma *esmolinha para o pobrezinho ou para o ceguinho*. A assunção de uma atitude caritativa foi alimentada, durante muito tempo, por um poder político que, decorrente, por um lado, da visibilidade do fenómeno nas vilas e cidades do país e, por outro, da incapacidade de o encobrir, apesar das disposições legais nesse sentido, transmitia a noção da inevitabilidade do mendigar por parte daqueles que eram considerados incapazes de providenciar ao seu sustento. Dar uma esmola correspondia e, por que não dizer, corresponde, ainda, a um acto expiatório, também altruísta, mas, acima de tudo, mediador entre uma má consciência e o apaziguamento dessa mesma consciência.

Contudo, nos passados anos 80/90 passámos a olhar as pessoas que permaneciam e pernoitavam nas ruas com uma certa incredulidade. Ao tradicional pedinte juntaram-se muitos outros: crianças, jovens, velhos e mulheres, muitos deles estrangeiros, ostentando ou não deficiências físicas, estendendo simplesmente e muitas das vezes silenciosamente a mão, ou desenvolvendo pequenas tarefas com o intuito de auferir uma pequena retribuição. Ao pacífico convívio com uma população facilmente tolerada, porque também certamente ignorada, opõe-se uma certa intranquilidade pelo confronto com um fenómeno tão díspar na sua aparência, e de difícil compreensão.

É neste contexto que o termo sem-abrigo, utilizado já na Europa há mais de duas décadas, entra, então, através dos investigadores sociais, na fraseologia portuguesa, por se ter passado a encarar o problema essencialmente numa dimensão social e estrutural, com causalidades no desenvolvimento sócio-económico e cultural do país e já não numa perspectiva individualista e moralista (incapacidade para providenciar ao sustento ou decorrente de uma atitude de preguiça e ociosidade). O termo sem-abrigo foca o problema na falta de habitação, na falta de um lar, mas o seu sentido pode e deve ser visto no enquadramento mais ampliado que é o da pobreza e exclusão. Ou seja, o

problema de falta de habitação emerge como corolário de um processo de rupturas, sejam elas económicas, por falta de meios de subsistência e de emprego, sejam elas por rupturas afectivas e familiares, ou ainda de âmbito simbólico e territorial. (Costa, 1998). A responsabilidade individual, transmitida por conceitos como vadio, mendigo, pedinte, dá lugar a uma responsabilidade colectiva/social. Sem esquecer que condições muito particulares, como uma situação de doença psiquiátrica, poderão despoletar uma situação de sem-abrigo (Bento e Barreto, 2002), pode-se falar de uma deslocação da causalidade, isto é, os problemas estruturais encontram-se na génese da vivência de situações de sem-abrigo.

Quem atravessa diariamente algumas ruas do Porto, mais precisamente a Rua de Sta Catarina, é abordado de forma contínua e mesmo aturdida, por diferentes pessoas, que não permitem ser ignoradas. *“La visibilité accrue des SDF s’explique d’abord par une présence physique d’un nombre plus important de personnes qui font une utilisation particulière de l’espace public”* (Damon e Firdion, 1996 : 374). Deste confronto, desta constatação, surgiu-nos a vontade de realizar um trabalho de investigação sobre a população sem-abrigo, trabalho que se constituísse sobretudo como um esforço de descoberta de uma realidade da qual nos encontramos tão distantes, apesar de tão próxima do nosso quotidiano e do nosso espaço físico e social. Por outro lado, o contacto e a interacção com uma população, que pela sua condição sócio-económica e cultural desfavorecida se constitui como o objecto privilegiado da nossa acção, enquanto profissional de um organismo dependente do Ministério da Justiça com intervenção social, permitiu que nos apercebêssemos que aquela população vivencia diferentes problemas sociais, podendo um desses problemas ser o de se encontrar na situação de sem-abrigo.

Na revisão bibliográfica efectuada, constatámos ser o próprio conceito sem-abrigo alvo de permanente reflexão por parte dos investigadores, pela dificuldade encontrada de o limitar ou de o objectivar. Atribuir um significado ao fenómeno só pela sua simples descrição - não ter casa - já não permite a compreensão do mesmo. Surgem definições que tendem a apoiar-se nos processos subjacentes à situação de sem-abrigo, com apontamento de causalidades, com uma complexidade superior a uma simples

descrição. Os diversos quadros conceptuais e os objectivos de quem se encontra implicado na compreensão do fenómeno, determinam entendimentos cada vez mais abrangentes. A definição utilizada por Gerald Daly (1996) em que ser sem-abrigo é uma situação transitória, complexa e esquiva, predominantemente relacional, revela que o enquadramento da análise do fenómeno e conseqüentemente a sua definição se deslocou de entendimentos meramente situacionais e descritivos, para uma compreensão macro do problema. No entanto, operacionalizar um conceito abrangente e definir estratégias de intervenção em função desse conceito adoptado, é uma tarefa muito difícil, pelo que os diversos cientistas sociais tendem a sedimentar as suas reflexões com base na premissa da ausência de uma habitação.

Nesta sequência, enquadram-se, para nós, na definição de sem-abrigo todos aqueles que pernoitam na rua ou em espaços alternativos de carácter provisório (equipamentos residenciais dependentes de Instituições de Solidariedade Social, quartos em pensões subsidiados pela Segurança Social ou ainda os que pernoitam em edifícios abandonados, carros ou outros). Mas o conceito que adoptamos neste nosso estudo acolhe uma percepção multidimensional e cumulativa de problemas sociais que são vivenciados pelos indivíduos, tanto numa perspectiva sincrónica como diacrónica, abrangendo, assim, a ausência de meios de subsistência e a privação de relações privilegiadas de sociabilidade, decorrentes de sucessivas rupturas relacionais. Esta definição baseou-se no conceito adoptado por Manuel Pimenta (1992).

Partimos do conceito por nós adoptado, para a definição do objectivo central do nosso estudo, que é o de aceder aos significados das vivências dos sem-abrigo, no sentido de perceber como os próprios sentem e vêem o que os rodeia (objectos, pessoas, sentimentos), perceber igualmente as suas lógicas de vida, os seus interesses e como entendem a relação nós/eles e eles/nós.

Para atingirmos este objectivo, utilizámos uma metodologia qualitativa que privilegia o conhecimento da população inserida no seu contexto, procurando-se uma maior aproximação à realidade do quotidiano. E, para se obter a informação, os dados fundamentais, accionámos algumas técnicas de investigação, nomeadamente a

observação directa que permite aceder às condutas instituídas, mantendo no anonimato o observador. Empregámos, acima de tudo, a técnica da entrevista semi-directiva, entrevista que permite colher as diversidades de trajectórias de vida e a forma como são sentidas e vividas as diferentes experiências dos entrevistados. Tentámos o recurso à amostragem em bola de neve, técnica que não se mostrou exequível e que acabou por ser substituída por contactos directos e aleatórios com os sem-abrigo, que observávamos nos espaços públicos.

Este trabalho encontra-se subdividido em duas grandes áreas, uma primeira de carácter teórica e outra que resulta da pesquisa empírica.

Na primeira área realizamos uma breve incursão sobre o passado histórico do conceito em Portugal, a sua dependência do contexto político-social e as medidas legislativas adoptadas, primeiro em função de uma visão punitiva e, posteriormente, na perspectiva da despenalização. Na mesma área encontram-se tratadas as questões de ordem teórica, em que se enquadram reflexões sobre a pobreza e a exclusão e ainda sobre a identidade e a representação social. Identificamos estes conceitos por considerarmos serem os orientadores teóricos da nossa pesquisa empírica. Ainda nesta área teórica apresentamos as conclusões sobre a revisão bibliográfica efectuada, por as mesmas se constituírem como uma bússola para o trabalho empírico.

A segunda área pode ser subdividida em duas partes. A primeira traduz as premissas e os objectivos do trabalho, a metodologia seguida e as técnicas utilizadas para a recolha dos dados. A segunda parte apresenta elementos sobre a caracterização sociodemográfica dos entrevistados e a análise das informações recolhidas através das entrevistas realizadas. Esta análise incide sobre domínios que consideramos exprimirem com maior significado as dimensões dos objectivos do nosso estudo.

Por fim, realizamos algumas considerações finais, tentando apresentar contributos para reflexões futuras. O conhecimento adquirido poderá contribuir para a implementação de processos mais dignificantes e eficazes da participação de todos, ou seja, dos sem-abrigo e da sociedade envolvente.

## I. AS DIFERENTES NOÇÕES – EVOLUÇÃO HISTÓRICA

### 1. Só uma questão terminológica?

Ao longo dos tempos, verificou-se a adopção de diferentes terminologias, com sentidos por vezes equivalentes, outras vezes paralelos, para designar uma população que recorria e ainda recorre ao donativo pecuniário como principal forma de subsistência. Esta população, actualmente denominada em Portugal como “Sem-Abrigo”, foi chamada de indigente, pedinte, vagabunda, mendiga ou ociosa, durante vários séculos, e como sinónimo de estigma social. As diferentes noções deste fenómeno social foram sendo consolidadas por disposições legais com o objectivo da sua legitimação. Em Portugal, desde o séc. XIII, pode-se fazer um paralelismo entre os conceitos adoptados, a produção legal sobre o problema e o sistema político e económico dominante.

#### 1.1. Caminhos legislativos em Portugal

##### 1.1.1. A visão punitiva – um fenómeno individual

A visão punitiva/repressiva da mendicidade, da ociosidade e da vagabundagem foi consolidada na vigência do Estado Novo, embora tenha as suas raízes em disposições legais vigentes desde o século XIII. “*Em Portugal, a legislação sobre o fenómeno da vagabundagem e da mendicidade remonta ao reinado de D. Afonso II (1211), havendo posteriormente sucessivas medidas legislativas sobre o assunto [...]. Mais tarde, as Ordenações Afonsinas (1446) e as Ordenações Manuelinas (1521) insistem nas medidas repressivas (Soeiro, 1960)*” (Pimenta, 1992: 159).

Não obstante a existência dos múltiplos dispositivos legais que reprimiam os elementos da população que, sem meios de subsistência próprios, erravam pelas ruas das aldeias, vilas e cidades pedindo uma esmola, a sociedade tolerava a mendicidade protagonizada por parte de alguns daqueles elementos, existindo por parte da própria legislação

permissividade quanto ao acto de esmolar. Para esse efeito, a legislação, imbuída de uma perspectiva causal individual, subdividia os chamados pedintes em dois grupos: os mendigos e os vagabundos. Àqueles (mendigos) era-lhes permitido viverem da esmola, do pedir, pois eram considerados incapazes de desenvolver um trabalho, por razões de idade, de doença e/ou de deformidade física. Aos outros, os vadios, considerados ociosos, pois podendo trabalhar, só não o faziam por não quererem, eram aplicadas diversas punições, que iam desde os castigos físicos à prisão, passando pelo trabalho compulsivo. O Código Penal de 1852 punia a vadiagem, assim como o que considerava falsa mendicidade, aplicando uma pena de 6 meses de prisão, ficando o condenado sob a responsabilidade do governo e sendo obrigado a trabalhar.

Durante o Estado Novo, foram publicados diversos diplomas legais com intenções punitivas. “A ruptura legislativa instalou-se com o decreto-lei n.º 19 687 de 4 de Maio de 1931, regulando a «repressão da mendicidade nas ruas e lugares públicos» e, posteriormente, com o decreto-lei n.º 30 389 de 20 de Abril de 1940, que determinava «que em todas as cidades sedes de distrito» fossem criados, na dependência dos comandos distritais da Polícia de Segurança Pública, albergues destinados a prevenir e a reprimir a mendicidade em todo o país” (Bastos, 1997: 52). Nesta sequência foi criado em 1935 o célebre Albergue da Mitra, que albergava/aprisionava muitos daqueles que eram retirados da rua, à força, pela Polícia de Segurança Pública. Pimenta (1992) realça que as medidas repressivas, ao preocuparem-se com a imagem civilizacional do país, pretendiam esconder o fenómeno, em detrimento do seu combate. Paradoxalmente, o Estado Novo promovia uma visão caritativa, apelando aos sentimentos e práticas cristãs da dádiva à esmola, como reparação dos males e pecados cometidos. Como exemplo, em 1935 é lançada pela União Nacional a “*Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno*”. Deste modo, a visão punitiva e a visão caritativa vão coexistindo. “Num contexto em que a assistência social era limitadíssima, a mendicidade constituía uma alternativa, frequente e tradicionalmente tolerada, para a velhice de uma grande parte dos trabalhadores pobres” (Bastos, 1997: 62). O apelo à compaixão pelo próximo não é alheio ao número significativo de pessoas que chega às grandes cidades, concretamente a Lisboa, provenientes das zonas rurais e destituídas de quaisquer rendimentos ou recursos. “As condições objectivas de existência empurravam as pessoas do campo

*para a cidade, não na «miragem da ociosidade» mas na miragem de trabalho e de melhores condições de vida que o processo de industrialização parecia prometer. A miséria rural em muitos casos deu lugar a uma miséria urbana, onde a falta de solidariedade de vizinhança, própria dos meios rurais, atirou muitos para a indigência e para a mendicidade” (Pimenta, 1992: 18).*

#### 1.1.2. A despenalização – O reconhecimento da pobreza como fenómeno estrutural

Após Abril de 1974, com a instauração do regime político democrático e com o surgimento de preocupações com o bem estar social da população, com a necessidade de implementação de medidas asseguradoras da igualdade de oportunidades, verificou-se uma ruptura com as concepções mutualistas de protecção social vigentes até então. *“O projecto de construção de um sistema integrado de segurança social, composto de duas áreas – a assistência e a previdência – toma novo fôlego num contexto de expansão programaticamente definida da protecção social. [...] Em Fevereiro de 1975, o Programa de Política Económica e Social enuncia os objectivos a alcançar no campo da repartição de rendimentos e propõe-se a eliminação de formas extremas de pobreza, através da garantia de um mínimo social” (Rodrigues, 2002:268).*

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 365/76, a mendicidade passou a ser vista, na sua essência, sob uma perspectiva estrutural, assumindo-se como principais causalidades do problema o desenvolvimento sócio-económico e cultural do país. Deste modo, a legislação, adoptando novas perspectivas de causalidade, com a assunção por parte da sociedade da responsabilidade pela existência e emergência do fenómeno, eliminou a perspectiva punitiva até aí então existente, extinguindo o Serviço de Repressão à Mendicidade criado em 1960, bem como o Albergue da Mitra. Em 1976, o legislador, para além de pôr fim às medidas punitivas direccionadas para a população considerada mendiga, procurou que fosse criada *“uma rede de serviços de acolhimento e triagem com vista ao encaminhamento dos utentes para as soluções adequadas” (Pimenta, 1992: 18),* como forma de potencializar o aparecimento de respostas alternativas e que tivessem em conta o aspecto preventivo, actuando nas causas, nas raízes da situação e, ainda, que actuassem ao nível da consciencialização da população alvo.



Com efeito, Portugal tentou implementar, após Abril de 1974, medidas efectivas no âmbito das políticas sociais, verificando-se nessa altura um aumento na despesa pública com as despesas sociais. Mas os objectivos traçados foram de difícil aplicação num contexto histórico marcado por necessidades de integração de Portugal na Europa e pelos compromissos que o país assumiu com organizações internacionais, privilegiando outros interesses e objectivos. A tentativa de edificação de um Estado-Providência à semelhança do que tinha vigorado até então na Europa, com preocupações de consolidação de um sistema de protecção social, com o reconhecimento dos direitos sociais para todos os cidadãos, pouco mais ultrapassou que um plano de intenções. Um Estado com uma intervenção forte no domínio das políticas sociais não foi implementado em Portugal. Assistiu-se ao que Boaventura de Sousa Santos (2002: 185) denomina de aparecimento de um *quase-Estado-Providência*. Deste modo, a conjectura sócio-política nacional, a crise económica internacional e ainda a permeabilidade à influência dos modelos neoliberais, acabaram por levar o poder político a afastar-se do modelo de bem estar que tentou edificar, não tendo criado estruturas sólidas de apoio, de combate e de erradicação da pobreza. “... desde 1974 e até hoje, mostra que a transição de uma concepção mutualista de protecção social de carácter assistencialista, herdada do Estado Novo, para uma política social pública específica se foi fazendo de uma forma titubeante e acidentada, de acordo com condições políticas variáveis” (Carapinheiro, 2001: 208). O Estado-Providência, que se tentou edificar nos primeiros anos do novo regime, sofreu restrições a partir da década de 80, por forte influência das políticas neoliberais vigentes nos países centrais da Europa. “Este consenso neoliberal entre os países centrais é imposto aos países periféricos e semiperiféricos através do controlo da dívida externa efectuada pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Daí que estas duas instituições sejam consideradas responsáveis pela «globalização da pobreza» (Chossudovsky, 1997). A nova pobreza globalizada não resulta de falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial” (Santos, 2001: 40-41). As políticas sociais passam a ser marcadas por fortes contenções de despesas e pela redução de serviços estatais e ainda pela importância crescente da privatização e contratualização com sectores da sociedade civil. “Enfrenta-se, então, a restrição da intervenção estatal com

*base em procedimentos quer de desvalorização progressiva dos direitos sociais, quer por via de orientações privatizantes (ou de envolvimento do sector privado) na produção de alguns bens e serviços de protecção social” (Rodrigues, 2002: 274).*

Baptista e Costa (2001 b) como correspondentes nacionais do Observatório Europeu dos Sem-Abrigo, organismo dependente da Federação Europeia das Associações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo, FEANTSA, elaboraram um relatório sobre as políticas habitacionais levadas a cabo pelo poder central desde 1974. Referem que não houve um único Governo que não tivesse definido medidas específicas para combater e resolver o problema da falta e da inadequabilidade da habitação, mas, de facto, os sucessivos governos não conseguiram resolver adequadamente o problema habitacional que se revelou como um dos maiores problemas sociais em Portugal. Salientam estes dois investigadores que os governos não conseguem sair de um círculo vicioso: por um lado, as casas no mercado não são acessíveis aos indivíduos e às famílias carenciadas, não considerando a sociedade portuguesa o sector habitacional como alvo prioritário de uma intervenção pública; por outro lado, uma profunda intervenção pública requereria recursos económicos que não existem. *“...the main structural constraints that affect the housing sector in Portugal not only persisted along the terms of government after the 1974 Revolution, but have even survived under the radical ideological, political and social changes that occurred since then. This is particular true for the conditions under which low-income groups have (or not) had access to adequate and affordable housing”* (2001 b: 3-4). No que concerne especificamente aos sem-abrigo, referem os autores que *“Until now, homelessness has only gained the status of an «identified problem», not of «object of concrete initiatives» in the domain of housing policy. There are no integrated proposals, either at the local or at the central level, involving the social area (Ministry of Employment and Social Solidarity, social actions institutes, private institutions of social solidarity, social action departments within the municipalities) and the housing area (Secretary of State of Housing, National Institute for Housing, housing/urban departments within the municipalities)”* (2001 b: 31). *“The analyses of the types of solutions available for this population with regard to housing shows that they tend to be temporary, or indefinitely protected (the case of some forms of shelter for specific groups of women)”* (Baptista e Costa, 2001 b: 31-32).

Depois da integração de Portugal na Comunidade Europeia, é reconhecida a necessidade de uma intervenção organizada e orientada para o combate à pobreza que tinha tomado foros de grande dimensão. Surgem os Programas Europeus Anti-Pobreza que integram diversos projectos de acção local e que, através do conhecimento focalizado nas problemáticas locais, tentam promover novas metodologias e novos modelos de intervenção, em sintonia com as políticas e opções metodológicas internacionais. Contudo, os resultados obtidos ficaram muito aquém das reais necessidades das populações, mantendo-se os grandes níveis de carência e de desigualdade social. *“Assiste-se pois a um reforço da presença estatal com materialização no plano orgânico-financeiro, mas sem que tal corresponda à consolidação de uma estratégia política feita de um corpo de medidas articuladas e afectas por direito aos cidadãos destinatários, para o enfrentamento de necessidades e atenuação das desigualdades sociais”* (Rodrigues, 2002: 287).

A implementação do Rendimento Mínimo Garantido, em 1997, como medida de discriminação positiva, medida de protecção social generalizada, pretendia dar a quem dele pudesse beneficiar, um nível de rendimento considerado como um limiar indispensável para a sobrevivência. Ao abranger todos aqueles que viviam situações de exclusão persistentes, podemos considerar que, embora sem referências objectivas, englobava a população sem-abrigo pelas condições incorporadas. *“Os excluídos são identificados entre aqueles que são rejeitados pelos diversos mercados materiais ou simbólicos e que se encontram em situação de “ruptura dos laços sociais” que ligam o indivíduo à sociedade. Os excluídos não são apenas rejeitados do ponto de vista material (pobreza), físico (por exemplo, racismo) ou geográfico (por exemplo ao nível dos bairros/ghetos), são-no também do ponto de vista simbólico na desinserção dos valores culturais e espirituais”* (Guerra, Chitas, 1998: 5). No entanto, a produção legislativa e as medidas adoptadas de combate à pobreza e à exclusão nunca se referiram especificamente àquela franja de população, privilegiando-a, de alguma forma, como alvo da sua acção. Subjacente à atribuição do Rendimento Mínimo Garantido, encontra-se a necessidade de adesão a um programa de inserção, de adesão a um conjunto de acções com vista à construção de condições facilitadoras do acesso a uma autonomia social e económica. Sendo possível de sinalizar globalmente a ausência

do alcance dos objectivos subsidiários a que se propôs (existem já estudos que apontam para a falta de adesão/compreensão do alcance dos programas de inserção), parece-nos que, focalizando-o na população sem-abrigo, o mesmo não tinha qualquer viabilidade de atingir os objectivos propostos, logo pela dificuldade de aplicação a uma população que não é especificamente discriminada por que possuidora de uma identidade própria.

Continuamos, na entrada deste novo século, a verificar que a par de uma fraca intervenção do Estado no combate à pobreza, existe um especial alheamento governamental com os problemas da população sem-abrigo. A colmatar a ausência e preocupação do poder central com a situação desta população encontra-se o poder local, mas com um poder de intervenção muito limitado, pois medidas activas só têm sido levadas a cabo pela autarquia lisboeta. A sociedade civil intervém também junto desta população, através das tradicionais organizações religiosas ou de organizações não governamentais, prosseguindo objectivos independentes e autónomos, como corolários de princípios de acção obrigatoriamente não vinculativos à promoção de um bem estar geral, à promoção de condições objectivas e subjectivas de reivindicação de melhores condições de vida.

## II. CONTRIBUTOS PARA A COMPREENSÃO DO PROBLEMA

### 1. O que diz a bibliografia sobre os sem-abrigo

#### 1.1. Bibliografia portuguesa

Com o intuito de abordar e enquadrar adequadamente o objecto de estudo, realizámos um trabalho exploratório no que concerne à consulta de obras e documentos científicos escritos, de diversas índoles (livros, artigos, revistas), realizados por autores nacionais. A leitura efectuada teve em conta a necessidade e a exigência de nos situarmos claramente em relação a quadros conceptuais reconhecidos, retirando os contributos úteis para a posterior elaboração da problemática teórica. No decurso da pesquisa, deslocámo-nos a Bibliotecas e a Centros de Documentação especializados em Ciências Sociais, designadamente à Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto, Biblioteca do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Biblioteca da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação do Porto, Biblioteca da Faculdade de Direito do Porto, Biblioteca Pública do Porto, à Biblioteca Nacional de Lisboa e também a diferentes Centros de Documentação, como o Centro de Documentação da Universidade Aberta, o Centro de Documentação do Instituto de Reinserção Social, o Centro de Estudos para a Intervenção Social e o Instituto de Ciências Sociais; pesquisámos na internet; cruzámos informação bibliográfica disponibilizada nas referências bibliográficas de obras e outros trabalhos publicados; contactámos com entidades públicas e privadas, com o objectivo de obter informação sobre a eventual existência de estudos relevantes para a investigação.

É do nosso conhecimento a existência de alguns trabalhos (caracterizações sociodemográficas) efectuados por instituições que apoiam indivíduos na situação de sem-abrigo. No entanto, não consideramos no contexto da presente avaliação, esses trabalhos. Com esta atitude, não pretendemos descurar o interesse que os mesmos possam possuir num estudo mais aproximado à realidade e à prática dessas instituições.

Partimos para este trabalho com a ideia preconcebida de que a produção literária científica sobre a população dos sem-abrigo em Portugal era escassa. Após os primeiros passos realizados, viemos a constatar existir, com efeito, uma diminuta produção literária nacional, não se correndo o risco de imergirmos numa sobre-informação. Foi-nos assim exequível efectuar uma consulta abrangente dos trabalhos produzidos.

Alguns trabalhos realizados (pois vimo-los citados em algumas referências bibliográficas) não foram por nós consultados, por dificuldade/inviabilidade de acesso aos mesmos ou porque são revisitados pelos seus autores em trabalhos posteriormente realizados/publicados. Como exemplo, na bibliografia de António Bento & Elias Barreto, *Sem-Amor e Sem-Abrigo* (2002), o qual mais à frente abordaremos pormenorizadamente, são referenciados sete artigos publicados em revistas e escritos pelo(s) próprios autor(es). Outros trabalhos não consultados referem-se, por exemplo, a estudos realizados, desde 1986, pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) através do Grupo de Ecologia Social (GES), a pedido da Câmara Municipal de Lisboa, trabalhos que antecederam aquele que foi por nós consultado.

Assim, passaremos a uma sintética explanação sobre os vários trabalhos que se situam em contexto científico, após o que sintetizaremos, num comentário nosso, os principais conhecimentos obtidos nesta revisão bibliográfica sobre a produção nacional.

Manuel Pimenta (1992) centra-se em razões de ordem histórica legal, remontando as suas análises à legislação portuguesa do século XIII sobre o fenómeno da vagabundagem e da mendicidade. Aborda a evolução legislativa ocorrida a par das mudanças sócio-económicas e políticas verificadas, concretamente já no século XX, em pleno Estado Novo, período fértil em produção legislativa com fins repressivos da designada vagabundagem e mendicidade. Citando o Decreto-Lei n.º 365 de 1976, pós 25 de Abril, na nova conjuntura sócio-política, Pimenta salienta que *“Pela primeira vez, em vários séculos, a sociedade admitiu ter responsabilidades. O problema passa a ser encarado mais na sua dimensão social que na individual”* (1992: 18).

Com efeito, o problema da ainda designada mendicidade é já visto sob um prisma de ordem estrutural, encarando-se as causas no domínio do desenvolvimento sócio-

económico e cultural de uma sociedade. É deste modo que, nos anos 80 e 90, e após as graves crises económicas a nível mundial, os indivíduos que dormem na rua *“já não são somente os marginalizados clássicos, mendigos e vagabundos; a estes veio juntar-se uma “nova geração de excluídos” fruto da crise económica, do desemprego, da droga e das deficientes políticas sociais. Está-se, portanto, perante um fenómeno que apresenta novos contornos e uma maior complexidade”* ( Pimenta, 1992: 19).

Pimenta rejeita qualquer aproximação da compreensão do fenómeno dos sem-abrigo ao nível de causas individuais, ou seja, rejeita que se possa ter um entendimento puramente linear de que os pobres são pobres por “culpa” dos próprios. No entanto, não ignora que existem factores de ordem individual que reforçam as situações de pobreza, de exclusão. Assim, adopta um conceito de sem-abrigo que abrange a ausência de domicílio certo, ausência de meios de subsistência e ainda a vivência de rupturas relacionais, conceito que lhe permite dar congruência à sua pesquisa de tipo qualitativa.

A pesquisa deste autor é realizada essencialmente junto de duas instituições localizadas em Lisboa, Refeitório dos Anjos e Albergue Nocturno de Lisboa. As conclusões apontam para uma maioria da população do sexo masculino, solteira, com um grau de escolaridade bastante baixo e que se encontra na situação de desemprego. O autor expõe o que considera serem as principais causas do problema sem-abrigo, tendo em conta as dimensões da habitação, emprego/desemprego, protecção social e saúde. Salienta que o aumento da população sem-abrigo está associado à crise de habitação e à ausência de uma política de habitação social que resolva o problema de quem não possui meios próprios para aceder ao mercado de alojamento. No entanto, o problema de alojamento acaba por ser uma causa aparente da situação de marginalização, pois existem previamente outros problemas que carecem de intervenção. *“A falta de alojamento é um elo de uma complexa cadeia de problemas, mas tem uma importância central em toda a problemática visto que é um mecanismo desencadeador e reprodutor do processo de marginalização”* (Pimenta, 1992: 40). Relativamente ao emprego/desemprego, o autor considera que, associado a este problema, se encontra o baixo grau de instrução que contribui para a inserção em profissões desqualificadas, em sectores em que é elevada a precariedade do emprego (inexistência, muitas das vezes de vínculos contratuais) e onde

os salários são mais baixos. Assim, a situação de desemprego é frequente e duradoura, levando ao estado de pobreza. No que diz respeito à protecção social, Pimenta considera que a falta ou insuficiência da mesma é um dos aspectos centrais no processo de marginalização social. Ou seja, a maioria dos sem-abrigo sempre estiveram excluídos dos benefícios sociais, mesmo quando inseridos laboralmente. O Estado não cumpre com os objectivos da acção social, mesmo quando introduziu o direito aos benefícios sociais através do regime não contributivo. “ *Não só enquanto activas não beneficiam dos subsídios de desemprego e de doença, como também quando passam à condição de inactivas, por idade ou invalidez, apenas têm acesso às prestações do regime não contributivo (pensão social) cujos montantes são mais reduzidos*” (Pimenta, 1992: 47). Por último, o autor fala da saúde, salientando que ao abordar-se esta questão se tem que obrigatoriamente abordar todas as questões já referidas, assim como ter em conta que “ *...se pode cair-se na miséria porque se perdeu a saúde, também se perde a saúde porque se caiu na miséria*” ( 1992: 49).

Debruça-se em seguida sobre as estratégias de sobrevivência adoptadas pelos sem-abrigo, sendo aí central a ausência de recursos económicos. “ *A maior parte das pessoas consegue angariar algum dinheiro através de pequenos trabalhos informais (37); outros admitiram que é principalmente através da mendicância (19), embora três destes tenham dito que por vezes também trabalham. As restantes pessoas (17) disseram que não fazem nem uma coisa nem outra*” (Pimenta, 1992: 58). Refere-se, ainda, embora sucintamente, à “utilização” que os indivíduos fazem das instituições de apoio, jogando com a ausência de controlo e articulação entre as mesmas. Isto permite-lhe comentar o tipo de apoio prestado por essas instituições, considerando que as mesmas continuam a empregar medidas de carácter paliativo, pontual e desarticulado, o que o leva a afirmar a necessidade de “ *realçar um dos efeitos perversos que é o de se tornarem mais um elemento que integra as estratégias de sobrevivência marginais accionadas pelos sem-abrigo*” (Pimenta, 1992: 62). Nesta sequência, e partindo da questão colocada pelo investigador aos sem-abrigo sobre a avaliação do apoio que lhes era dado pelas instituições e se o mesmo tinha contribuído para melhorar a sua vida, Pimenta constata que todos reconhecem que o apoio prestado não é suficiente. Outra dimensão analisada é a do tempo de permanência na situação de sem-abrigo, concluindo que as expectativas



de sair da situação em que se encontram, diminuem proporcionalmente ao aumento de tempo na condição. O autor assume, no final do seu trabalho, a necessidade de se verificarem mudanças económicas, políticas e sociais que permitam findar com as situações de pobreza, de exclusão.

Outro trabalho de caracterização da população sem-abrigo de Lisboa foi mencionado, em forma de resumo, num *Workshop* organizado pela Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Acção Social, em 1995. A investigação realizada por aquele Departamento, no âmbito do Projecto “Apoio aos Sem-Abrigo da Cidade de Lisboa”, tinha como objectivos conhecer a situação dos sem-abrigo em Lisboa, através da sua caracterização sócio-demográfica; dinamizar a articulação interinstitucional, promovendo uma resposta mais adequada; e, ainda, facilitar a informação da opinião pública sobre os problemas dos sem-abrigo, contribuindo para uma mudança de atitude.

A conclusão principal deste estudo é que a representação social que existe sobre os sem-abrigo, que considera ser de “*pessoa idosa, de vida errante e marginal ao sistema social*” (Departamento de Acção Social da Câmara de Lisboa, 1995: 47), se vai diluindo na comparação com os dados obtidos e que ser sem-abrigo não é uma realidade homogénea. “*Um dos aspectos mais importantes deste estudo terá sido provar, de certa forma, a existência de diferentes grupos, com necessidades, características e expectativas diferenciadas*” (Departamento de Acção Social da Câmara de Lisboa, 1995: 47).

O estudo, concluindo pela ausência de dados sobre a reinserção dos sem-abrigo, salienta a necessidade da existência de programas que visem a promoção de competências individuais, de modo a capacitarem para a utilização dos recursos existentes. Este estudo foca alguns dos resultados em diferenças de género. Os resultados referem que o estado civil dos homens diferia do das mulheres, encontrando-se estas com mais frequência na situação de viuvez. Os problemas de saúde mental revelavam-se também com mais frequência naquelas. As mulheres, chegando à situação de sem-abrigo mais tarde do que os homens, revelavam maior dificuldade em lidar com a situação, apresentando menores expectativas quanto a uma futura colocação laboral.

No âmbito de um estágio no Curso de Política Social do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, no ano 1994/95, foi realizado um trabalho de investigação por Sandra Alves (1996) denominado “Os Sem-abrigo: (sobre)vivências de rua”, em que a autora tenta perceber se o tempo de permanência na situação de sem-abrigo terá um peso determinante na acomodação a essa situação.<sup>1</sup>

Alves (1996) adoptou como conceito de sem-abrigo o de “*todo o indivíduo que vive efectivamente na rua, sem ter condições de, sem recorrer a um apoio social, pagar um alojamento*” (1996: 29), tendo como base o conceito da Federação Europeia das Associações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo (FEANTSA) que considera sem-abrigo, todo o indivíduo “*que não tem um espaço e laços com a comunidade onde se encontra*” (1996: 29). Considera a autora que o conceito adoptado “*foi um pouco restringido, [...], mas de forma a restringir também o volume da população estudada e definir-lhe uma situação específica*” (Alves, 1996: 29), tendo em conta no objectivo da pesquisa o estudo qualitativo sobre os hábitos quotidianos dos sem-abrigo, os seus locais de pernoita, o relacionamento interpessoal que estabelecem, bem como a opinião dos próprios sobre a sua condição e como pretendem superá-la.

A pesquisa foi realizada no contexto do Refeitório dos Anjos em Lisboa, adoptando como metodologia o estudo de casos/histórias de vida, através da realização de entrevistas a dois grupos de indivíduos, actuais sem-abrigo e ex-sem-abrigo. Serviram de suporte ao trabalho considerações sobre os conceitos de exclusão e de pobreza e ainda factores contributivos para essas situações. As conclusões do trabalho empírico apontam para não ser apenas o tempo de permanência na rua a contribuir para a acomodação à situação, mas também a ausência de rendimentos próprios.

Rio (1997) procurou realizar a caracterização sociodemográfica da população sem-abrigo em Lisboa, recorrendo à técnica de amostragem. A autora considera como “causa raiz” da situação sem-abrigo o problema habitacional, associado à inadequação de rendimentos, definindo, após referir existirem diferentes conceitos, a população em causa como as “*pessoas que não possuem habitação*” (1997: 201). O trabalho foi

---

<sup>1</sup> Como já vimos, esta problemática foi ligeiramente abordada por Pimenta, 1992, e posteriormente aflorada em Pereira, Barreto e Fernandes, 2000.

realizado com indivíduos que recorrem a instituições que prestam ajuda aos sem-abrigo e através da aceção de indivíduos que permanecem na rua e apurou que “... o *Sem-Abrigo tipo, predominantemente lisboeta, está nesta situação há 30 dias ou menos, é branco, do sexo masculino, tendo entre 26 e 35 anos e é oriundo de fora do concelho de Lisboa, vivendo, contudo, nesta cidade há pelo menos 10 anos. Utiliza maioritariamente a “Rua” como local de pernoita [...], frequentou o ensino secundário e, não sendo, em geral, casado, pode ser pai, tendo ainda irmãos e outra família que residem no território nacional. Maioritariamente a sua “profissão” é vendedor e, como ajuda suplementar, pede dinheiro ou arruma automóveis,...*” (1997: 223).

Baptista (1997) apresenta os resultados de um estudo efectuado pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) sobre a forma como as representações existentes sobre os sem-abrigo por parte das instituições podem ser determinantes das políticas sociais. Foi o único estudo que encontrámos do género. A autora pretendeu analisar “*a dimensão subjectiva dos fenómenos de marginalização social em meio urbano*” (1997: 186), tendo-se baseado no resultado de entrevistas efectuadas a diferentes instituições do concelho de Lisboa que trabalham com os sem-abrigo, mais concretamente as esquadras da Polícia de Segurança Pública. O trabalho, que foi enquadrado num contexto mais englobante da representação que os “*actores sociais-institucionais possuem dos fenómenos de marginalização urbana*” (Baptista, 1997: 187), conclui que para a maior parte dos actores a marginalização significa a não integração na sociedade. “*Não sendo nunca explicitamente referidas quais são essas normas/padrões da vida integrada, é possível detectar algumas persistências significativas*” (Baptista, 1997: 188). Factores estruturais como o desemprego ou o emprego precário são as causas mais relevantes apontados pelos actores institucionais para a situação de marginalização; a seguir aparecem cumulativamente factores como os baixos salários, o alcoolismo ou as drogas. Por fim, são apontadas razões de ordem histórico-cultural.

A autora alerta para a permanência de características da população sem-abrigo: “*Se alguns dos traços de caracterização da população sem-abrigo que aqui foi possível expor não constituem por si só surpresa, face aos resultados de vários levantamentos e estudos que têm sido realizados nos últimos anos sobre os sem-abrigo (Segurança*

*Social, 1978; Pimenta, 1992; Borges, 1995; Câmara Municipal de Lisboa, 1995), convirá reflectir sobre a persistência de algumas destas características” (Baptista, 1997: 194).*

Por último, Baptista refere-se à existência de um maior número de homens do que mulheres na situação de sem-abrigo, situação que considera dever ser alvo de um estudo aprofundado. Adianta algumas razões que percepciona poderem contribuir para essa desigualdade. “... maior ausência de alternativas para os homens no sentido de minorarem situações de insuficiência económica (versus recurso das mulheres à prostituição); a maior cobertura institucional específica para mulheres; a maior importância da esfera profissional e as consequências objectivas (e a estigmatização social) de um fracasso neste domínio; as representações sociais sobre a masculinidade/feminilidade, nomeadamente no que se refere à “inutilidade” de um homem não activo, versus uma utilidade social feminina que não se restringe à esfera profissional” (Baptista, 1997: 114). Refere, ainda, a necessidade de compreensão das consequências dos diferentes estados civis dos indivíduos nos processos de rupturas familiares e também a necessidade de se avaliar a sua proveniência geográfica, de um modo interpretativo e não apenas descritivo, tendo em conta dificuldades de integração/adaptação a um novo espaço físico, social e cultural.

Alfredo Bruto da Costa, no livro *Exclusões Sociais* (1998), dedica um capítulo aos sem-abrigo, considerando que esta população representa “uma das formas mais extremas de exclusão social, por vezes uma das mais visíveis, aquela em que o carácter de privação múltipla é patente e, por vezes, contrasta fortemente com o meio ambiente em que se apresenta [...]. Também do ponto de vista técnico, é uma das formas mais complexas e mais difíceis de resolver” (1998: 80). Decorrente do termo sem-abrigo, observa o autor que é fácil considerar e remeter-se a causalidade da situação para a ausência da habitação. Mas Bruto da Costa considera que, em muitas situações, os sem-abrigo possuem casa, mas abandonaram-na após um processo de rupturas relacionais, acabando por irem viver para a rua. Para este investigador, as causalidades da situação de sem-abrigo radicam na pobreza e na exclusão, gerando uma multiplicidade de percursos de

vida, situação impossibilitadora da afirmação de que o sem-abrigo corresponde a um padrão pré-definido.

Salienta ainda Bruto da Costa que existem traços comuns entre os sem-abrigo, conforme constatou pelos resultados de um estudo que efectuou, em 1997, para a FEANTSA, não obstante a realidade específica de cada situação. Nesse estudo verificou que a maioria da população era masculina, a maior percentagem se encontrava na faixa dos adultos jovens, o nível de habilitações escolares era baixo, a grande maioria era solteira, (maior percentagem nos homens do que nas mulheres), sendo que existia um maior número de viuvez nas mulheres. A maioria encontrava-se desempregada, apresentando uma elevada percentagem de doenças mentais, alcoolismo e toxicodependência. O autor, que comparou os resultados com outros estudos efectuados por António Bento e outros, verificou serem análogos os dados obtidos. Constatou ainda que, no que se refere ao quadro de vida anterior, a grande parte dos homens vivia isolado, enquanto que nas mulheres não existia nenhum elemento que apontasse nesse sentido. Antes de chegarem à situação de sem-abrigo, todas elas viviam acompanhadas. De acordo com a opinião dos próprios inquiridos, os problemas de saúde, de desemprego e relacionais estiveram na origem da situação de sem-abrigo.

Face ao exposto, o autor reforça a sua opinião, já explanada num outro capítulo do livro, de que o apoio e combate a esta situação extrema de exclusão passa pela adopção simultânea de medidas que tenham em conta o que denomina de “*causas próximas, intermédias e estruturais*” (Costa, 1998: 80).

Bruto da Costa enquadra os sem-abrigo nos cinco tipos de exclusão que considera existirem: o económico, o social, o cultural, o de origem patológica e os comportamentos auto-destrutivos, pois, “*Como facilmente se depreende, estes tipos de exclusão social muitas vezes aparecem sobrepostos na prática. E a sua análise mais aprofundada conduz, por vezes, à verificação de que uma forma de exclusão pode ser, em determinados casos, consequência de outra forma de exclusão*” (Costa, 1998: 23).

Para Costa, ao falar-se em exclusão, tem que se ter em conta o conceito de cidadania. A compreensão da abrangência deste último conceito, “*o exercício pleno de cidadania implica e traduz-se no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos*” (1998: 14), permite-nos perceber até que ponto os indivíduos excluídos desse *acesso* se encontram arredados do exercício dos direitos individuais que lhe assistem.

Em “Análise Longitudinal dos Sem-Abrigo em Lisboa”, Pereira, Barreto e Fernandes (2000), tiveram necessidade de clarificar/adoptar um conceito de sem-abrigo, uma vez que existe uma multiplicidade de olhares e diferentes metodologias de abordagem do fenómeno. “*A condição de sem-abrigo não constitui um dado puramente objectivo que corresponda a estados rigorosos e universais, o conceito de sem-abrigo é fluído e esquivo, difícil de reter (Daly, 1996)*” (Pereira, Barreto e Fernandes, 2000: 21).

Adoptaram um conceito operatório que lhes permitiu, com o maior rigor possível, a quantificação da população sem-abrigo na cidade Lisboa.<sup>2</sup>, através dos seus locais de pernoita, que denominam de espaços primários e espaços secundários. “*Os espaços primários, correspondendo de uma forma geral aos espaços públicos, são por isso dotados de um carácter de exterioridade, de acentuada visibilidade social. [...]. Por outro lado, os espaços secundários são os menos regulados, a norma e o poder aí vigente não se fazem sentir de maneira tão sensível na conduta social*” (Pereira, Barreto e Fernandes, 2000: 4).

Caracterizaram, assim, os sem-abrigo pelos seus locais de pernoita, num total de 17 tipologias de pernoita, incluindo aqueles que dormem em Albergues Nocturnos/Centros de Acolhimento, em quartos particulares ou pensões. O levantamento foi realizado por freguesia, permitindo o cruzamento dos dados apurados. Constataram que o número de indivíduos sem-abrigo registados, no total de 1366 (1275 foram efectivamente observados e 91 foram considerados como potenciais), aumentou relativamente a um

---

<sup>2</sup> No cidade do Porto foi iniciado, no ano de 2000, um trabalho de caracterização sociodemográfica do universo da população dos sem-abrigo, coordenado pela Câmara Municipal do Porto, no âmbito do Projecto “Os sem-abrigo na cidade do Porto”, mas cujos resultados finais não são do conhecimento público ou mesmo dos técnicos que acompanharam a recolha dos dados. Não temos conhecimento da existência de qualquer outro trabalho de investigação levado a cabo nesta cidade.

outro estudo efectuado por eles próprios em 1998<sup>3</sup>. Tal não significa necessariamente que o número real da população tenha sofrido um agravamento, mas, como explicam os autores, o fenómeno pode ter passado a ter uma maior visibilidade, não só pelo maior número de centros de acolhimento, como por um maior conhecimento da cidade e, conseqüentemente, um melhor entendimento da situação.

Como o objectivo central do estudo não era a caracterização sociodemográfica da população sem-abrigo, o trabalho limitou-se a traçar o que denominam de esboço de caracterização, aventando que *“pontos em comum unem os sem-abrigo de Lisboa: sexo masculino, branco, de nacionalidade e naturalidade portuguesa, solteiro, sem contacto com a família, alcoólico, toxicod dependente, etc. (Bento, 1996; Rio, 1997). Relativamente a este estudo, a metodologia utilizada tem limitações no que diz respeito a uma caracterização da população sem-abrigo. Parecem, no entanto, confirmar-se alguns dos principais traços que moldam o sem-abrigo lisboeta”* (Pereira, Barreto e Fernandes, 2000: 39).

Este trabalho de investigação faz ainda uma breve incursão pelas características das instituições que prestam apoio aos sem-abrigo. Questiona as suas práticas, levantando questões como a acomodação e a dependência institucional da população sem-abrigo. *“A desarticulação entre as entidades que lidam com os sem-abrigo, bem como o carácter fragmentado e descontínuo de algumas acções, alimentam um processo de adaptação e dependências às instituições e, conseqüentemente, à própria condição de «sem-abrigo»”* (Pereira, Barreto e Fernandes, 2000: 59).

Isabel Baptista e Alfredo Bruto da Costa (2001 a) debruçaram-se sobre a situação da mulher sem-abrigo em Portugal. Consideram que o fenómeno dos sem-abrigo é visto como uma característica do género masculino, negligenciando-se a investigação em torno da realidade feminina. Não obstante o constatado, existem serviços que orientam o seu apoio para as mulheres em situação de sem-abrigo. Estes serviços ou são de cariz religioso, priorizando a sua intervenção junto de mães solteiras, sós ou com filhos, ou são resultado de preocupações feministas, como, por exemplo, no que diz respeito à

---

<sup>3</sup> Os investigadores não forneceram os dados de 1998, limitando-se a referir a discrepância dos valores.

prostituição e à violência doméstica. *“Ces diverses origines déterminent non seulement le type de services proposés mais aussi la priorité d’accueil et de prise en charge que les prestataires accordent aux diverses problématiques rencontrées. En outre, le décalage temporel est manifeste entre les deux approches : la plupart des structures d’origine professionnelle existent depuis bien plus longtemps que les structures issues du féminisme qui, bien que plus récentes, sont en pleine expansion”* (Baptista e Costa, 2001 a: 60-61). Os investigadores fazem, também, referência ao tipo de acompanhamento assumido pelas instituições de acolhimento, o qual se estrutura essencialmente em torno do apoio financeiro, não existindo receptividade para um acompanhamento pluridisciplinar. Constatam que é difícil de determinar se a prioridade dada ao suporte económico visa o desejo de autonomia da própria mulher na escolha de soluções para os seus problemas. Nesta sequência, consideram ainda que *“Plutôt que de se conformer à l’image stéréotypée de la société à propos du sans-abrisme et de la féminité, les prestataires de services devraient donc écouter la femme, prêter attention à son opinion en tant qu’utilisatrice des services et tenir compte de son avis dans la définition des «besoins» spécifiques de la femme”* (2001 a: 71).

Um dos trabalhos publicados em Portugal sobre os sem-abrigo (2002) trata-se da obra “Sem-Amor, Sem-Abrigo”, de António Bento & Elias Barreto (já por nós referido aquando da abordagem da dificuldade/inviabilidade de acesso a todos os trabalhos publicados).

Esta publicação surge na sequência de um investimento profissional de vários anos por parte de dois profissionais, psiquiatra e psicólogo, junto da população sem-abrigo, o que lhes permitiu um conhecimento profundo da realidade dessa população, conhecimento que foi sendo dado a conhecer publicamente através da publicação de diversos artigos em revistas de especialidade médica psiquiátrica.

Em Bento (2000 a, 2000 b, 2001), embora a reflexão central sejam as patologias psiquiátricas dos sem-abrigo, o seu tratamento, a institucionalização e as práticas médicas, o autor aborda de uma forma ampla questões de ordem social, económica e política, na medida em que todas se entrelaçam em relações de causalidade, com



distinções pouco claras. *“Há alguma controvérsia sobre o que surge primeiro: a doença psiquiátrica ou a condição de sem-abrigo?”* (Bento, 2000 b: 144). O autor pronuncia-se sobre as causalidades estruturais, os estereótipos existentes, a relação histórica da sociedade com os sem-abrigo. Fala, assim, de problemáticas sociais como a exclusão social e introduz a expressão *Sem-Amor* para designar uma população tão carente de tudo. António Bento, que refere trabalhar no Hospital Júlio de Matos e ainda enquadrar uma Equipa de Rua do Centro Social de S. Bento, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, apresenta, igualmente, os resultados quantitativos de um trabalho de investigação que realizou sobre *“características dos sem-abrigo numa população de rua e num hospital psiquiátrico, os diagnósticos psiquiátricos e as mulheres sem-abrigo”* (2001: 57), tendo verificado que as características das duas populações são muito semelhantes. *“Maioritariamente são homens, com instrução superior à escolaridade mínima, solteiros, de meia idade, sem filhos, com muitos anos de vida de rua e com elevadas taxas de alcoolismo e doenças psiquiátricas. As mulheres sem-abrigo constituem um grupo minoritário, embora estejam mais presentes no hospital psiquiátrico (24%) do que na rua (14%), possivelmente devido à maior gravidade dos quadros psiquiátricos nas mulheres e à menor tolerância que a sociedade tem para com a vida de rua no feminino. Em comparação com os homens, as mulheres tendem a ter menos escolaridade, mais filhos e menor abuso ou dependência de álcool”* (Bento, 2001: 57).

Tal como Pimenta (1992), Bento e Barreto (2002) procuram, entre outros enquadramentos e num trabalho em que *“Não adoptam uma perspectiva caritativa ou de mera constatação sociológica, antes pretendem conduzir o leitor na difícil descoberta dos diversos elos que ligam/desligam esta questão”* (Sampaio in Bento & Barreto, 2002: 11), compreender o fenómeno dos sem-abrigo à luz da história e da lei. Fazem uma resenha histórica da legislação produzida em Portugal relativamente à vadiagem e à mendicidade, entrosando nessa avaliação a legislação penal de finais do século XIX, que criminalizava, *“não tanto um comportamento, mas um modo de vida que não se coaduna com as normas de integração social”* (Bento & Barreto, 2002: 41). Também estes autores se referem ao período do Estado Novo em que se assistiu à repressão dos indivíduos que viviam da mendicidade e da vadiagem, paralelamente à

assunção por parte do Estado de cuidados de assistência. “*Esta nova fase da polícia inseria-se num movimento de maior intervenção do Estado nos domínios da assistência e recuperação moral*” (2002: 43).

Bento e Barreto, citando sinteticamente diferentes autores estrangeiros, referem-se ainda a outros tipos de abordagem sobre os sem-abrigo, como seja, a representação e a imagem destes na literatura e periódicos do séc. XX, a sua representação social e os estereótipos existentes. Tentam abarcar toda uma panóplia de questões que se coloca em torno de uma população tão específica, desde os problemas individuais aos sistémicos, enquadrando nestes últimos a rede de apoio institucional, com as diferentes práticas e diferentes expectativas.

*Sem-Amor e Sem-Abrigo* inclui também um estudo exploratório realizado unicamente por Elias Barreto (2002), “*dentro de um modelo de pesquisa clínico-qualitativo*” (2002: 159), com utentes do Centro Social de S. Bento, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e teve como principal objectivo perceber a representação, por parte dos sem-abrigo, das relações e dos laços afectivos que estabelecem com os outros. Não existe, por parte de Barreto, no enquadramento do trabalho em questão, a preocupação de definir claramente o que entende por sem-abrigo. Limita-se a referir o que existe em comum na amostra, constituída por 21 indivíduos, ou seja, “*todos têm em comum o facto de terem tido episódios de rua*” (2002: 161). Todavia, as conclusões do estudo revelaram uma dimensão nova da realidade dos sem-abrigo, na medida em que “*permitiu pôr em evidência as dificuldades dos sem-abrigo ao nível do sentido de pertença familiar (predominando um padrão de desligamento ou de indiferenciação familiar), da interiorização das funções parentais (ausência de representação de um par parental unido e apoiante), dos modelos de vinculação (ausência de uma vinculação segura) e das relações de objecto (dominadas por fantasmas de abandono e perda de objecto, com dificuldade de aceder ao nível triangular das relações)*” (Bento & Barreto 2002: 201). Os autores concluem que “*o que este estudo vem demonstrar é que a condição sem-abrigo não é apenas uma condição de desabrigo material, económico e social mas também afectivo, resultante de uma vinculação frágil e carência de boas relações de objecto. [...] A ausência dessa estrutura traduz um estado*

*de carência e de privação com origens muito provavelmente precoces, embora reforçado pelas experiências posteriores, podendo-se concluir que estes indivíduos antes de se tornarem sem-abrigo já o eram interiormente*” (Bento & Barreto 2002: 201). Este trabalho, que julgamos ser o único do género no panorama científico português, parece-nos revelar-se de extraordinário interesse para a compreensão global do fenómeno dos sem-abrigo. Ao desenvolver a sua reflexão no espaço individual, interior de cada um, constitui um complemento às reflexões e conclusões de outros trabalhos de investigação.

Bento (2002), mencionando os resultados do estudo por ele efectuado em 1999 sobre as patologias psiquiátricas dos sem-abrigo, constatou que “...o alcoolismo (32%) foi o mais frequente, seguindo-se a toxicod dependência (17%), a esquizofrenia (10%) e as perturbações de personalidade (10%)” (2002: 223). O alcoolismo, a toxicod dependência e as doenças psiquiátricas poderiam aparecer isolada ou associadamente, sendo possível fazer um diagnóstico psiquiátrico em cerca de 90% dos casos. Conclui-se que os resultados obtidos estão em concordância com outros efectuados noutros países europeus e mesmo nos Estados Unidos da América.

Quase no final da obra, os Bento & Barreto (2002), descrevem-nos os *Sem-Abrigo*, ou, melhor, os *Sem-Amor* da seguinte forma: “*No seu mundo interno, predominando a angústia de abandono; na sua vida afectiva, predominando as vinculações inseguras; na sua vida relacional, predomina o isolamento. A ruptura emocional, a ausência de um sentimento de pertença familiar, o empobrecimento da sua rede de relações sociais primárias; socialmente a sua desafiliação, a frouxidão dos laços com as instituições, a sua situação de exclusão social, mas também de auto marginalização*” (Bento & Barreto, 2002: 244).

Para além dos estudos citados, encontrámos outros que não resultam de trabalhos empíricos.

Francisco Teixeira da Mota, um dos palestrantes do *Workshop* realizado em Lisboa, em 1995, e organizado pela Câmara Municipal de Lisboa, fez a “*contextualização jurídica*

*da problemática dos sem-abrigo*” (1995: 11). Começou por mencionar o direito à habitação, direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, referindo-se, posteriormente, a outros textos legais internacionais a que o Estado está vinculado. No entanto, o autor considera que a legislação relativa à defesa do direito à habitação tem que ser complementada com legislação concernente à segurança social e à política em geral. Em Portugal existem diferentes diplomas legais e diversos programas habitacionais que consolidam o dever do Estado da defesa do direito à habitação. Contudo, adverte Teixeira do Mota ser necessário um maior investimento, num enquadramento mais amplo da problemática dos sem-abrigo, ou seja, no âmbito da vastidade de razões jurídicas que levam à situação de sem-abrigo, como por exemplo o desemprego e as migrações. Propõe a elaboração de um *guia dos direitos dos sem-abrigo* e algo que considera poder gerar polémica, “*a luta pelo reconhecimento institucional e a nível da opinião pública dos direitos específicos dos sem-abrigo*” (1995: 13).

Carlos Barros (1997), no artigo que subscreve com o título “*Os Sem-Abrigo: Uma Análise da Literatura Económica*”, privilegia a revisão da literatura económica sobre a habitação social. Define um sem-abrigo como aquele que não possui habitação em função do mercado habitacional. Barros é, assim, levado a afirmar que “*Quando o stock de casas de menor qualidade aumenta, diminui o número de sem-abrigo; quando o stock diminui, aumenta o número de sem-abrigo*” (1997: 177). O autor não exclui da sua análise as alterações da composição das classes sociais, considerando que “*a classe média representa uma variável intermédia nas causas que provocam o aumento dos sem-abrigo*” (1997: 177).

No final deste capítulo em que realizámos uma exposição das questões que consideramos mais destacadas/tratadas na literatura científica portuguesa sobre os sem-abrigo, concluímos, de uma forma sintética, que os estudos existentes apresentam análogas preocupações e resultados, não sendo, contudo, exaustivos em algumas das questões analisadas. Vejamos então:

- Definição prévia do conceito operatório, que permitiu a construção e delimitação do objecto de pesquisa. Esta preocupação revela que o objecto de análise não encontra uma significação unânime. Com efeito, tendo por base o conceito de Gerald Daly (1996) de que ser sem-abrigo é uma situação transitória, fluída e esquiva, predominantemente relacional, percebe-se a dificuldade em clarificar o que se entende por ser sem-abrigo. Para ultrapassar a dificuldade de contextualizar o problema social, muitos autores privilegiam o estado na situação, ou seja, a ausência de uma habitação permanente, para delimitarem o objecto de estudo. Contudo, a maioria dos autores tendo sempre presente como um dado prévio a situação da falta de habitação, assumem uma definição operatória através do estudo e sinalização dos factores contributivos ou precipitadores da situação, situando-os privilegiadamente ao nível estrutural, numa permanente interdependência e relação de causa e efeito. Os factores de ordem individual também são referidos por vários investigadores que consideram que não podem ser negligenciados ou subestimados, nas dependências relacionais com os factores de ordem estrutural. O estudo das trajectórias de vida dos indivíduos enquadra-se numa análise que valoriza o seu processo (in)evolutivo.
- Incidindo as investigações efectuadas na realização de caracterizações sociodemográficas da população em questão, não deixam de ser parcelares. Como se constatou, os trabalhos existentes referem-se apenas à população sem-abrigo de Lisboa.<sup>4</sup>
- Similitude dos resultados empíricos obtidos: a maior parte dos trabalhos aponta para que o “sem-abrigo” é, na sua maioria, do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa, de meia idade, solteiro, com instrução superior à escolaridade mínima, com rupturas relacionais com a família, desempregado, com elevadas taxas de alcoolismo e doenças psiquiátricas;

---

<sup>4</sup>Na cidade do Porto, os resultados do único trabalho efectuado, “Os sem-abrigo na cidade do Porto”, coordenado pela Câmara Municipal do Porto, em 2000, nunca foram publicados, desconhecendo-se, assim, as conclusões do mesmo.

- O problema da saúde é desenvolvido com uma certa profundidade, pois a maioria da população sem-abrigo apresenta graves problemas de saúde (físicos, mentais ou de dependência, toxicodependência e alcoolismo). Bento e Barreto debruçam-se de modo exaustivo sobre os problemas de saúde mental, praticamente transversais a todos os indivíduos sem-abrigo. Incidem sobre o sofrimento interior, sobre a ausência de vínculos afectivos, descrevendo os sem-abrigo como os Sem-Amor. Levantam ainda uma questão de difícil resposta: O que surge primeiro, a patologia psiquiátrica ou a situação de sem-abrigo?
- As estratégias de sobrevivência da população, o menor número de mulheres na situação, a imagem que as instituições possuem dos seus utentes e a imagem que estes possuem do apoio que lhes é prestado são abordadas de forma incipiente nos trabalhos consultados. Quanto às estratégias de sobrevivência, Pimenta refere que resultam da ausência de rendimentos dos indivíduos sem-abrigo. Estes recorrem à mendicidade, à realização de pequenas tarefas informais ou ainda “utilizam” as instituições. Relativamente ao número inferior de mulheres na situação de sem-abrigo, Isabel Baptista considera que não existem estudos aprofundados que permitam a compreensão do fenómeno, embora aponte algumas razões que, na sua óptica, podem contribuir para essa diferença.

Em comentário final, consideramos que a abordagem do problema “sem-abrigo” em Portugal parece-nos encontrar-se condicionada pela imaturidade do fenómeno como hoje se apresenta na sociedade e ainda pela ausência de preocupações políticas e sociais que, se existissem, poderiam apelar e interpelar o saber científico para a prestação de contributos que ajudassem à aplicação de medidas específicas de combate à situação. Como dizem Isabel Baptista e Alfredo Bruto da Costa, os sem-abrigo ainda só ganharam estatuto de problema social (2001 b).

## 1.2. Bibliografia estrangeira

É fundamental o conhecimento da bibliografia internacional sobre o problemática dos sem-abrigo, uma vez que este fenómeno social se enquadra nos contextos da

radicalização da modernidade neo-liberal e, como tal, surgiu nos países centrais antes de aparecer na “*sociedade portuguesa semiperiférica*” (Santos, 2001: 19). Na pesquisa que realizámos em diferentes Bibliotecas e Centros de Documentação, constatámos a quase inexistência de bibliografia estrangeira sobre esta temática. Os trabalhos que a seguir referimos são o resultado de uma consulta que efectuámos a diferentes sítios existentes na internet e em pesquisa na base de dados Sociological Abstracts. Permitiram-nos ter uma visão mais alargada e abrangente dos assuntos tratados a nível internacional, nomeadamente em Inglaterra, onde, desde o início da década de setenta, os sem-abrigo têm sido objecto de medidas governamentais específicas, decorrentes não só da preocupação do poder político com o crescimento dessa população, mas também de uma importante investigação académica.

Segundo Anderson (2003), existe em Inglaterra uma significativa pesquisa académica com contributos válidos para a compreensão da natureza e causas da situação dos sem-abrigo e, ainda, importantes estudos sobre o impacto das diferentes estratégias de intervenção. No entanto, considera que é necessária uma mudança/evolução na pesquisa académica, no sentido da multidisciplinaridade, da comparação de estudos internacionais e de uma rigorosa escolha/aplicação da metodologia. “*In an era where collaboration and multi-disciplinary working are strongly encouraged, it is to be hoped that this is a positive step towards enhancing the prospects for collaboration*” (2003: 197-198). Na sua opinião, será importante o contributo das diferentes perspectivas disciplinares para a compreensão do problema. “*Very broadly, it could be argued that sociology and social policy are fundamental to explaining why homelessness exists at a broad structural level, while psychology and consume studies make a key contribution to understanding how people respond to circumstances of homelessness*” (2003: 199). Nesta sequência, salienta o modo como a pesquisa foi levada a cabo, ou seja, a relação que a mesma estabeleceu com o poder político. “*The UK homelessness is often criticized as lacking in theoretical rigour, an issue raised within this special issue.[...] Two key shortcomings can be identified in relation to policy-oriented research. Firstly, the parameters of the research may be constrained by the policy focus of the government or the funding agency. Secondly, policy research may not fully exploit the*

*potential for the associated data sets to contribute to theoretical and scholarly debates”* (Anderson, 2003: 198).

Relativamente à comparação de estudos internacionais, Isobel Anderson considera que não há razões para que a pesquisa sobre os sem-abrigo se circunscreva à esfera nacional. Para esta autora, os princípios da psicologia, sociologia, economia, geografia e estudos de mercado têm uma aplicação internacional. Não obstante, salienta que *“However, empirical data is much less readily comparable across national boundaries. For example, in the UK social course of action tradition, the detail of national welfare state policy will be fundamental to analysis, whereas in the US although the market-economy is considered to provide a backdrop for the issues, it has not been analysed in relation to homelessness to the extent that the welfare state has been in the UK”* (Anderson, 2003: 199). Por outro lado, e dando consistência ao seu pensamento, a autora refere *“Anderson e Christian (this issue) also referred to paradigms of welfare, but to-date homelessness research has not been fully integrated into such a framework. Which countries or welfare state regimes have relatively more or less homelessness, and how do they respond to the issue? These sorts of questions require to be addressed at the international level”* (2003: 199-200).

Por último, e sobre a metodologia de investigação, a autora reforça a necessidade da utilização simultânea de técnicas qualitativas e quantitativas, para um real conhecimento da população sem-abrigo. *“Anderson and Tulloch (2000) discuss attempts to quantify homelessness in the UK and some of the methodological problems associated with trying to do so. They concluded that more attention should be paid to assessing the prevalence of homelessness, as well as estimating the incidence at any one time”* (2003: 201). Acentua como necessária uma análise longitudinal sobre os sem-abrigo. *“Both Anderson and Christian (this issue) and Clapham (this issue) have argued for the importance of a longitudinal analysis of homelessness, embracing some notion of pathways through homelessness and housing pathways more generally for the UK. To-date, there have been no large-scale, longitudinal surveys of movement in and out of homelessness in Britain, although it is known that a high proportion of new social*



*housing tenants have previously been homeless (Third & Yanetta, 2000)*” (Anderson, 2003: 202).

Outros autores já tinham salientado que a definição operacional dos sem-abrigo assumida pelo poder político poderia ser condicionante da pesquisa. Assim, Edgar, Doherty e Mina-Coull (1999) referem-se às consequências da adopção da definição assumida pelo poder político *“Dans certains pays, la Grande-Bretagne par exemple, le terme de sans-abrisme est incorporé dans la législation et a une définition spécifique liée à la mise en place de devoirs légaux. Cependant, les définitions fondées sur la loi ont tendance à être trop sélectives, n’identifiant que les cas prioritaires et laissant de côté des importantes sections de la population qui se trouvent sans logement. Il est également évident que l’aide sociale, la santé et les autres professions ne travaillent pas avec des définitions provenant de la législation sur le logement”* (1999 : 2).

Também para Pleace e Quilgars (2003) o facto da investigação académica inglesa depender de financiamento, levou-a a assumir o conceito oficial de sem-abrigo (o que não tem habitação), condicionando, por conseguinte, a sua independência. *“The relationship between homelessness research and policy has been developing since the 1960s, and by the 1990s the majority of research was undertaken within the policy arena.”* (2003: 187).

Gerald Daly afirma que *“Homelessness is a fluid and elusive concept”* (1996: 1). Existem diversas definições que reflectem diferentes propósitos, valores, ideologias e agendas políticas. Para Daly, os sem-abrigo podem ser descritos de diversas formas, ou seja, por características demográficas ou familiares, pela história dos alojamentos, problemas de saúde, grau de incapacidade, tempo de trabalho, residência, etc. As situações de sem-abrigo podem ser ainda estudadas pelas presumíveis causas que as precipitaram: *accidentais*, que resultam de desastres naturais; *estruturais*, relativas à pobreza ou a problemas de saúde; *económicas*, como por exemplo o desemprego; *políticas*, existência de refugiados como resultado de conflitos étnicos ou de zonas de guerra; ou *sociais*, mães solteiras ou outros marginalizados e discriminados. *“Homelessness is much more than a housing issue”* (1996: 49). Assim, salienta Daly

que, para se compreender a natureza e a complexidade do fenómeno, é necessário ter em conta as decisões políticas tomadas em relação à distribuição dos rendimentos. Continua a referir que para se ultrapassar o problema dos diferentes conceitos, utilizados não só pelo poder político como também pelas organizações privadas, a definição deverá incluir todos aqueles que não possuem efectiva ou temporariamente alojamento, assim como todos aqueles que se encontram numa situação de risco, que os possa levar a breve prazo à situação de sem-abrigo.

O autor pormenoriza as causas da situação de sem-abrigo em função do género. As mulheres e os homens são sem-abrigo por razões diferentes; as suas necessidades de habitação são diferentes e requerem diferentes intervenções e serviços de apoio, em função de necessidades específicas. Para Daly, os homens tornam-se sem-abrigo principalmente na sequência da perda do emprego, perda de habitação e ainda de laços familiares. Todas estas rupturas são por vezes agravadas pelo abuso de estupefacientes e por problemas de saúde. Por seu turno, as mulheres são vistas como vivendo unicamente uma situação pontual de sem-abrigo, na sequência de problemas económicos imediatos, problemas de saúde mental ou na sequência de continuados maus tratos e abusos sexuais, o que as leva a abandonar as suas casas abruptamente. Deste modo, não anteciparam serem sem-abrigo. Muitas vêem a situação como temporária, mas sentem-se incapazes de lidar com o problema.

Em 1996, Damon e Firdion alertavam para que a construção social e institucional da categoria dos *Sans Domicile Fixe* (SDF) tem como efeito encobrir a heterogeneidade desta população, empobrecendo a análise e a reflexão sobre as causas precipitadoras da situação. Para os autores, os SDF tornaram-se uma preocupação nas agendas políticas, quando assumiram uma visibilidade importante no espaço público. “*La visibilité accrue des SDF s’explique d’abord par une présence physique d’un nombre plus important de personnes qui font une utilisation particulière de l’espace public*” (1996 : 374). Continuam estes autores a referir que, por sua vez, a visibilidade também decorre da constituição de uma identidade social que contribuiu para novos discursos mediáticos e políticos, muitas das vezes bem longe do que é realmente a realidade social desta população. Consideram que a situação de sem-abrigo não corresponde a um estado, mas

a um momento e a uma situação transitória. Partem da relação que os SDF estabelecem com o espaço público, para os caracterizarem, pois referem que quem não possui um domicílio fixo apropria-se da rua, como se se tratasse de um espaço de convívio, de descanso, de encontro e de recursos. As pessoas que não beneficiam de um domicílio fixo, “*Elles s’adaptent à l’espace pour y développer des activités qui sont souvent précaires, illégales ou dangereuses : la manche, la drogue ou la prostitution en sont de brutales illustrations*” (1996: 384). Os autores utilizam uma tipologia de adaptação dos SDF ao espaço público por referência ao processo de desqualificação social de Serge Paugam em *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté* (1991), dividida em três momentos: a fragilização, o hábito, a sedentarização. “*La fragilisation correspond au comportement des nouveaux venus dans l’espace public. [...] L’habitude décrit le comportement de ceux dont la vie est depuis un moment organisée autour des réseaux de survie individualisés et collectifs. [...] La sédentarisation est la phase de l’adaptation à la rue des personnes qui correspondent à la figure traditionnelle du clochard...*” (Damon e Firdion, 1996: 383). Salientam, no entanto, que a fronteira entre os três momentos é muito instável, tendo que se entender esta população em função de trajetórias ascendentes e descendentes.

Preocupações sobre quem são os sem-abrigo encontramos em Hassin (1998). Refere o autor “*Qu’y a-t-il de commun entre un clochard à la rue depuis vingt ans, un immigré clandestin en situation irrégulière, un toxicomane sidéen, un malade surtout d’un hôpital psychiatrique ou une femme maltraitée jetée dehors avec ses enfants?*” (1998: 108). Para Hassin é fundamental precisar convenientemente de que população se trata, afinar o mais possível a definição do objecto de estudo, a fim de evitar incompreensões e generalizações abusivas. Deve-se ter sempre presente que a população de que se fala não representa a totalidade dos que vivem na rua.

Referindo-se às trajetórias pessoais, à reconstrução das biografias individuais onde se podem encontrar as causas que levam determinados indivíduos à situação de sem-abrigo, Parizot (1998) salienta que nem sempre o factor de falta de habitação desencadeia uma situação de sem-abrigo. Diversos elementos podem ter estado na origem ou acelerar o processo de desinserção, nomeadamente o fim de um contrato de

trabalho, dificuldades económicas, rupturas familiares, problemas de saúde, ausência de qualificação profissional, perda de auto estima, sentimentos de inutilidade, etc. Afirma ainda a autora que, embora os estudos mostrem que o conjunto destes factores estão correlacionados, não se podem tirar ilações em termos de causa e efeito. Por outro lado, as consequências dos factores desencadeadores da desinserção diferem segundo as pessoas e possuem um efeito específico em função de outros elementos a que estão associados.

Avramov (1998), define “*Le sans-abrisme est l’absence d’un logement personnel, permanent et adéquat*” (1998: 16). Desenvolve o conceito, referindo que os sem-abrigo também são aqueles que têm dificuldade em conservar um alojamento na sequência de problemas económicos, assim como por obstáculos sociais. Considera que as necessidades que possuem não são só de ordem material, mas também carecem de cuidados sociais e de acompanhamento específico. Este quadro implica uma relação complexa entre a falta de recursos financeiros, recursos sociais, assim como a ausência de possibilidades e/ou incapacidade de envolver as instituições sociais. Esta avaliação tem presente a natureza multidimensional da situação sem-abrigo, a sua relação com a pobreza. Continua a autora a referir que os estudos científicos confirmam que nem todos os pobres são sem-abrigo, mas que as pessoas literalmente sem-abrigo são pobres. “*Pour survivre, les sans-abri dépendent de prestations sociales, de travaux à la journée, d’emplois précaires et/ou de mendicité et de la délinquance*” (Avramov, 1998 : 18).

Para Avramov, as causas da situação de sem-abrigo estão ao nível das estruturas sociais, das relações familiares e das fragilidades pessoais, que se desenvolvem num sistema complexo interactivo entre causas e consequências. “*C’est la combinaison et l’interaction des facteurs contextuels et personnels qui donnent lieu au sans-abrisme*” (1998 : 17).

Susan Hutson (2000) refere que a definição de sem-abrigo, não sendo consensual, tem vindo a ser diferentemente utilizada e a influenciar as medidas adoptadas pelo poder político. Referindo-se em concreto à situação inglesa, considera que, não obstante a ausência de conformidade, é possível agrupar os diferentes olhares em duas definições

distintas, a minimalista e a estruturalista. “*In the first ‘minimalist’ definition, homelessness is defined narrowly and extremely as in the case of ‘rooflessness’. The problem is seen to be a minority one, marginal to the life of the average citizen. Moreover, in this definition, homelessness is often linked with personal pathology or fecklessness. In the second ‘structuralist’ definition, homelessness is defined more broadly as housing need and it is seen as a structural problem requiring broad policy intervention by the state*” (2000: 4).

Deste modo, continua Hutson, na *Housing (Homeless Persons) Act of 1977* a situação de sem-abrigo era vista de forma estrutural, justificando-se a intervenção do Estado. No entanto, através dos sucessivos governos conservadores ingleses, de 1979 a 1997, os sem-abrigo passaram a ser um problema marginal na agenda política. Com os cortes nas despesas públicas e a marginalização a que foram votadas as autoridades locais, a definição minimalista foi restabelecida. Assim, a *1996 Housing Act* limitou o apoio dado aos sem-abrigo, tornando-o temporário.

Alguns autores explanaram as razões que levaram o poder político inglês na década de 70 do século passado, a agir no sentido de proporcionar habitação aos sem-abrigo. Segundo Gerald Daly (1996), nos meados dos anos 60, o governo inglês começou a ser pressionado por Organizações Não Governamentais para intervir junto dos abrigos existentes para os sem-abrigo, no sentido de os obrigar a alterar as condições promíscuas e punitivas que proporcionavam àquela população. A passagem na televisão do filme *Cathy Come Home* terá estimulado a simpatia da população em geral pelos sem-abrigo, não ficando o poder político alheio ao movimento gerado. O governo, aceitando as propostas da *Joint Charities Group* (uma agência de voluntários), propôs-se legislar a favor da atribuição de alojamento aos sem-abrigo. Surgiu, assim, *The Housing (Homeless Persons) Act of 1977* que alargou e atribuiu maiores responsabilidades ao poder local. Esta legislação definia os sem-abrigo como “*those without accommodation they were entitled to occupy*” (Daly, 1996: 84). Definia ainda grupos prioritários para a atribuição de alojamento: famílias com crianças dependentes; grávidas; aqueles que ficaram sem habitação por situações de catástrofe e indivíduos especialmente vulneráveis (idosos ou doentes mentais). “*The local authority was*

*obliged to offer temporary refuge to high priority households while the facts of the case were investigated. Those judged to be genuinely homeless were entitled to council housing” (Daly, 1996: 84).*

Somerville (2000), salienta que *“The 1977 Housing (Homeless Persons) Act in particular represented a clearer, more decisive break from the Poor Law tradition than the 1948 National Assistance Act” (2000: 31).* Pela primeira vez, certos grupos sociais foram vistos como uma necessidade prioritária, tendo direito a uma habitação permanente, enquanto dantes só tinham direito à assistência social. Contudo, as diversas autoridades locais fizeram diferentes interpretações da lei, gerando grandes desfasamentos nas soluções encontradas. A *Homeless Persons Act* foi emendada por duas vezes na década de 80, sendo alterado o conceito de sem-abrigo.

Evans (2000) salienta que a Lei de Alojamento de 1996, *Housing Bill*, foi o culminar da crescente preocupação ministerial com o acesso à habitação social. Considerava-se que existiam abusos da prioridade concedida aos sem-abrigo pela legislação de 1977, em detrimento de outras pessoas na lista de espera, com necessidades equiparadas. A lei de 1977, que já tinha introduzido dois conceitos de controlo da situação, o da intencionalidade e o da conexão local, confronta-se com o necessário balanço entre a defesa do direito à habitação por parte dos sem-abrigo e os abusos na procura de habitação. A Lei de 1996 introduziu alterações profundas, diminuindo os direitos da população sem-abrigo, como por exemplo, a perda do direito à habitação permanente pelo direito a apenas a alojamento temporário e como única via de acesso à habitação social. Para além das exigências da Lei de 1977 (intencionalidade e conexão local), as autoridades locais passaram a ser obrigadas a investigar se os candidatos reuniam condições para poderem ser apoiados e se existiam no distrito outros alojamentos alternativos adequados e disponíveis. *“The homelessness legislation, and accompanying guidance, are themselves rationing devices, setting the legal parameters by excluding those who are not homeless, non-priority groups, those who were intentionally homeless and those without a qualifying local connection. Additionally, however, the law has left local authorities have varied in their interpretation of key definitions and duties (Department of the Environment, 1988; 1989a; 1996a). For example, authorities have*

*differed in terms of the stage at which applicants are accepted as homeless, their definition of 'vulnerable for some other reason', the type and duration of enquiries they undertake and the way in which intentionality is assessed'* ( Evans, 2000: 149).

Pleace e Quilgars (2003) salientam que, a partir de 1997, com a eleição do *New Labour*, se assistiu a uma alteração da relação do poder político com os problemas sociais, passando estes a serem vistos como resultantes da exclusão social. *"Homelessness was defined as part of this social exclusion (SEU, 1998) and major policies were put in place to counteract it, including the formation of a Rough Sleepers Unit, a new Homelessness Directorate (in 2002), and the introduction of more liberalized homelessness legislation."* (2003: 192).

Uma outra temática abordada por Gerald Daly (1996), refere-se aos diferentes programas de intervenção desenvolvidos, tanto por organizações públicas como privadas. Ou seja, a existência, já há alguns anos a esta parte, de uma experiência de desenvolvimento de programas de integração, permite-lhes fazer uma análise crítica de como os mesmos são desenvolvidos, tendo em conta os êxitos e inêxitos dos mesmos. Falando de diferentes projectos de intervenção dirigidos à população sem-abrigo existentes no Reino Unido, principalmente em Londres, Daly salienta *"The degree of participant involvement is an important criterion for selection and review. In the past a great deal was done for homeless people by well-meaning bureaucrats and care-givers. Frequently this approach induced dependency or hostility. Consequently, this review is focused in part on self-help or self-management schemes which allow people to plan their own housing and related programs and to exercise control over their lives. It appears that a key factor in determining the success of projects for homeless people is the degree of power and control they exercise. [...] Another measure used in examining projects is the degree of comprehensiveness. Most homeless people have several problems simultaneously and need supportive services before they can manage housing and a job"* (1996: 210-211). Partindo do princípio da inquestionável necessidade do envolvimento do poder político, pois ser sem-abrigo é um problema nacional, o autor desafia os governos a assegurarem as condições necessárias para resolver o problema social. Deverão desenvolver programas de inserção exequíveis e pragmáticos, nos quais

os indivíduos alvo desses programas estejam implicados no seu planeamento e implementação.

Egar, Doherty e Mina-Coull (1999) realizaram um estudo sobre a evolução dos serviços de apoio aos sem-abrigo na Europa e particularmente sobre os projectos e programas implementados a pedido da Federação Europeia das Associações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo (FEANTSA). Começaram por referir que o conceito, tal como o descreveu Daly (1999), é móvel e muita das vezes incerto, é sujeito a mudanças em função do tempo e do espaço, sendo acima de tudo, um conceito relacional e não absoluto. *“A partir d’une définition initiale et restrictive de sans-toit, le concept a évolué pour embrasser les notions de risque et de causalité et est maintenant identifié de façon commune comme une facette de l’exclusion sociale. Vranken (1997), en considérant de telles variations dans la conception du sans-abrisme, se demande si elles indiquent un changement de perspective ou de paradigme et si c’est le cas, est-ce que ce changement en paradigme reflète un changement dans la composition socio-économique et démographique des sans-abri ou reflète simplement une évolution de la compréhension académique et réglementaire du sans-abrisme ?”* (Egar, Doherty e Mina-Coull, 1999: 3). Os autores salientam que existem investigadores que definem o sem-abrigo em relação às condições de alojamento e outros que consideram que a ausência de alojamento é consequência da ausência de relações e de laços sociais. *“Ces deux notions soulèvent des questions différentes mais reliées : La première soulève le problème général de connexion entre la pauvreté et le logement et la deuxième, la question de ces types et processus d’exclusion sociale qui sont exacerbés par la perte de logement”* (1999: 3). Referem os autores que o impacto da situação de sem-brigo deve ser percebido em termos de duração e em relação com o historial de vida de um indivíduo, devendo os serviços de apoio aos sem-abrigo ter em conta estas questões, se quiserem ser eficazes em termos de prevenção. *“Par exemple, le développement de services novateurs ciblant les jeunes gens célibataires (au state initial de la formation d’un foyer au cours de la vie d’une personne), peut, en reconnaissant les différents processus qui mènent au sans-abrisme des jeunes, avoir des formes et un caractère différents de ceux destinés à des hommes ou des femmes plus âgés (dont le sans-abrisme peut survenir au moment de la séparation des partenaires)”* (1999: 5). Salientam,



também, que numerosos serviços de apoio aos sem-abrigo revelam ainda uma tendência institucional para controlar, disciplinar e punir, que oferecem soluções transitórias e de urgência, mais do que soluções a longo prazo, enquadradas numa perspectiva de exclusão social. Para os autores, os serviços fornecidos aos sem-abrigo devem ter em atenção várias facetas, para responderem à totalidade das necessidades dos indivíduos, prevenindo a situação de sem-abrigo através de uma (re)integração permanente. Por outro lado, fazem uma análise crítica sobre a evolução recente do apoio prestado pelos agentes e pelas instituições, que designam de “*l’aide sociale de participation*” (1999: 25). Consideram que “*L’émergence de l’aide sociale de participation a été stimulée par deux tendances conflictuelles. Primo une idéologie qui demande l’acceptation d’une ‘responsabilité’ en retour de l’accès aux services et secundo les débats sur la nature du contrôle et de la discipline. Les deux sont conflictuels parce que la première est basée sur l’établissement d’un contrat, imposé et rarement négocié, entre les individus sans-abri et les prestataires de services. Grâce à ce contrat les sans-abri deviennent responsables de leur propre ‘normalisation’, de leur intégration dans la société traditionnelle ; ils s’y conforment en apprenant les disciplines de gestion du temps et de prudence financière et les principes de comportement interpersonnel et social acceptable. Ces derniers, par contraste, sont basés sur une conception des structures et des processus de la société en tant que structures et processus de pouvoir, opprimant et ‘colonisant’ les individus (voir Foucault, 1979). Donc la vie des sans-abri est colonisée dans le sens où, sous la condition de la prestation de services, ils sont ‘forcés’ de se conformer aux normes de la société dans son ensemble. Le point de vue compliqué de Foucault pour ce qui est du pouvoir et des relations de pouvoir embrasse la notion de ‘résistance’ de la part des individus et des groupes concernés*” (Egar, Doherty e Mina-Coull, 1999: 25).

Egar, Doherty e Mina-Coull (1999), fazem também referência às mudanças económicas, sociais e políticas ocorridas nos países da União Europeia nos últimos 25 anos do século XX, evidenciadas na crise do Estado Providência. “*Suite à ces changements, les Etats-providence éprouvent maintenant des difficultés non seulement fournir leurs services de manière adéquate aux populations-cibles traditionnelles mais également, à répondre de manière appropriée aux nouvelles exigences, qui n’avaient*

*pas été prévues lorsqu'ils ont été mis en place au début des années de l'après-guerre*" (1999: 17). Salientam que os problemas multi-dimensionais associados à exclusão social se situam fora das tradicionais respostas de ajuda social e que os Estados Providência não possuem recursos suficientes para fazerem face àqueles. Fazem referência a um relatório político datado de 1999 e elaborado pela FEANTSA que identifica *"le sans-abrisme en tant que «la manifestation la plus extrême de l'exclusion sociale» [...] parce qu'elle associe la dislocation sociale à la marginalisation. L'exclusion sociale force le logement à faire partie du débat concernant la crise de l'aide sociale, le reliant de manière complexe à des problèmes de chômage à long terme et à la citoyenneté"* (Egar, Doherty e Mina-Coull, 1999: 22-23).

Gerald Daly (1996), refere-se aos problemas de saúde física e mental dos sem-abrigo, incluindo na sua explanação questões de género. Considera que os problemas de saúde são mais pronunciados nos homens do que nas mulheres. Especificamente no que se refere aos problemas de saúde mental, o autor salienta que as doenças mentais podem ser causa ou consequência da situação de sem-abrigo. Algumas das características dos doentes mentais são comuns entre os sem-abrigo: são pobres, marginalizados, não possuem suporte familiar e social e muitos pertencem a minorias étnicas. O autor dá ainda um grande destaque ao problema da desinstitucionalização como causa dos problemas de saúde mental. Quando os doentes são desinstitucionalizados, não estão criados na comunidade os meios para os inserirem. *"Britain, The United States, and Canada pursued deinstitutionalization policies without widespread success because inadequate attention has been given to community care alternatives which meet the needs of those who are discharged from institutions"* (Daly, 1996: 126). *"A significant issue is the fate of these people once they have been deinstitutionalized"* (Daly, 1996: 113).

Jacques Lebas e Pierre Chauvin (1998), abordam a questão das patologias mentais dos sem-abrigo. Fazendo referência a diversos estudos psiquiátricos, onde são indicadas e estudadas as grandes patologias mentais com incidência nesta população, concretamente as esquizofrenias, os distúrbios de personalidade, as psicoses, etc, salientam, contudo, a existência, defendida por alguns investigadores, de uma patologia mental crónica

específica dos sem-abrigo, que é a do sofrimento psicológico. *“Même s’il faut écarter toute tentation de stigmatisation et si, comme l’écrit Henri Ey : « Le problème du clochard n’est pas psychiatrique dans son essence, et il serait proprement dérisoire de penser que les clochards sont tous des malades, des névrosés, des psychopathes», il n’en reste pas moins vrai que des nombreux praticiens de terrain ont véritablement le sentiment de rencontrer chez ces personnes une souffrance psychique et une symptomatologie ne rentrant dans aucun cadre nosologique classique”* (1998 : 111). Ressaltam, no entanto, estes autores que não existe ainda consenso entre os diferentes estudiosos sobre esta questão. *“Certains considèrent que la pathologie psychiatrique préexistant est un facteur étiologique majeur de la désocialisation ; d’autres que la pathologie psychiatrique n’est pas plus fréquente pour les personnes à la rue que pour une population témoin mais qu’il existe une souffrance psychique liée aux conditions de vie à la rue (ceux-là constatent l’émergence d’un nouvel espace de souffrance psychopathologique dans lequel l’élément dépressif, quasi systématique, joue un rôle déterminant). D’autres, enfin, pensent que la vie à la rue est capable à elle seule de créer (ou en tout cas d’aggraver) une authentique pathologie psychiatrique qu’il reste d’ailleurs à décrire comme entité nosologique nouvelle”* (1998 : 111). Lebas e Chauvin consideram que, não obstante, o interesse do debate em aberto, o que importa, na realidade, é que todos os sem-abrigo recebam uma resposta adaptada por parte dos serviços sociais e dos serviços de saúde. *“Pour prendre en charge ces populations, le médecin, l’infirmière et le travailleur social ont compris qu’il était illusoire d’attendre une demande dans un bureau mais qu’il fallait avoir une démarche active et aller à leur rencontre”* (1998: 112).

Bridget Franklin (1999), salientando que os sem-abrigo são alvo de processos de estigmatização e ostracismo, questiona a intervenção que se dirige unicamente para a obtenção de uma habitação. *“Despite the increasing recognition of the policy causation of homelessness there is still a tendency, by many, to view the homeless as inadequate, in some cases defiant and deserving of condemnation. This intensifies feelings of stigma and ostracism. [...] There is a much more complex process at issue – which involves, not only rehousing, but also a progression through the stages whereby an individual*

*comes to feel at home – a progression which is too easily taken for granted by those who have a safe, secure and predictable pattern to their lives”* (1999: 191-192).

Edgar e Doherty (2001) referem-se à experiência vivida pelas mulheres sem-abrigo que consideram ser diferente da dos homens, pois há sempre uma dupla dimensão: a feminina e a masculina. Consideram que as causas apontadas para a condição de sem-abrigo nas mulheres (divórcio, separação, violência doméstica), relacionadas com uma situação de dependência nos casamentos patriarcais, evoluíram nos últimos anos e estão directamente relacionadas com o elevado número de rupturas em lares unipessoais ou monoparentais liderados por uma mulher. *“Cette évolution résulte de l’effet conjugué d’une série de mutations socio-démographiques et économiques, visibles partout en Europe, et qui, toutes, pointent le déclin de la cellule familiale traditionnelle : mariage tardif, baisse de la fertilité, allongement de l’espérance de vie (surtout de la femme) et, plus important encore peut-être, l’arrivée d’un grand nombre de femmes sur le marché du travail”* (Edgar e Doherty, 2001: 4). Para os investigadores se é importante constatar a similitude das experiências das mulheres sem-abrigo nos países europeus, é, também, importante não perder de vista que existe uma grande diversidade de situações e de experiências pessoais.

Encontrámos em Dominique Memmi (2002) um olhar imbuído de uma certa complexidade que consideramos interessante e peculiar e que traz novos contributos ao debate e à compreensão do problema. Memmi começa por referir que estudar os sem-abrigo permite supor que uma tal população é claramente identificada e separada de outras populações, constituindo uma categoria intelectualmente interessante, pelo simples facto do seu estado de privação e especialmente de privação de tecto. *“C’est définir ces individus ipso facto par un besoin spécifique, et un besoin partiellement définissable en termes physiques”* (2002: 213). De uma forma geral, os investigadores analisam esta população em termos de ausência de recursos: sem habitação, mas também sem trabalho, sem laços familiares e sociais. Mas, continua Memmi, acreditar-se nesta abordagem significa ficar-se preso a um pré-juízo, fortemente pré-construído pelo senso comum, em função de um sentimento de urgência e de má consciência social

que vê os sem-abrigo como uma população reduzida ao seu próprio corpo e incapaz de satisfazer as suas necessidades elementares.

Retomando a definição de sem-abrigo em função das necessidades, Dominique Memmi realça que na construção desta problemática é real o peso do senso comum, que vê os sem-abrigo como aqueles que não possuem um tecto. Esta situação assenta num paradoxo da investigação científica, pois a definição dos sem-abrigo como sendo os *sans domicile fixe* não tem sido pela mesma contestada, ou seja, não tem sido posta em causa a validade intelectual de tal categorização, nem tem ousado reconstruir o objecto. Memmi ressalva, no entanto, que os diferentes autores, mesmo que tentem resistir à definição dos sem-abrigo como aqueles que dormem na rua, estatisticamente têm necessidade de adoptar um conceito operatório desta população, tendo em conta que se trata de uma população que não é mais do que um agrupamento transitório de pessoas, atravessando uma situação. Curioso é verificar que também Memmi encontra esta dificuldade, aparentemente inultrapassável, na medida em que no trabalho em que participou também se submeteu à tal definição operacional: “... *puisque nous avions choisi d’interroger des gens qui étaient au fond comme «structurellement» sans abri: en l’occurrence à la rue avec six mois et plus (c’est-à-dire ni propriétaires, ni locataires, ni occupants d’un logement fixe)*” (2002: 216). Face à situação que atravessa, a definição em função das necessidades físicas torna-se uma referência e ajuda a estruturar o papel das instituições de apoio, determinando a relação que estabelecem com os sem-abrigo. As suas preocupações enquadram-se numa apreensão com o estado físico das pessoas, em não as deixar morrer ou sobre o que as pode diminuir. Sendo, assim, são as necessidades físicas o passaporte de acesso às instituições.

Memmi afirma que ao assumir-se uma definição dos sem-abrigo em termos de carências incorporadas, não só se dá um cunho profundo à totalidade dos constrangimentos, como se apresenta o universo de possibilidades que possuem. Uma observação por este prisma será a contribuição para uma inflexão às análises normalmente realizadas. “*Univers des possibles: le terme est délicat à employer quand on a affaire à une situation de domination aussi extrême. Il vise à accorder de l’importance, mais de manière contrôlée, aux marges de jeu dont disposent les agents sociaux dans une situation aussi*

*contrainte. Plus précisément : aux marges de jeu dont ils disposent au moins dans les présentations de soi à usage tactique*” (Memmi, 2002: 220). Se a adoção do papel sem-abrigo é constrangedor, ele é, no entanto, rentável em termos imediatos, num universo definido pelo peso esmagador do curto prazo, da impossibilidade de antecipação e da definição social como os mais dominados. Nesta sequência, afirma “*Assurer sa survie commande alors d’adhérer à la définition par d’autres de la légitimité de ses besoins et à une certaine représentation de soi, de s’y couler aussi parfaitement que possible en raison des bénéfices à court terme qu’elle recèle, et en dépit des inconvénients à long terme qu’elle comporte*” (2002: 221). Essa será, aliás, uma das condições de perpetuação da dominação, pois os benefícios secundários imediatos serão a curto prazo mais importantes do que sair da situação.

Ponderando a necessidade de utilização de uma terminologia adequada, Memmi considera que o termo tática deve ser usado com prudência, pois a margem de jogo dos sem-abrigo é apertada. A ostentação pública dos corpos constitui uma tática possível de sobrevivência. “*Tout simplement parce qu’une des rares stratégies de survie qui demeurent aux plus démunis consiste à exploiter la définition sociale d’eux-mêmes qui leur est imposée*” (2002 : 214). Mas o conteúdo da identidade negativa adotada, ou seja, o grau e o modo de ostentação do estigma encontram-se fortemente determinados pela nossa representação comum sobre a população em causa. Tendo como referência Norbert Elias, Memmi salienta que a urgência de satisfazer as necessidades físicas é sinónimo de vergonha na nossa etapa de desenvolvimento do processo civilizacional, mas é por essa razão que a ostentação pública dos corpos carenciados constitui uma tática possível de sobrevivência. “*Entre ruses du faible et subjectivation forcée d’une définition calamiteuse de soi, entre gymnastique pour se couler dans le moule et effort pour s’en extraire, il resterait cependant à s’interroger sur effets réels produits sur des sujets ainsi construits...*” (Memmi, 2002 : 232).

Referindo-se ao conceito de limiar de tolerância, Memmi considera que o mesmo constitui um dado sobre o conhecimento da situação dos sem-abrigo, pois encontra-se presente nas interações que estes últimos estabelecem com os técnicos ou com um cidadão comum, como, por exemplo, com um passageiro de metro quando por eles

interpelado. “*Bref, ce qui se voit sans cesse sollicité quand on travaille sur ce problème se révèle être notre seuil de tolérance actuel à la violence imposée par la domination sociale, à la traduction physique de la violence sociale*” (Memmi, 2002 : 214).

Marchand (2003), citando Julien Damon em *La Question SDF. Critique d’ une action publique* (1996), refere que a presença dos SDF nos espaços públicos “... *provoque depuis une vingtaine d’années des réactions dans la population (généralement compatissantes, mais parfois hostiles), un intérêt médiatique et scientifique et un investissement institutionnel (déploiement de programmes ponctuels et de politiques de long terme)*” (2003 : 8). Constata que os investigadores se deparam com diferentes interpretações do objecto de estudo, podendo o sem-abrigo ser visto, por diferentes interlocutores, como aquele que frequenta os serviços destinados aos sem-abrigo, como aquele que, não possuindo uma residência fixa, erra de um lado para o outro, ou, ainda, como aquele que é facilmente identificado na rua como sendo SDF. “*La prise en charge des SDF est un ensemble hétéroclite de réponses à un problème hétérogène, sans véritable principe d’action unificateur*” (Marchand, 2003 : 8). Continuando a aludir a J. Damon, Marchand salienta que o mesmo considera que os sem-abrigo são actores sociais, que efectuam escolhas, desenvolvem estratégias a curto e a longo prazo, possuem opiniões, ideias, valores. Possuem ainda uma variedade de recursos, o que Damon denomina pelo termo de *bricolage*, que podem utilizar a qualquer momento. “*Ils sont obligés de vivre au jour le jour, et doivent faire face aux imprévus du quotidien. Même s’ils agissent souvent seuls, certains d’entre eux échangent des conseils et des « tuyaux » avec d’autres sans-abri*” (Marchand, 2003 : 9). Considera o autor que o quotidiano dos sem-abrigo é feito de hábitos e de ritmos precisos, que os podem ocupar todo o dia, não obstante evoluírem em conformidade com o sistema que os rodeia e as próprias etapas das suas carreiras.

O quotidiano dos sem-abrigo na rua já tinha sido abordado por Geral Daly (1996). “*For people without housing who live on the streets, their days are marked by endless walking and waiting. They keep moving, often at the request of police, shelter operators, or store owners. They stand in lines waiting...for shelter, food, welfare benefits, and health care*” (Daly, 1996: 128). Os sem-abrigo são vítimas de assédio e violência

porque se encontram vulneráveis, sozinhos, sem qualquer protecção ou direitos civis. Estes crimes não são denunciados devido à indiferença pública. A população sem-abrigo sabe que pode ser alvo de agressão por parte das pessoas em geral, como dos seguranças e proprietários de lojas comerciais como ainda da polícia. Muitos municípios aplicam multas, criam obstáculos nos parques públicos para não poderem dormir nos bancos dos jardins e assumem ainda outras acções para os desencorajar a dormir nos espaços públicos. O autor destaca ainda que os homens passam mais tempo na rua do que as mulheres. Os albergues para homens, quase sem excepção, obrigam-nos a levantar-se cedo todos os dias e só lhes permitem regressar ao fim da tarde. Os refúgios para as mulheres permitem que as mesmas permaneçam nas imediações dos abrigos, com estadias mais prolongadas. Estas normalmente andam sozinhas, são mais vulneráveis e necessitam de uma maior protecção.

### 1.3. Conciso paralelismo

Fazendo a comparação entre a síntese da literatura estrangeira e da portuguesa sobre os sem-abrigo, constatámos o seguinte:

- Enquanto o primeiro trabalho científico português sobre os sem-abrigo data dos anos oitenta do século passado, em Inglaterra os trabalhos científicos já existem com abundância nos finais da década de sessenta. Estes trabalhos foram executados na sua maior parte a pedido do poder político, preocupado com o crescimento da população sem-abrigo e com a consequente visibilidade no espaço público (Damon e Firdion), o que os compeliu a um envolvimento directo no problema, através da produção de legislação e da adopção de medidas específicas. Em Portugal, os sem-abrigo nunca foram alvo de uma intervenção distinta por parte do poder político central, podendo eventualmente beneficiar da aplicação de legislação criada para a generalidade da população pobre e excluída.
- Não obstante o longo historial que a investigação académica possui no Reino Unido, os investigadores ingleses têm vindo a manifestar a necessidade da adequação da investigação a parâmetros teóricos conceptuais, independentes do



poder político (Anderson, 2003), e da mesma se debruçar sobre a eficácia de programas implementados. Em Portugal, como já vimos, os únicos trabalhos científicos efectuados com o fim de ajudar a conhecer a população sem-abrigo foram encomendados pela autarquia lisboeta ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, sendo que o primeiro data de 1986. No entanto, na consulta bibliográfica que efectuámos não nos foi possível encontrar qualquer referência a programas eventualmente já implementados e subsequentes avaliações.

- Diversos autores fazem uma resenha histórica das preocupações e da intervenção do poder político inglês desde a década de sessenta do século XX até à actualidade, relacionando-o com as diferentes ideologias vigentes e com a investigação desenvolvida, o que os remete para uma interdependência entre esta última e o poder político. Em Portugal, não encontramos publicada qualquer análise deste âmbito, julgamos que decorrente do escasso desenvolvimento da investigação científica e do alheamento do poder político central.
- A maior parte dos autores estrangeiros consultados preocupa-se em adoptar uma definição prévia de sem-abrigo para explicar o conteúdo do tema em análise, salientando que existem diferentes pontos de vista sobre a condição da população. Podemos verificar que explícita ou implicitamente consideram que ser sem-abrigo não é um estado, mas sim uma situação transitória, complexa e esquiva. Para Gerald Daly, por exemplo, ser sem-abrigo é muito mais do que não ter uma casa. É um problema social que se enquadra no problema mais vasto da exclusão social. Por seu turno, Avramov, partindo da definição de que ser sem-abrigo é não ter uma casa permanente, pessoal e adequada, interliga esta situação com a ausência de rendimentos, de emprego e ainda com a falta de laços de familiaridade. Outras definições são adiantadas, como a de Memmi, que considera que se deve ver os sem-abrigo pelo conjunto de constrangimentos que vivenciam, pelas necessidades que possuem, mas, também, pelas capacidades ou tácticas que desenvolvem para fazer face àqueles constrangimentos. A noção operacional de que um sem-abrigo é todo aquele indivíduo que vive na rua, que não tem uma habitação permanente ou temporária, foi adoptada por diferentes

investigadores, por imposição do poder político. Edgar, Doherty e Mina-Coull consideram que a dependência do saber ao poder é uma condicionante da pesquisa, pois fica prisioneira do conceito político, não evoluindo e não trazendo para o campo da investigação outros factores contributivos da situação de sem-abrigo. É destacada por estes autores a relação entre a evolução sócio-económica e política nos países da União Europeia, com o crescimento registado dos sem-abrigo. Em Portugal, uma similar análise é efectuada por Bruto da Costa, que enquadra o problema dos sem-abrigo num outro mais vasto, complexo e heterogéneo, que é o da exclusão social.

- Os investigadores reflectem sobre os factores desencadeadores da situação de sem-abrigo, realçando que os mesmos não se resumem ao problema de falta de habitação. São problemas estruturais relacionados com a ausência de rendimentos, com o desemprego, com rupturas relacionais/afectivas. Daly chega mesmo a diferenciar em função de género as causas de ser sem-abrigo. Assim, considera que o desemprego, os problemas de habitação, o corte de laços familiares, o abuso de estupefacientes serão as causas mais frequentes nos homens. Nas mulheres, razões de ordem de saúde, de maus tratos e abusos sexuais contribuirão com maior incidência para a situação de sem-abrigo, que, na sua óptica, será normalmente pontual. Semelhantes preocupações com factores de ordem estrutural, desencadeadores da situação de sem-abrigo, encontrámo-las na maioria dos investigadores portugueses.
- Outro assunto abordado com regularidade na bibliografia consultada, é o da saúde dos sem-abrigo, com destaque para os problemas de saúde mental. É salientada por Debas e Chauvin a tese de alguns investigadores sobre o que consideram ser uma patologia mental crónica específica dos sem-abrigo, ou seja, o que denominam de sofrimento psicológico. Os investigadores portugueses, António Bento e Elias Barreto, quando apelidam os sem-abrigo de *Sem-Amor*, no livro *Sem-Amor e Sem-Abrigo*, realçam, também, o sofrimento psicológico daquela população. Problemas de saúde associadas ao género, nomeadamente ao

género feminino, são analisadas por certos autores, nomeadamente por Gerald Daly. Encontrámos também semelhantes reflexões em autores portugueses.

- Memmi analisa a relação que os sem-abrigo estabelecem com a sua própria condição, com o estigma que lhes está associado e os “benefícios” imediatos que colhem da assunção dessa condição, em detrimento dos inconvenientes que comporta a longo prazo. Na mesma linha de pensamento de Memmi, encontrámos Marchand que, citando Julien Damon, salienta a possibilidade da utilização por parte dos sem-abrigo de uma diversidade de recursos, considerando-os como actores sociais. Na literatura científica portuguesa, semelhante análise é incipiente, sendo ligeiramente abordada por Manuel Pimenta quando fala das estratégias de sobrevivência e da “utilização” que é feita por parte da população sem-abrigo das instituições de apoio.
- Encontrámos em dois autores estrangeiros consultados análises sobre os projectos de intervenção direccionados à população sem-abrigo, destacando-se a necessidade da sua participação activa no planeamento e implementação dos projectos (empowerment).
- Daly aborda o quotidiano dos sem-abrigo, realçando o deambular a que são obrigados, muitas das vezes por imposição das autoridades policiais, dos lojistas ou para fugirem de atitudes agressivas por parte de outras pessoas. Este assunto não o encontrámos tratado pelos autores portugueses.

Por fim, e como corolário da análise efectuada, poderemos salientar as principais conclusões que retiramos da mesma. Não obstante as similitudes encontradas entre os autores estrangeiros e os portugueses no que concerne, prioritariamente, à necessidade de definição do objecto de estudo e das causas precipitadoras da situação, assim como, à indispensabilidade da realização de caracterizações sociodemográficas para o conhecimento da população alvo, encontrámos questões que, em Portugal, não são, pelo menos ainda, objecto da investigação científica, ou o são de uma forma muito incipiente. Destacamos o rudimentar conhecimento sobre a população sem-abrigo; a

manifesta necessidade de implementação e aperfeiçoamento de metodologias de investigação; o estudo das relações estabelecidas entre o poder e o saber e a estruturação de uma recíproca influência; o estudo da eficácia de projectos implementados e da prestação dos serviços/instituições de apoio existentes.

### III. QUADRO CONCEPTUAL DE REFERÊNCIA

#### 1. Pobreza e Exclusão

Para Costa (1998), a situação de sem-abrigo representa “... *uma das formas mais extremas de exclusão social, por vezes uma das mais visíveis, aquela em que o carácter de privação múltipla é patente e, por vezes, contrasta fortemente com o meio ambiente em que se apresenta...*” (Costa: 1998: 80). Ser sem-abrigo é, nesta perspectiva, estar no último degrau dos padrões de vida, é a total privação de recursos materiais e simbólicos, é a impossibilidade do exercício de cidadania. Este ponto de vista, partilhado por muitos outros autores, que sedimentam as suas conclusões em estudos empíricos, remete para reflexões sobre a pobreza e sobre a exclusão social. Face a estas considerações, é exigível determo-nos sobre os conceitos de pobreza e de exclusão social, para uma melhor compreensão e enquadramento do fenómeno dos sem-abrigo.

##### 1.1. A Pobreza

Foi nos finais do séc. XVIII, em Inglaterra, em pleno desenvolvimento da Revolução Industrial, que surgiram os primeiros estudos sociais sobre a pobreza, não obstante esta já ser referenciada na Antiguidade e na Idade Média (Toscano, 1993). Para a autora, até à Revolução Industrial imperou uma *perspectiva moralista e normativa da religião católica* (1993: 305) sobre a pobreza. Os pobres eram vistos como um mal social necessário, que permitia aos outros (não pobres) praticarem a caridade para merecimento da salvação das almas. Esta posição sobre a funcionalidade da pobreza dava legitimidade e actuava como um estímulo diferencial. A pobreza era, assim, considerada como um aspecto integrante da vida humana, fenómeno natural e inevitável. Criaram-se durante a Idade Média inúmeras instituições (hospitais, hospícios, leprosarias, gafarias) direccionadas para o acolhimento dos que mereciam compaixão por não poderem trabalhar ou por se encontrarem doentes.

A partir do séc. XVI, outra visão se foi instalando, denominada por Toscano como a “visão urbano-municipalizante” (1993: 308) e que assentava num “*sentimento de depuração, recenseamento e policiamento social*” (Toscano, 1993: 308). Medidas repressoras e punitivas para com aqueles que eram considerados falsos pobres (os vagabundos) passam a ser levadas a cabo pelos Municípios, instituindo-se muitas das vezes a prática do enclausuramento. “*Eram definidos esquemas de verificação e registo dos atendidos. Eram desenvolvidos processos diversificados de oposição de um “ferrete” ou distintivo visível que não permitisse que os mesmos passassem despercebidos. E, simultaneamente, eram criadas estruturas policiais específicas que vigiavam e inspeccionavam o quotidiano dos pobres*” (Toscano: 1993: 309). O valor trabalho torna-se o objectivo a observar para a definição e aceitação da pobreza. Mais tarde, com o capitalismo, os pobres encontram-se na sua grande maioria associados à classe operária, adquirindo deste modo, uma nova identidade. Surgiu então uma nova visão sobre a pobreza, a estruturalista, que encarou a pobreza como produto das relações socioeconómicas, resultado dos mecanismos de exploração e dominação capitalista geradores de desigualdades sociais.

Em meados do século XX, a Organização das Nações Unidas definia a pobreza pela acessibilidade à alimentação. Passou a utilizar-se o termo *limiar da pobreza* para se salientar que os pobres eram aqueles cujos rendimentos ou ração calórica eram inferiores ao mínimo estabelecido. No entanto, sendo as normas de alimentação relativas, pois dependentes das regiões, dos hábitos culturais, dos modelos de consumo, não era possível estabelecer um parâmetro concreto quanto ao limiar de pobreza. Na década de 70, a Organização Internacional dos Trabalhadores alargou o conceito, e a pobreza passou a ser definida pela incapacidade de satisfazer as necessidades básicas. Ultrapassando-se o conceito meramente de satisfação material, a pobreza passou a ser igualmente definida pela privação de direitos e possibilidades, pelo estado que viabiliza uma situação de inferioridade.

A crise económica dos anos 70 atirou para a pobreza um número considerável de pessoas. É neste quadro que aparecem os *novos pobres*, ou seja, indivíduos que nunca tinham vivido situações de precariedade económica, mas que na sequência do

desemprego se encontraram desinseridos laboral e socialmente. “*O abrandamento do crescimento económico no início da década de setenta foi prontamente convertido em «crise económica». [...] O Estado assumiu essa «crise» de múltiplas formas. Em primeiro lugar, enquanto crise interna do próprio Estado. [...] Em segundo lugar, a invocação da «crise» serviu de lastro legitimador à tolerância do Estado perante as violações do direito do trabalho por parte das empresas e à prontidão com que se produziram inovações legislativas tendentes a tornar mais precária a situação de desemprego*” (Santos, 1992: 163). A concepção de que a pobreza só atinge os que estão mais baixo na estrutura social fica profundamente abalada. Nas duas décadas seguintes, o conceito de pobreza tornou-se mais abrangente, sendo valorizados aspectos como o isolamento, a vulnerabilidade e o bem-estar. O conceito de pobreza adquiriu, para além de uma concepção estrutural, também uma concepção dinâmica.

Segundo Capucha (1993), a pobreza tem sido estudada sob uma perspectiva culturalista ou em termos socioeconómicos. É nesta última perspectiva que se inserem os conceitos de pobreza absoluta (primária ou secundária), pobreza relativa e pobreza subjectiva. “*É-se pobre desde que os rendimentos ou os recursos não garantam a eficiência física, em termos primários se a carência se liga à ausência de recursos, em termos secundários se se liga a uma deficiente utilização deles*”(Capucha, 1993: 320). Mas como esta noção de pobreza carece de um alcance perceptível face à impossibilidade de se determinar a quantidade dos recursos ou a melhor prática de gestão daqueles num determinado sistema social, introduziu-se o conceito de pobreza relativa. “*Essa impossibilidade liga-se, em grande medida, ao facto das necessidades constituírem objecto de construção social, definindo-se por relação com a norma*” (Capucha, 1993: 320). Para o autor esta perspectiva é reducionista, por privilegiar o aspecto económico como indicador da situação, subvalorizando outros aspectos, tais como os educacionais, habitacionais, políticos ou culturais. Além de que ao apresentar os indicadores sobre a pobreza em termos estatísticos, atribui-lhe um carácter essencialmente mensurável.

Na perspectiva culturalista, Capucha refere que a pobreza é vista como um modo de vida, o produto de carências múltiplas e interdependentes. Vários aspectos são salientados como característicos dos pobres: forte integração na comunidade e

segregação do meio; dinâmicas familiares instáveis; percepção do tempo no presente, pela impossibilidade de se efectuarem projectos de futuro; forte dependência institucional ou economia paralela; sociabilidades intensas, manifestações afectivas e comportamentais exuberantes; ocupações de espaços segregados e marginalizados. “A cultura da pobreza, geralmente produzindo identidades negativas e vergonha, é tida como um sistema de defesa estóica contra a humilhação e a dureza das condições de vida em que vivem os pobres” (Capucha, 1993: 320). O autor opõe também críticas à perspectiva culturalista, uma vez que a análise realizada é de focalização da situação sobre a própria pobreza, arredando-a dos processos e dinâmicas sociais, podendo-se cair no risco de se atribuir aos pobres a responsabilidade pela perpetuação da situação.

Não obstante as críticas realizadas, Capucha não deixa de salientar que foram dados, pelas duas dimensões em presença, contributos válidos e positivos para a compreensão da pobreza. Assim, a perspectiva socioeconómica alertou para a gravidade e a inaceitabilidade do fenómeno, identificando-o, dando-lhe visibilidade e projectando-o na esfera política. A perspectiva culturalista introduziu novas dimensões de análise, como a simbólica e a territorial, perspectivando-se o fenómeno de forma multidimensional. Os processos culturais foram valorizados num quadro de entendimento que só é possível combater a pobreza tendo como referência e sustentação esses mesmos processos culturais.

Alfredo Bruto da Costa define a pobreza como uma “*situação de privação resultante de falta de recursos*” (1998: 27). Para o autor, os dois conceitos inseridos na definição (privação e falta de recursos) têm que ser entendidos no seu conjunto, na medida em que estabelecem entre si relações de causa e efeito. Sublinha que para os que são pobres a falta de recursos é uma constante, originando o que denomina de *privação múltipla*, situação agravada pelo tempo de permanência na situação e pela intensidade que vai adquirindo. Os pobres não têm as necessidades básicas garantidas (entendendo-se por necessidades básicas não só a alimentação, habitação, saúde, educação, vestuário e outros, mas também a realização pessoal através da possibilidade de escolha, participação na vida política e social). Ser-se pobre é também estar-se excluído dos diferentes sistemas sociais, políticos económicos. As relações sociais são reduzidas a



pequenos círculos de pessoas; a ausência de condições económicas limita e impede o acesso ao mercado de bens e serviços; a participação política e cívica não é exercida. Mas ser pobre é ainda a vivência de perdas simbólicas, (perda de auto-estima, perda de sentimentos de pertença, perda de identidade social e pessoal, manifestação de atitudes conformistas, entre outras) e perda de poder. É também um problema de cidadania. “Com efeito, associando as duas perspectivas, a da exclusão dos sistemas sociais básicos e a perda de poder, creio que somos necessariamente levados a concluir que a pobreza (...) constitui, além do mais, um problema de cidadania” (Costa, 1998: 32).

## 1.2. A Exclusão Social

O conceito de exclusão social é muito recente e susceptível de diferentes utilizações e significados. Emerge no contexto da crise económica dos anos 70 do século XX, que levou a que muitas pessoas, que gozavam até então de uma situação de inserção social, ficassem excluídas do exercício de cidadania, da impossibilidade de acesso aos *sistemas sociais básicos* (Costa, 1998). A nova situação de privação passou a estar correlacionada com a crise de emprego, da organização social e dos sistemas de protecção social. “Ora, a «nova pobreza» caracteriza-se, precisamente, pela ruptura dos laços sociais, isto é, pela produção de situações de «desfiliação» e crise das relações primárias entre os indivíduos «precarizados» e o seu meio. É neste sentido que se tem utilizado a popularizada expressão «exclusão social»” (Capucha, 2000: 8). Com efeito, foi em França, em 1974, com a publicação do livro *Les Exclus, un Français sur dix* de René Lenoir, que a expressão exclusão social passou a ser utilizada para designar um fenómeno social com origem nas práticas sociais e que pode abranger qualquer pessoa, uma vez que já mais ninguém poderá considerar-se protegido ou excluído (porque permanecerá sempre incluído na sociedade) da própria *exclusão social*. “Lenoir entend souligner, en effet, l’existence de causes sociales: l’urbanisation trop rapide et désordonnée génératrice de ségrégations sociales et raciales auxquelles s’ajoute une plus grande distance spatiale entre les générations; la violence diffusée à la télévision; l’inadaptation et l’uniformisation du système scolaire; le déracinement causé par la mobilité professionnelle; les inégalités de revenus et de l’accès aux soins et à l’enseignement” (Paugam, 1996: 10). A origem do problema já não se coloca na exploração do proletariado, mas associa-se à existência de pessoas que o sistema

capitalista coloca de parte, à margem dos processos e dinâmicas sociais (Capucha, 2000). Emergem neste contexto as trajetórias de vida das pessoas, daquelas que independentemente da posição socioeconómica que ocupavam, foram colocadas fora do mercado de trabalho. Paugam (1996) salienta que foi nos anos noventa que se assistiu à consolidação do conceito, resultante da degradação do mercado de emprego, mas também resultante de um melhor conhecimento das populações em situação de pobreza, da evolução das representações sobre a pobreza. Em inícios da década de 90, a expressão passou a ser utilizada nos discursos políticos no seio da União Europeia, como substituta do conceito de pobreza e como sinónimo de um processo de marginalização social. Será importante constatar que o interesse da pesquisa científica sobre o problema da exclusão evoluiu paralelamente ao interesse dos poderes públicos. Mais tarde, através da Organização Internacional do Trabalho, a expressão *exclusão social* foi difundida a nível mundial, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, constatando-se actualmente a sua normal e vulgar utilização.

Paugam (1996), referindo que a noção entrou já na linguagem comum, chama a atenção que a expressão *exclusão social* não pode ser utilizada de forma uniforme, com o mesmo significado, pois trata-se de um conceito que encontra a sua expressão em conformidade com o espaço e o tempo em que é proferido. Trata-se de um conceito eminentemente relacional e não situacional. “*Cette notion est relative, variable selon les époques et les lieux. [...] Vouloir définir «l'exclu» en fonction de critères précis, valables une fois pour toutes, conduit, en réalité, à réifier des catégories sociales nouvelles, ou similaires à celles qui ont été construites socialement, et à laisser entendre qu'il peut exister une science de l'exclusion indépendant du contexte culturel spécifique de chaque société*” (Paugam, 1996 : 565).

A exclusão é, como refere Robert Castel (citado por Bruto da Costa, 1998), um percurso descendente que envolve sucessivas rupturas do indivíduo com a sociedade. É a fase mais extrema do processo de marginalização, marcada pela ruptura com o mercado de trabalho, por rupturas afectivas e familiares. A exclusão produz a auto-exclusão pela incorporação de um sentimento de incapacidade, pela impossibilidade de superar o presente e prevenir o futuro.

Costa (1998) considera que a exclusão social é um fenómeno complexo e heterogéneo. Subdivide-a em cinco tipologias: A *económica*, que está directamente relacionada com a situação de privação múltipla, por falta de recursos, sobrepondo-se ao da pobreza. No seu limite, podem encontrar-se indivíduos que vivem em situação de sem-abrigo. Quando a exclusão deriva da ausência relacional, do isolamento, da falta de autonomia pessoal, está-se a falar de um segundo tipo, a *social*. Exemplos desta exclusão podem ser os idosos que vivem isolados, que não desenvolvem laços de sociabilidade. Embora nem sempre a falta de recursos se encontre presente neste tipo de exclusão, a mesma pode decorrer da ausência de recursos, levando-nos para a possibilidade de estarmos perante uma situação de pobreza. A exclusão *cultural* resulta de fenómenos como o racismo, a xenofobia ou mesmo fenómenos impeditivos de integração de grupos étnicos minoritários. A exclusão *patológica* está relacionada com problemas de saúde, nomeadamente de saúde mental, que dão origem a rupturas afectivas e familiares. Muitos dos sem-abrigo, segundo o autor, possuem problemas de saúde mental que podem ter sido desencadeados pela vivência da situação de sem-abrigo, mas que também podem ter estado na sua origem. Por fim, o quinto tipo de exclusão social, que o autor denomina de *comportamentos auto-destrutivos*, isto é, comportamentos ligados com a toxicod dependência, alcoolismo e prostituição. Estes comportamentos também podem estar associados aos sem-abrigo e encontrarem-se a montante ou jusante do problema. Todos estes tipos de exclusão social podem aparecer agrupados, sobrepostos, estabelecendo relações de causa e efeito.

A expressão exclusão social remete-nos para um problema de cidadania, pela impossibilidade de acesso aos *sistemas sociais básicos* (Costa, 1998: 14). O autor agrupa esses sistemas em cinco domínios que classifica de social, económico, institucional, territorial e das referências simbólicas. O primeiro domínio, o do *social*, refere-se aos sistemas em que as pessoas se encontram inseridas e subdividem-se em *imediatos e restritos* (família e vizinhança); *intermédios* (associação desportiva ou cultural, a empresa, o grupo de amigos); *amplos* (comunidade local, política, mercado de trabalho). No segundo domínio, o *económico*, existem três tipos de sistemas: os *mecanismos geradores de recursos*, que incluem, por sua vez, o mercado de trabalho (salários), o sistema da segurança social (pensões) e os activos; o *mercado de bens e*

*serviços; e o sistema de poupanças. No domínio institucional são incluídos dois tipos de sistemas, os prestadores de serviços (sistema de saúde, educação, justiça, habitação) e as instituições ligadas com direitos cívicos e políticos. O quarto domínio, o territorial, diz respeito à exclusão de um território (bairro, região, país). O último domínio, o das referências simbólicas, refere-se à perda da identidade pessoal, à identidade social, à perda de auto-estima, de auto-confiança, de sentido de pertença à sociedade, de capacidade de iniciativa, de motivação.*

Mais uma vez, apesar de classificados de forma independente, os sistemas e os domínios citados podem aparecer sobrepostos, pela interdependência que detêm. Alfredo Bruto da Costa salienta “*Um exemplo expressivo de sobreposição dos domínios é o do desemprego, que, como se assinalou, por um lado, acarreta perda de rendimentos normais (domínio económico), por outro, afecta as relações sociais (domínio social) e, por outro, ainda, atinge o excluído na sua identidade social (domínio das referências)*” (1998: 17). Mas o autor refere-se ainda ao que apelida de *grau de exclusão social*, para salientar que nem sempre se está perante a falta de acesso a todos os sistemas sociais básicos. Completa a sua análise aludindo também à visão da exclusão social como um *processo*, já anteriormente por nós focado, pela ocorrência de sucessivas rupturas, sendo as mais extremas as rupturas dos laços familiares e afectivos. Considera que a ruptura intermédia mais importante é a que diz respeito ao mercado de trabalho.

De todos os autores consultados, consideramos que Claude Dubar (1996) consegue, da melhor forma, condensar em duas ideias-chave o fundamental sobre o conceito. “*D’une part, les phénomènes aujourd’hui désignés sous le terme d’exclusion n’ont pas toujours existé comme tels. Ils résultent de transformations récentes dans les fonctionnements «structurels» des institutions clés de la vie économique et sociale, c’est-à-dire de celles qui contribuent à fournir aux individus des ressources financières et un statut social [...] Mais l’exclusion est aussi un processus qui concerne plus spécifiquement certaines catégories d’individus au cours de leur existence. C’est aussi un processus «biographique» qui ne peut être compris qu’en retraçant les étapes de parcours qui*

*s'éloignent toujours plus de l'intégration économique (accès ou retour à l'emploi) et de l'affiliation sociale (appartenance à un collectif)`` (Dubar, 1996 :111-112).*

Correndo-se o risco de se citar Claude Dubar com alguma imoderação, julgamos, no entanto, que algumas das suas ideias merecem ainda ser transcritas, pela oportunidade sequencial que dá ao seu pensamento, pela clara visão dinâmica dos processos em análise. *“En considérant ainsi les réalités visées sous le terme d'exclusion non comme un état, mais comme l'articulation toujours incertaine de deux processus largement autonomes qui impliquent de la part des individus, considérés comme sujets, une double transaction à la fois biographique (avec eux-mêmes) et relationnelle (avec les autres), il me semble possible de conceptualiser ces phénomènes comme faits de socialisation [Dubard, 1991], dans un contexte nouveau marqué à la fois par de nouvelles politiques d'emploi et de nouvelles pratiques relationnelles, par de nouvelles formes de «flexibilité temporelle» et de nouvelles trajectoires marquées par l'incertitude objective et des risques parfois récurrents de découragement subjectif`` (Dubard, 1996 : 117-118).*

Por último, suscita-nos afirmar que a exclusão social é definida pela negação, pela perda de referências, pela falta de recursos, pela ausência de oportunidades, pela impossibilidade de afirmação, pela incapacidade de reivindicação de interesses, ou seja, a exclusão social é um processo de desconstruções. Mas, é também uma construção social, ou seja, é o produto de prática sociais que vão alterando a relação que os indivíduos mantêm com eles próprios e com os outros e com a sociedade envolvente.

## 2. Identidade Social e Representação Social

Ao constituirmos os sem-abrigo como objecto do nosso estudo, admitimos que possuem uma identidade social própria, isto é, que como categoria social, são portadores de um conjunto de atributos específicos. A identidade atribuída aos sem-abrigo permitiu-nos delimitar o grupo social de pertença, pois constituiu-se como um instrumento para a definição de fronteiras. No entanto, temos noção que um processo de categorização não deixa de ser problemático. Como alerta Cuche (1996) ao categorizar-se um grupo social, corre-se o risco da atribuição de categorias incorporadas e imutáveis, de tendência a perpetuar a sua posição. Não cabe a um investigador realizar “*contrôles d’identité*” (Cuche, 1996: 89). “*Il lui revient d’élucider les logiques sociales qui amènent les individus et les groupes à identifier, à étiqueter, à catégoriser, à classer, et à le faire de telle façon plutôt que de telle autre*” (Cuche, 1996:89). Por outro lado, é preciso ter presente que a identidade de um grupo social não se constitui unicamente por um processo de hetero-atribuição. A identidade forma-se através de um compromisso entre a visão externa (hetero-identidade) e a visão dos próprios (auto-identidade) (Cuche, 1996: 87)

O processo de constituição de uma identidade (hetero e auto-identidade) inscreve-se num outro processo, o das representações sociais. As representações correspondem a uma forma de conhecimento da realidade, realidade que foi alvo de interpretação e também de reconstrução, através de processos cognitivos postos em acção pelos indivíduos. As representações sociais equivalem a uma visão prática da realidade por parte dos indivíduos e dos grupos, permitindo dar sentido e forma ao conhecimento. Possuem, entre outras, uma função identitária, por permitir a construção da identidade pessoal e social.

Neste estudo sobre os sem-abrigo impõe-se perceber a percepção que os indivíduos têm sobre a sua realidade e o sentido que a mesma assume para eles e, ainda, compreender as atitudes e comportamentos que apresentam, no enquadramento da relação que estabelecem com a sua situação de sem-abrigo. O estudo das representações sociais dos

sem-abrigo contribui para a compreensão da forma como é criada e reforçada a sua identidade social.

Identidade social e representação social são, assim, dois conceitos que serviram de suporte à nossa investigação empírica, pelo que deles faremos uma abordagem teórica sintética.

## 2. 1. Identidade Social

Identidade social é um conceito *eminentemente relacional* (Pinto, 1991), por referência a pertenças (género, étnico, cultural, local, etc.), e, como corolário, a diferenças. É um processo que se desenrola na relação com o(s) outro(s). Martine Xiberras define a identidade social como uma operação de classificação. “*A sociedade estabelece categorias, ou quadros sociais, que permitem a qualquer indivíduo, face ao desconhecido, classificar os objectos em categorias conhecidas. Assim, qualquer indivíduo é susceptível de prever a categoria à qual pertence e, da mesma maneira, classificar outro numa categoria*” (s/d: 137).

A identidade não tem uma existência estática, impermeável às mudanças ocorridas no seio da sociedade. Não permanece imutável no percurso biográfico dos indivíduos e dos grupos, mas emerge das práticas sociais, é alvo de socialização. Encontrámos em Giddens (2001), ao debruçar-se sobre as transformações do quotidiano por força da globalização, uma reflexão da influência dos fluxos de informação social e psicológica sobre os modos de vida, que obrigam as pessoas à constante tomada de decisões e a respostas integradas no desenrolar da auto-identidade, noção que o autor define “... *como algo que tem que ser rotineiramente criado e sustentado nas suas actividades reflexivas*” (Giddens, 2001: 49). Para Giddens, o percurso biográfico de um indivíduo integra continuamente acontecimentos exteriores que são escolhidos para a “*estória contínua sobre o self*” (2001: 51). “*A identidade de uma pessoa não se encontra no comportamento, nem – por muito importante que o sejam -, nas reacções dos outros, mas na capacidade de manter a continuidade de uma narrativa*” (Giddens, 2001: 51). Kaufman (2004) considera que o conceito de identidade, nos dias de hoje, é frequentemente utilizado e, por vezes, de modo antagónico, correspondendo às diversas

pertenças dos indivíduos, às múltiplas interacções sociais desenvolvidas ao longo da vida, na afirmação da individualidade. *“L’identité se révélait un concept dynamique, opératoire, un instrument de stimulation intellectuelle, répondant par ailleurs à des attentes sociales nombreuses et diverses”* (Kaufman, 2004 : 8). Também Stuart Hall (2002), ao referir-se à concepção da identidade como sujeito sociológico, salienta as variadas identidades que um indivíduo pode assumir em diferentes contextos e momentos *“... à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”* (2002: 13). Hall considera que as múltiplas identidades existentes fazem apelos a diferentes partes dos indivíduos, sendo possível fazer uma escolha entre elas. *“Quanto mais a vida social se encontra mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens dos média e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas-desalojadas de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem «flutuar livremente»”* (Hall, 2002: 75).

A identidade é assim construída através das trajectórias pessoais e sociais de cada indivíduo, na relação estabelecida com os outros, na interacção desenvolvida com o meio social envolvente e no reconhecimento constituído. A identidade individual ou grupal forja-se pelo reconhecimento dos outros, existindo necessidade desse reconhecimento para se afirmar. (Taylor,1994)

Madureira Pinto, empregando noções de Pierre Tape, refere que *“... a produção das identidades sociais implica a imbricação de dois processos: o processo pelo qual os actores sociais se integram em conjuntos mais vastos, de pertença ou de referência, com eles se fundindo de modo tendencial (processo de identificação); e o processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando em relação a outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (processo de identização)”* (1991: 218). As identidades sociais constroem-se através de mecanismos de alteridade, de integração e de diferenciação, de inclusão e de exclusão.



Pode-se dizer que a identidade construída é produto de um jogo, entre um *eu*, uma auto-identidade e um *outro*, uma hetero-identidade. Ou, de uma outra maneira, de um compromisso entre a identidade assumida (a que assumo como minha identidade) e a identidade atribuída ou prescrita (a que penso que os outros me atribuem). E se encontramos uma expressão real dos indivíduos na construção das suas identidades, capazes de definirem o seu grupo social de pertença, não podemos deixar de referir que a sua margem da autonomia pode ser encarada como circunscrita, pelo enquadramento num processo global de construção, como produto das interacções sociais. As estratégias identitárias surgem, então, por uma compreensão de margens de possibilidades de opção e passam pela definição de procedimentos, por determinação de finalidades, por estratégias de afirmação. “... a construção de identidades se alimenta de trajectos sociais incorporados nos agentes, da posição ocupada por estes na estrutura social (na medida em que ela determina e configura contextos de sociabilidade e de socialização duráveis) e dos projectos que, em função das coordenadas estruturais antes referidas, são socialmente formuláveis em cada momento” (Pinto, 1991: 220).

Associado ao conceito de identidade, será de referir o que Goffman (1982) denomina de *estigma*, ao falar de um *atributo* de uma pessoa ou de um grupo que é considerado pelos outros, dos que estabelecem uma relação de domínio, de forma depreciativa, negativa. Constitui-se esse atributo que confere inferioridade, um estigma, por referência a quem desse modo o vê/interpreta. Deste modo, o estigma corresponde, numa primeira acepção, a uma hetero-identidade, identificando indivíduos ou grupos como anátemas da sociedade. Os sem-abrigo, pelo despojamento de bens materiais e simbólicos, facilmente carregam atributos considerados e legitimados como estigmas pela sociedade dominante. Mas ser-se estigmatizado não significa sê-lo só em função de um outro olhar, pois que o processo de estigmatização é também um processo vivido, incorporado, em que a pessoa ou o grupo estigmatizada(o) interioriza o estigma, auto-identificando-se com ele. Goffman (1982) fala em *identidade para si* para caracterizar este processo. O estigmatizado, na interacção com outros possuidores de igual estigma, constitui a sua identidade social, que se pode designar de identidade social negativa.

Bourdieu (2001 b), na explanação que faz sobre a ideia de região e referindo-se às lutas pela manutenção da identidade social das regiões ou nações, introduz o conceito de estigma. No desenvolvimento desta análise e num enfoque sobre a dominação simbólica, o autor refere que nas interações da vida quotidiana, nas relações que os dominados estabelecem com os outros, não existe por parte daqueles margem de afirmação ou de autonomia para a reivindicação da sua identidade como legítima. São levados ou a aceitar (passivamente ou contestando) a definição dada da sua identidade ou a tentar assimilar os valores dominantes pelo afastamento dos sinais estigmatizantes. Dá como exemplo as mudanças ocorridas no estilo de vida das pessoas, no vestuário ou na pronúncia. Procura-se o encobrimento dos sinais que geram avaliações estigmatizantes, procura-se o reconhecimento pela abdicção da afirmação daqueles sinais. Goffman (1982) refere-se às estratégias que os estigmatizados podem utilizar para granjear benefícios (materiais ou simbólicos) concedidos às outras pessoas: o encobrimento dos sinais que são considerados símbolos de estigma ou a afirmação dos atributos considerados desprestigiados para obtenção de *ganhos secundários* (Goffman, 1982: 2).

Ainda associado ao conceito de identidade surge muitas vezes o conceito de cultura, ou de identidade cultural. A noção de cultura encerra uma compreensão holística, referindo-se aos modos de vida e de pensamento dos indivíduos e das sociedades. A cultura tem ainda um carácter dinâmico e participado. Não se podendo deixar de referir a presença e a importância dos processos diacrónicos de (re)construção e de transformação de qualquer cultura e dos factores subjacentes a esses processos, é comum associar-se a cultura a um determinado grupo social ou a uma determinada sociedade, pelo que é usual falar-se em diferentes culturas ou identidades culturais. Dito isto, é possível confundir-se a cultura com a identidade e vice versa. Contudo, participar em determinada cultura não significa possuir determinada identidade. Surgindo esta, através de processos de integração e exclusão, por estratégias de afirmação e de denegação, fruto das interações entre os grupos sociais, a cultura, ou melhor, alguns traços da cultura podem ser um meio a ser utilizados pelos indivíduos para a afirmação da sua identidade específica. A cultura cumpre, assim, uma função integradora, de socialização, permitindo aos indivíduos encontrar referências de identidade. Cucho

(1996) refere que a identidade cultural se inscreve na identidade social, podendo ser vista como uma sua componente, assentando, também, numa relação de alteridade, nós/eles. Para este autor a cultura diferencia-se da identidade. *“La culture relève en partie de processus inconscients. L’identité, elle, renvoie à une norme d’appartenance, nécessairement consciente, car fondée sur des oppositions symboliques”* (Cuche, 1996 : 83).

Na compreensão da formação das identidades sociais temos que ter presente os factores sociais e culturais que rodeiam os indivíduos, mas também o espaço social e o tempo em que são produzidas.

Todo o ser humano ocupa um lugar, este visto como uma referência territorial, ponto físico delimitado. Mas o lugar pode ganhar uma dimensão de espaço construído, de espaço representado e alvo de apropriação. *“A apropriação exprimi-se assim por um estilo de ocupação do espaço próprio de um indivíduo ou de um grupo.[...] O mecanismo de apropriação é pois subjacente a duas dimensões: por um lado, o exercício de um controlo sobre o espaço, que se traduz por transformações ou arranjos diversos, e, por outro, a margem de manobra oferecida pelo quadro e pela organização de um espaço.[...] A apropriação é uma maneira de materializar uma parte do seu universo mental no espaço físico ambiente, para o fazer nosso”*(Fischer, s/d: 82).

Na sua análise sobre o espaço social, onde se reproduzem as trocas sociais e se inscreve a acção, Bourdieu expõe o carácter estrutural das posições sociais. *“Os agentes sociais que são constituídos como tais em e pela relação com um espaço social (ou melhor, com campos) e também as coisas na medida em que elas são apropriadas pelos agentes, portanto constituídas como propriedades, estão situadas num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa pela relação com os outros lugares (acima, abaixo, entre, etc.) e pela distância que o separa deles”* (Bourdieu, 2001 c: 160). Pierre Bourdieu refere que o poder que o agente social detém sobre o espaço social advém da posse de capital e que se manifesta na relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a distribuição dos bens ou dos serviços. Dá, como exemplo, os “sem residência fixa”, que considera quase não possuírem existência social.

Para o autor, a possibilidade do domínio do espaço social, de apropriação (material ou simbolicamente) de bens raros, depende do capital que se possui. “...os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros” (Bourdieu, 2001 c: 164).

É possível encontrar em alguns autores uma reflexão sobre a evolução do conceito de espaço social. Referem que nas sociedades pré-modernas, o espaço e o lugar eram frequentemente coincidentes, as trocas sociais decorriam normalmente no mesmo lugar, enquanto que nas sociedades actuais, na modernidade, o lugar e o espaço tendem a distanciar-se na sequência do desenvolvimento de interacções sociais entre diferentes lugares, frequentemente distanciados entre si por milhares de quilómetros. Stuart Hall diz: “Os lugares permanecem fixos; é neles que temos “raízes”. Entretanto, o espaço pode ser “cruzado” num piscar de olhos - por avião a jato, por fax ou por satélite” (2002: 72-73).

Relativamente à compreensão do tempo, José Machado Pais (1993) realça que o tempo social emerge da relação estabelecida entre o tempo físico/biológico e uma prática social ou uma conduta. “O tempo social é, pois, o tempo resultante da vida social, o tempo que é objecto de representações sociais, tempo fraccionado em durações diversas, em acontecimentos, em actividades, em condutas – recompostas, reinterpretadas, num ritmo social de conjunto que lhe dá coerência e significação: ritmos diferentes e concorrenciais de tempo, ora combinando-se, ora destruindo-se mutuamente; tempo descompassado e com tendência para fundir o seu fluxo incerto com outros tempos, nos quais parece procurar apoio” (Pais, 1993: 529).

Temos que a noção do tempo é variável e relativa. Nas interacções do presente sobressaem as relações do passado e jogam-se as do futuro. O passado condiciona o presente pois é presumível que este último seja produto das trajectórias de vida de cada um. Por outro lado, o presente determina e controla o futuro pois é no eixo temporal presente que se define o que vai ser o futuro. Quando o futuro se apresenta à imagem de um presente pouco ou nada satisfatório, então, para Pais, “... a atopização do futuro

*projecta-se num futuro banalizado ou num futuro ausente*” (2001: 420-421). Para o autor, a ausência de expectativas de futuro origina a focalização no presente, banalizando-se aquele por falta de projectos ou pela incorporação de estigmas que não se querem ver reproduzidos num futuro. Faltam razões para se desejar, para se escolher, para se programar. Resta sobreviver num tempo não desejado. Tendo por base que a definição de sem-abrigo “*abrange um espectro de situações que têm em comum a falta de meios (pobreza) e dos laços comunitários (exclusão social) para aceder a um alojamento pessoal adequado*” (Bento e Barreto, 2002: 26), será possível de se visualizar que nestas circunstâncias o futuro só existe como tempo físico/biológico. José Machado Pais (2001), citando E. Morin diz “*Há, pois, um entrecruzamento entre passado, presente e futuro, uma cadeia geradora de conhecimento, onde o passado se encontra subordinado ao presente e o conhecimento deste modelado pelo futuro*”(2001: 419).

Uma outra noção que se integra na análise sobre a identidade e que nos interessa para a percepção sobre a realidade social dos sem-abrigo é a da memória, pelo papel que desempenha na reconstrução das suas biografias, marcadas por diversas e sucessivas rupturas, económicas, relacionais, afectivas (Costa, 1998). Trata-se de uma meio que permite aceder às diferentes pertenças biográficas, operando a ligação entre presente e passado. “*Procurar-se-ia no passado a força de uma identidade inscrita no tempo e que possa mesmo, em muitos casos, representar uma imagem contraposta a um presente vivido como inseguro. A memória opera a ligação entre o presente e o passado, fonte de segurança pela própria continuidade subjacente.*” (Sobral, 1995: 296).

A memória preserva-se e desenvolve-se através das interacções sociais, das práticas ritualizadas. O indivíduo transporta em si a lembrança, mas é na interacção com o meio social, com os outros, que a mesma se alimenta. Pela memória colectiva os acontecimentos encontram o seu significado, o seu enquadramento, a sua lógica. Esta tem a função de contribuir para o sentimento de pertença, garantindo a identidade individual e grupal. “*Remexo a minha memória para encontrar o maior número possível de elementos da minha identidade, reúne-os, alinho-os e não renego nenhum deles*” (Maalouf, 2002: 2). Pode-se dizer que através da memória os indivíduos podem

(re)afirmar a sua identidade que concorre para a manutenção de sentimentos de segurança e perenidade.

A memória encontra no espaço social uma referência importante para a sua construção. A perda de espaços de referência e concomitantemente a inexistência de um espaço comum onde seja possível dar expressão às habituais interações sociais, gera medo quanto à insustentabilidade da identidade. A identidade tal *“como a cultura, remete para vários tempos que são expressos através de memórias - reconstruções periódicas ligadas à reavaliação das experiências em cada momento histórico - e de tradições - isto é, de ritualizações de práticas e de representações que são legitimadas pela referência a um passado em que se situaria a sua origem, mas que se tornam, de facto, atemporais através do próprio processo de ritualização (...)”*. (Nunes, 1994: 60). *“À memória também se confia a esperança de se ser o que a vida foi despertando e jamais permitiu realizar”* (Fernandes, 1992: 73).

## 2. 2. Representação Social

A construção da identidade está impregnada de subjectividade, fruto das representações sociais que os agentes sociais detêm sobre os objectos.

As representações sociais não são um mero reflexo da realidade. Neto (1998) adopta a definição de representações sociais de Jodelet (1989) *“... uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, com uma orientação prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”* (1998: 438), para referir que se está em presença de processos de apreensão da realidade, capazes de a interpretar e mesmo de a reconstruir, ainda em presença de modos de pensamento existentes nas relações interpessoais e sociais e de fenómenos cognitivos que suscitam a pertença social e que atribuem valor simbólico

Está-se, deste modo, na presença das relações estabelecidas entre o indivíduo e a realidade social que o rodeia e a forma como apreende essa mesma realidade. *“... que la représentation d’un objet particulier fait partie de celle, plus vaste, de la société toute*

*entière. A travers elle, c'est toujours la relation de l'individu à la société qui est en cause*"(Herzlich, 1996 : 23).

A noção de representação social surge pela primeira vez em 1961 com o psicólogo social Serge Moscovici. Este autor chama a atenção para o conceito que considera ser complexo, polifacetado e difícil de sintetizar. Neto (1998) socorre-se de Moscovici (1976) para salientar a dificuldade em definir representações sociais “... *a sua posição mista, na encruzilhada de uma série de conceitos sociológicos e de uma série de conceitos psicológicos*” (Moscovici, in Neto, 1998: 437). Conforme o que foi dito, no conceito convergem noções de origem sociológica tais como cultura, ideologia, valor, norma, e de origem psicológica, como atitude, opinião, estereótipo, pensamento, imagem. É, assim, um conceito multidimensional, abrangendo noções de âmbito da psicologia e do âmbito da sociologia. Trata-se antes de mais de um saber do senso comum em contraposição ao conhecimento científico, permitindo a apreensão por parte dos indivíduos da realidade que os cerca. “*Ainsi les représentations participent de deux façons à la pensée sociale : d'une part, elles sont des produits socialement constitués, d'autre part, elles réélaborent en permanence le social qui les constitue. Au bout du compte, elles fournissent une grille de décodage, d'interprétation du monde et une matrice de sens qui jouent comme processus d'arbitrage de la réalité. Les représentations sociales sont donc des règles de vie sociale, et même des règles de vie tout court*” (Mannoni,1998 : 75).

Neto (1998) salienta que há quatro aspectos principais a ter em conta na construção da definição de representação social: em primeiro lugar, há sempre que ter em atenção que a representação para ser social é sempre uma representação de algo; em segundo lugar, as representações sociais resultam de uma relação simbólica e interpretativa dos objectos, resultam, assim, de uma actividade construtora e expressiva da realidade; por outro lado, as representações sociais adquirem a forma de modelos que tornam visíveis os objectos e implicam elementos linguísticos, comportamentais ou materiais; por último, as representações sociais são uma forma de conhecimento prático que originam o questionamento sobre os determinantes sociais da sua génese e da sua função social na interacção social da vida quotidiana (Neto, 1998).

As representações sociais como processos de percepção e interpretação do real, participando na sua organização e reorganização constante, cumprem uma função identitária, pois possibilitam aos indivíduos a construção da(s) sua(s) identidade individual e social. Encontram-se as representações sociais na gênese do grau e da forma como se vão estabelecer as relações interpessoais ou grupais, na formação da hetero e auto-identidade. Têm, deste modo, um papel fulcral nas relações a desenvolver, influem no desenvolvimento das mesmas. Como diz Serge Moscovici (1996) “*Sa qualité éminente est de donner un sens au comportement, de l’intégrer à un ensemble de comportements déterminés*”(Moscovici, in Herzlich, 1996 : 10). Afirma, também, Moscovici que “... *une représentation sociale est un système de valeurs, de notions et de pratiques ayant une double vocation. Tout d’abord, d’instaurer un ordre qui donne aux individus la possibilité de s’orienter dans l’environnement social, matériel et de le dominer. Ensuite d’assurer la communication entre les membres d’une communauté en leur proposant un code pour leurs échanges et un code pour nommer et classer de manière univoque les parties de leur monde, de leur histoire individuelle ou collective*” (Moscovici, in Herzlich, 1996 : 11).



#### IV. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

##### 1. Premissas e objectivos

Tendo em conta a análise que fizemos da literatura sobre os sem-abrigo, considerámos que a nossa investigação deveria privilegiar temáticas que em Portugal têm sido alvo de pouca reflexão por parte da investigação científica, podendo deste modo dar alguns contributos para a abertura de novas perspectivas de trabalho. Sem pretendermos cair numa enumeração morosa e repetitiva das problemáticas passíveis e desejáveis de serem estudadas, e já referidas no capítulo II, salientamos algumas, pela importância que apontam para o conhecimento do fenómeno: Dentro das estratégias de sobrevivência da população sem-abrigo, parece-nos importante compreender a “utilização” que os sem-abrigo fazem do seu estigma, das razões que os levam a procurar o apoio institucional; relativamente ao quotidiano, parece-nos possível tentar perceber os percursos diários, as interacções sociais que desenvolvem, os espaços de sociabilidade escolhidos; privilegiando-se questões de género, impõe-se estudar a situação específica das mulheres sem-abrigo e os factores contributivos para a diferença numérica entre homens e mulheres na situação; sobre as representações sociais, destacamos o estudo sobre a percepção que os sem-abrigo têm da sua situação, das suas vivências, dos seus problemas e aspirações; quanto ao apoio institucional, analisar, sob o ponto de vista das instituições, o seu papel, tanto numa perspectiva de reforço à manutenção da situação, como numa perspectiva de promoção de condições que visem a autonomia dos utentes, à superação da sua situação, será um contributo para a compreensão das suas práticas; consideramos ainda que as questões relacionadas com a saúde, física e mental, embora sejam privilegiadas nos estudos já existentes, deverão continuar a merecer uma atenção especial.

Estas problemáticas possibilitaram-nos equacionar diferentes pistas de trabalho, suscitando-nos múltiplas questões. Será que os sem-abrigo se limitam a deambular pela rua, sem objectivos definidos, num marasmo que os remete para uma ausência de si

próprios? Ou será que o seu quotidiano é gerido em função de objectivos determinados? Será que não possuem quadros de interacção que lhes proporcionem poder real ou mesmo simbólico? Poderão ser considerados actores sociais pelas estratégias de sobrevivência e de visibilidade social que adoptam? Será que as intervenções das instituições essencialmente viradas para respostas às necessidades imediatas e visíveis dos sem-abrigo, numa perspectiva tradicionalmente assistencialista, cumprem unicamente um papel de manutenção da situação, contribuindo para uma adaptação e ausência de objectivos por parte daqueles? Até que ponto não existe uma relação directa entre o quotidiano e as estratégias de manutenção ou superação da situação por parte dos sem-abrigo, com as causas da situação? Que relação existe entre o tempo de permanência na situação e as hipóteses de superação da mesma?

Colocadas estas questões, e após um percurso de objectivação das temáticas a analisar, impôs-se, então, a definição e clarificação dos objectivos do nosso estudo. Poderemos dizer que este estudo procura apreender a dimensão que os sem-abrigo dão às trajectórias de vida; que importância atribuem a factores de ordem individual e estrutural que percebem como responsáveis pela sua situação; como organizam o seu quotidiano; que necessidades e prioridades valorizam e que objectivos são capazes de delinear no enquadramento de estratégias de sobrevivência. Este trabalho tem como objectivo o estudo das representações sociais dos sem-abrigo sobre a sua própria situação, que imagem detêm deles próprios.

## 2. A Metodologia

Os primeiros passos dados no âmbito do trabalho exploratório foram para nós um verdadeiro desafio, pelo conhecimento precário que detínhamos do fenómeno dos sem-abrigo e pela percepção de que o mesmo em Portugal era praticamente desconhecido ao nível académico/científico (não possuíamos qualquer informação sobre eventuais estudos realizados). A verificar-se como verdade o não envolvimento científico, aonde iríamos ancorar o nosso conhecimento? Admitíamos que as instituições particulares de solidariedade social, as instituições religiosas e as organizações não governamentais deteriam um conhecimento privilegiado desta população, pelo contacto continuado que com ela mantêm. Partimos para a pesquisa exploratória procurando verificar se a ideia preconcebida, ou seja, escassa informação e conhecimento precário do problema ao nível científico e, paralelamente, melhor compreensão/conhecimento da situação por parte de entidades privadas, se verificava de facto. A investigação incidiu em três vertentes de acção, desenvolvidas simultaneamente, de forma a captar o máximo de informação possível, rentabilizando o tempo que considerávamos útil despendido nesta fase da pesquisa: contacto com as entidades privadas que apoiam a população sem-abrigo, pesquisa bibliográfica e observação directa. *“Nesta fase de elaboração do desenho de investigação a colaboração com as pessoas no terreno torna-se crucial. Se esta ainda não foi iniciada, o investigador deverá procurá-la imediatamente, estabelecendo os primeiros contactos exploratórios de terreno”* (Ribeiro, 2003: 30).

Dos contactos estabelecidos com as instituições particulares de solidariedade social e organizações não governamentais mais (re)conhecidas na cidade do Porto, destacamos aquelas que detêm maior visibilidade de acção: A Associação dos Albergues Nocturnos do Porto, a Associação Migalha do Amor - Coração da Cidade, a AMI – Porta Amiga (Assistência Médica Internacional), a Casa da Rua, dependente da Santa Casa da Misericórdia do Porto, a Legião da Boa Vontade, Movimento EMAUS, os Médicos do Mundo. Nos contactos estabelecidos com os responsáveis e/ou com técnicos das instituições optámos pela realização de entrevistas não directivas de forma a permitir captar, pela flexibilidade e abertura colocada nas respostas, uma informação capaz de nos ajudar na construção do conhecimento. Conseguimos assim aceder a um conhecimento genérico do problema, qual a prevalência em termos de género, de idade,

de grupos étnicos, de nacionalidade, quais os constrangimentos e necessidades apresentados com maior frequência pelas instituições. Percebemos que não existe, por parte da maioria das instituições, a preocupação com a delimitação do conceito de sem-abrigo, conceito a ser utilizado como orientador das práticas e estratégias de intervenção. Apurámos que o conhecimento que detêm da população sem-abrigo é essencialmente produto do contacto, da interacção estabelecida no quotidiano. O apoio prestado emerge de preocupações com a satisfação das necessidades visíveis e imediatas dos utentes, como sejam a alimentação, a cama, o vestuário, a higiene. Só algumas instituições é que tinham realizado caracterizações sociodemográficas. Por outro lado, todas as instituições tinham consciência de que os sem-abrigo são simultaneamente utentes das diversas instituições, procurando-as para satisfazer diferentes necessidades conforme as valências de apoio que as instituições possuem e num processo de rentabilização de benefícios. Não existindo por parte das mesmas uma articulação e rentabilização de recursos, qualquer caracterização sociodemográfica da população sem-abrigo utente de uma instituição, incorre na real possibilidade de sobreposição de dados com outra caracterização realizada por outra instituição.

Simultaneamente, para realizarmos a pesquisa bibliográfica deslocámo-nos a diferentes Bibliotecas e Centros de Documentação especializados em Ciências Sociais; pesquisámos em sítios da internet; cruzámos informação bibliográfica disponibilizada nas referências bibliográficas de obras e outros trabalhos publicados; contactámos com organismos públicos e privados. Pudemos constatar neste trabalho de pesquisa que, embora de forma restrita, existia bibliografia portuguesa científica sobre a problemática dos sem-abrigo. A pesquisa bibliográfica permitiu-nos, assim, aceder às problemáticas tratadas pelos investigadores portugueses, ajudou-nos a perceber as preocupações em torno da construção do conceito sem-abrigo, evitando-se *“correr o risco de estudar o que já está estudado, tomando como original o que já os outros descobriram”* (Carmo e Ferreira, 1998: 59). Quanto à bibliografia estrangeira, o nosso acesso foi facilitado pela consulta de sítios da internet.

Ao longo de todo este período de tempo em que fazíamos um trabalho exploratório, fomos fazendo um outro que poderemos designar de *“observação directa não*

participante”. Passámos a deter a nossa atenção em indivíduos que assumíamos serem sem-abrigo, com quem nos cruzávamos na rua e nos passeios. Tentámos igualmente encontrá-los noutros espaços públicos, nos jardins, nas praças ou nos largos, em conformidade com a informação entretanto obtida junto das instituições contactadas.

Procurávamos que para o nosso olhar, uma população “oculta”, de difícil localização e contacto, ganhasse visibilidade, para percebermos quais os contextos, quais os espaços sociais que ocupavam durante o dia e se coincidiriam ou não com os seus locais de pernoita. Tínhamos consciência de que a identificação da população era por nós unicamente feita através de características a ela comumente associadas. Todavia, também poderemos dizer que nos encontrávamos a utilizar indicadores para tornarmos perceptível a realidade a observar. “... *pode-se definir operacionalmente indicador como um instrumento construído com o objectivo de revelar certos aspectos pertinentes de uma dada realidade, de outro modo não perceptíveis, com o fito de a estudar, de a diagnosticar e ou de agir sobre ela*” (Carmo e Ferreira, 1998: 99). Os indicadores que privilegiámos relacionavam-se com comportamentos activos e passivos assumidos pelos sujeitos observados: pedirem esmola de pé numa rua, com a mão estendida; interpelarem os transeuntes que circulavam numa rua ou interpelarem outras pessoas em espaços comerciais, para pedirem dinheiro ou uma peça de comida; encontrarem-se sentados num passeio ou numa entrada de prédio ou loja, tendo ao seu lado um objecto, normalmente um prato ou um chapéu, com algumas moedas; pedirem dinheiro aos automobilistas num cruzamento de ruas; ajudarem no estacionamento dos automóveis; encontrarem-se a vender a revista CAIS; encontrarem-se sentados num banco de um jardim ou de uma praça, aparentemente sozinhos, sem desenvolverem qualquer interacção; encontrarem-se sentados num banco de jardim ou praça conjuntamente com outros e aparentando não existir qualquer necessidade de se deslocarem; manterem-se deitados sobre cartões e cobertores nos passeios e entradas de edifícios. Associados a estes indicadores também tivemos em conta o estado de conservação e de limpeza do vestuário e o aspecto físico, tanto na vertente dos cuidados de higiene pessoal como da aparência física, relacionado com a saúde. A observação permitiu-nos verificar que os locais de pernoita dos sem-abrigo localizados nos passeios, nas entradas dos prédios, nos vãos de escada, se encontravam normalmente vazios durante o dia ou unicamente

ocupados com cartões e cobertores arrumados num canto; que os locais escolhidos por aqueles que pedem esmola se concentram nos locais de grande afluência da população, de circulação pedestre, nomeadamente na Rua de Santa Catarina; que nos jardins e praças da cidade se encontra, quando o clima assim o permite, um grande número de indivíduos sentados nos bancos, muitas vezes sozinhos e que esses jardins e praças se localizam normalmente perto de instituições que fornecem algum serviço de apoio aos sem-abrigo, concretamente a Praça da República, o Jardim do Marquês, a Praça da Trindade e a Praça da Batalha; que em zonas da cidade conotadas com o consumo de estupefacientes existia um número significativo de arrumadores, como por exemplo na zona do Campo Alegre, perto do Bairro do Aleixo. No entanto, se esta observação nunca nos poderia permitir concluir que os indivíduos observados eram de facto sem-abrigo, ela serviu-nos para num momento posterior da investigação privilegiarmos esses espaços públicos como locais de contacto com aqueles.

Enquanto trilhávamos estes primeiros caminhos da investigação, fomos realizando um trabalho de reflexão sobre a informação já obtida, permitindo-nos conceber a metodologia de investigação que poderíamos adoptar, tendo em conta objectivos que íamos traçando, enquadrados num quadro conceptual de referência.

Considerámos que a melhor opção passaria pela escolha de um método de análise qualitativo e intensivo que permitisse uma avaliação profunda do fenómeno social no seu próprio contexto, necessariamente com recurso às técnicas mais adequadas aos objectivos a prosseguir, como sejam as entrevistas semi-directivas e a observação directa. Esta metodologia que visa a compreensão e a interpretação do problema incide essencialmente sobre os processos, sobre o como e o porquê. A teoria e a prática são entendidas como fases concomitantes. A população investigada não pode ser encarada como algo passível de ser mensurado a partir de indicadores a priori estabelecidos, mas antes como agente activa na construção das suas realidades sociais. A proximidade estabelecida com ela reduz a distância entre “nós” e “eles”, consideração importante, tendo em conta a situação de estigmatização dos sem-abrigo. Coloca-se numa investigação deste âmbito o problema da validade interna e da fiabilidade do estudo. Segundo Carmo e Ferreira (1998) a validade interna poderá ser assegurada pela

triangulação de fontes de dados, fontes documentais e orais ou assegurando que os sujeitos estudados participem em todas as fases do processo. A fiabilidade pode ser garantida pela descrição rigorosa de como se processou a investigação desde a fase exploratória, passando por todos os passos realizados para a recolha de dados. Carmo e Ferreira (1998) referem que as características mais relevantes do método qualitativo são: Indutivas, pois a compreensão dos fenómenos é feita a partir de padrões provenientes da recolha de dados, a teoria é desenvolvida de baixo para cima e não se procura a verificação de hipóteses; holísticas, pois tem-se em conta a realidade global dos sujeitos, o seu passado e presente; naturalistas, pela natural interacção desenvolvida pelos investigadores com os sujeitos alvos da pesquisa, procurando minimizar ou controlar os efeitos que produzem naqueles; descritivas, descrevendo os dados observados no seu próprio contexto, procuram compreender a perspectiva dos sujeitos estudados.

Nesta fase exploratória encontrávamo-nos ainda na descoberta de ideias e de elencagem de pistas de trabalho. *“Resumindo: entrevistas, observações e consultas de documentos diversos coexistem frequentemente durante o trabalho exploratório. Nos três casos, os princípios metodológicos são fundamentalmente os mesmos: deixar correr o olhar sem se fixar só numa pista, escutar tudo em redor sem se contentar só com uma mensagem, apreender os ambientes e, finalmente, procurar discernir as dimensões essenciais do problema estudado, as suas facetas mais reveladoras e, a partir daí, os modos de abordagem mais esclarecedores”* (Quivy e Campenhoudt, 1998: 83). Este processo decorria sob algumas preocupações, nomeadamente sob dilemas epistemológicos. Questionávamo-nos sobre como e onde abordar os sem-abrigo de forma a restringir os condicionalismos da produção de um discurso julgado como necessário e ainda coincidente com expectativas exteriores? Mas, previamente questionávamo-nos sobre como chegar até eles? Qual a sua receptividade e disponibilidade para entrarmos na esfera do seu espaço pessoal, não sendo sentida a interacção a estabelecer como uma intrusão e ameaça ao espaço delimitado?

No contacto efectuado com as instituições estas foram unânimes em afirmar que qualquer trabalho de investigação a ser desenvolvido com a população sem-abrigo seria

facilitado se as mesmas se constituíssem, para além de informantes privilegiados, como mediadoras da relação, obviando perdas de tempo na construção de uma relação de confiança. Acentuavam a dificuldade de interacção com uma população que procurava os serviços para satisfação das suas necessidades, numa óptica de rentabilização de benefícios em termos imediatos, criando distanciamentos relacionais, por vezes intransponíveis, principalmente para quem a mesma não reconheceria qualquer poder ou necessidade de estabelecimento de contacto. Foi-nos destacado esta dificuldade nos Albergues Nocturnos do Porto e na AMI, sendo-nos sugerida por esta última instituição que poderíamos num primeiro momento (o tempo não foi definido, mas nunca menos de um mês) desenvolver com a mesma um trabalho de cooperação em regime de voluntariado na cantina, distribuindo almoços e jantares. Através do desenvolvimento desta tarefa criar-se-ia gradualmente uma relação de proximidade com os utentes, esbatendo-se sentimentos de desconfiança, permitindo o posterior estabelecimento de uma interacção profícua para o desenvolvimento do trabalho empírico.

Colocámos então a possibilidade da nossa investigação decorrer junto dos utentes de uma ou duas instituições, suscitando-se como possíveis problemas a abordar o estudo das expectativas que os utentes (sem-abrigo) possuem das instituições, do que pensam sobre o apoio que lhes é ou deverá ser disponibilizado. Por outro lado, tentar perceber a imagem, as representações sociais que as instituições detêm da população sem-abrigo, alvo da sua acção e até que ponto as mesmas não cumprem um papel de reforço à manutenção da situação, contribuindo para uma adaptação por parte dos sem-abrigo relativamente à condição, num processo de auto-exclusão.

Constituindo-se as instituições mediadoras da relação, pareceu-nos que o problema da nossa aproximação à população sem-abrigo estaria contornado. No entanto, exacerbava-se a questão anteriormente suscitada sobre o comportamento e o discurso produzido pelos sem-abrigo, condicionados pelo enquadramento institucional, pelo espaço social onde decorreria a investigação. Além disso, até que ponto o investigador conseguiria distanciar-se da instituição, pela apresentação clara e objectiva do seu papel e dos objectivos do seu trabalho, de forma a não induzir respostas e condicionar conteúdos? *“Um dos efeitos perversos do tipo de apoio que é prestado aos utentes é criar-se*



*relações de dependência face aos serviços e às «assistentes sociais», em vez de se gerarem autonomias e capacidades para enfrentar e resolver problemas”* ( Pimenta, 1992: 65). Simultaneamente, também nos preocupou a possibilidade de um trabalho de pesquisa desenvolvido em contexto institucional, ser susceptível de algumas interferências, mesmo que inconscientes, tanto por parte do investigador como por parte dos profissionais/responsáveis da instituição, pelo duplo papel que poderíamos ter. Ou seja, decorrente do nosso papel profissional e das práticas que desenvolvemos correntemente, poderíamos ter que avaliar em conjunto a situação de um utente, numa perspectiva de articulação inter-institucional.

Acabámos por optar pela abordagem directa dos sem-abrigo em contextos e espaços sociais públicos, espaços que podem ser considerados neutros, em que factores condicionadores do comportamento e do discurso já não decorressem da representação social de uma “vinculação institucional” do investigador

### 3. A Amostra e as Entrevistas

As entrevistas aos sem-abrigo decorreram entre finais de Setembro de 2004 e inícios de Janeiro de 2005. Foi privilegiado o horário compreendido entre as 14h e o anoitecer para as recolhas de testemunhos, por razões de ordem profissional. Foram efectuadas doze entrevistas, de acordo com os objectivos entretanto já referidos. A abordagem aos entrevistados passou, num primeiro momento, por os interpelarmos se eram sem-abrigo e de seguida pela nossa apresentação, como investigadora académica a desenvolver um trabalho sobre a população sem-abrigo. Antes de darmos início às entrevistas, procurávamos a sua anuência à utilização de um gravador.

Para seleccionarmos os sem-abrigo a abordar nos espaços públicos, considerámos que a utilização da técnica de amostragem, concretamente da não probabilística (Carmo e Ferreira, 1998), seria a mais adequada. Por um lado, encontrávamo-nos perante o desconhecimento do universo da população, sendo difícil a constituição de um outro tipo de amostra; por outro lado, privilegiando-se a entrevista semi-directiva, tornava-se inútil inquirir um grande número de pessoas. Ou seja, a partir de um determinado número de entrevistas, cujo número será impossível de definir previamente, a informação obtida passa a ser repetitiva, não havendo novos dados, novos contributos. Deve-se considerar, então, que não é necessário realizar mais entrevistas. *“Quando utilizamos métodos não estandarizados, entrevistas não directivas ou entrevistas estruturadas, é inútil inquirir um grande número de pessoas”* (Ghiglione e Matalon, 2001: 54). É sabido que a técnica de amostragem não probabilística, pelo carácter subjectivo que determina a selecção, coloca problemas de validade externa, de generalização de resultados. Por este motivo, devemo-nos preocupar se foram assegurados critérios que se prendem com a variedade de pessoas entrevistadas (no caso dos sem-abrigo tivemos em conta variáveis como o sexo, a idade e o local de contacto) e se foram abordadas todas as questões relevantes para os objectivos da investigação. Tendo em conta o desconhecimento do universo da população e ainda a dificuldade de localização, a técnica em bola de neve parecia-nos ser a mais indicada. *“Quando se estudam determinadas populações cuja listagem completa é impossível de obter. Tome-se como exemplo os “sem-abrigo”, “as crianças de rua”, os toxicodependentes. A*

*amostragem em bola de neve é quase a única técnica possível de ser aqui utilizada com êxito em casos como os citados;*” (Carmo e Ferreira, 1998: 200).

As entrevistas aos sem-abrigo tinham por base um guião onde se encontravam explanadas as temáticas que, privilegiadamente, pretendíamos ver abordadas: dados de caracterização sociodemográfica, elementos sobre os percursos de vida, factores desencadeadores da situação de sem-abrigo e caracterização da sua situação. Através destas áreas temáticas tentámos que os objectivos do trabalho empírico estivessem todos contemplados: captar as experiências de vida dos entrevistados, a forma como apreendem a sua situação vivencial, que significado lhe atribuem, que estratégias utilizam para gerir as vivências, como organizam o seu tempo, que relações de sociabilidade estabelecem e que expectativas incorporam. Encontrando-se subjacente a todas estas questões a construção da identidade dos sem-abrigo e a sua representação, procurámos perceber qual a importância sentida, vivida, da identidade prescrita, da hetero-identidade. *“Assim, as entrevistas revelam-se particularmente profícuas, na medida em que permitem que o investigador apreenda o sentido que os actores sociais atribuem às suas práticas e se familiarize com universos sociais e culturais diversos dos seus [...]. Possibilitam também aprofundar o estudo das dimensões em análise de uma forma que técnicas de pendor mais extensivo e quantitativo (como por exemplo, o inquérito por questionário ou as sondagens, a análise de estatísticas oficiais) o não permitem, pois tornam inteligíveis a variabilidade e a singularidade das vivências, percursos e interpretações dos actores sociais estudados”* (Ribeiro, 2003: 261).

Utilizando-se a técnica de entrevistas semi-directivas que permite aceder à diversidade das representações sociais, as temáticas orientadas pelo guião seguiram um curso livre, de acordo com as questões privilegiadas pelos entrevistados, com excepção dos dados biográficos que procurámos que fossem abordados logo no início.

#### 4. A Experiência do Terreno

Partimos para o terreno com o intuito de recorrermos à amostragem em bola de neve. Pretendíamos através de um entrevistado aceder a um novo entrevistado, criando-se uma cadeia de entrevistados. Julgávamos que seria o processo mais eficaz, mais rápido e que permitiria contornar os problemas já citados quanto ao reconhecimento da população. Procurámos para primeiro entrevistado alguém que fosse portador de um sinal, indiscutivelmente indicador da sua situação. Como não conhecíamos nenhum sem-abrigo, então quem melhor se não alguém que encontrássemos no seu local de pernoita ou um vendedor da revista CAIS? E se esta metodologia nos parecia eficaz, entendemos entretanto que procurar um sem-abrigo no seu local de pernoita não seria provavelmente o mais correcto. A sua disponibilidade seria reduzida pois estaria a preparar-se para dormir, eventualmente encontrar-se-ia já deitado. Considerámos ainda que uma abordagem nestes contextos teria que decorrer já de noite e que ao encontrarmo-nos sozinhos no contacto a estabelecer, poderíamos não ser capazes de transmitir com clareza e eficácia os objectivos do estudo, levando a uma interpretação deslocada das razões do contacto. Optámos, então, por um vendedor da revista CAIS. O primeiro contacto foi estabelecido com uma mulher que vendia revistas CAIS na Rua de Santa Catarina, à hora do almoço. Referiu-nos estar indisponível naquele momento, mas mostrou-se receptiva para no dia seguinte, à mesma hora, dar a entrevista. Comparecemos então no dia seguinte e conforme o horário acordado. Esperámos mais de uma hora, mas a sem-abrigo não apareceu. Que se teria passado? Teria sido por receio da entrevista ser gravada, pois tinha apresentado algumas reservas à gravação? Simplesmente não pôde aparecer? Ou estariam subjacentes sentidos diferentes de viver o tempo? Face à impossibilidade de obtermos uma resposta às questões que colocámos, optámos por nunca mais marcar uma entrevista para um momento posterior, condição que de facto viemos a infringir. Acabámos por, muito mais tarde, incorrer no mesmo processo. Novamente agendámos uma entrevista para o dia seguinte, por a sem-abrigo abordada nos referir não estar bem disposta naquele momento. No entanto, nunca mais a vimos, apesar de uma longa espera. Estes contactos fizeram parte dos muitos contactos que não surtiram qualquer efeito para a realização das entrevistas e de um caminho conturbado pela imprevisibilidade das situações, algumas delas bastante frustrantes.

Começamos por destacar a impossibilidade que tivemos de utilizar a técnica de amostragem em bola de neve. Normalmente era-nos invocado pelos entrevistados a ausência de relações privilegiadas, a ausência de amigos, como situação impeditiva para a indicação de novos contactos. Um dos sem-abrigo chegou a dizer-nos que sendo a companheira também ela sem-abrigo e vendedora da revista CAIS, poderia ser contactada na zona das Antas, mais concretamente junto à Loja do Cidadão. Disponibilizou-se a informá-la de que iríamos procurar contactá-la. Mas, em diversas deslocações à Loja do Cidadão nunca a encontramos.

Face à impossibilidade de recorrermos à amostragem em bola de neve, tivemos que recorrer ao estabelecimento de contactos directos e aleatórios com os sem-abrigo. Os contactos foram realizados preferencialmente nos locais referenciados como de permanência daqueles durante o dia, o que facilitava a sua identificação e permitia uma rentabilização do tempo: Rua de Santa Catarina, Praça da Trindade, Praça da Batalha, Praça da República, Praça do Marquês, Rotunda da Boavista e Campo Alegre.

Todas as entrevistas foram realizadas em condições de grandes constrangimentos. Os locais onde foram efectuadas, cafés, ruas, jardins e praças, pelo seu carácter de públicos não permitiam o isolamento necessário. Por vezes éramos mesmo interrompidos por empregados ou por outros indivíduos conhecidos dos entrevistados que quebravam o ritmo da conversa. O barulho de fundo era normalmente ensurdecador. Não raras vezes foi necessário desligar o gravador e aguardar-se por um pouco mais de silêncio para dar continuação à entrevista.

No desenrolar das entrevistas, deparámo-nos com uma dificuldade relacionada com a comunicação verbal e que associada às limitações de audição e escuta já sinalizadas, contribuiu para uma real possibilidade de não abordarmos o conjunto de temáticas previstas no guião. Alguns dos sem-abrigo centravam-se num único assunto e com dificuldade conseguiam descentrar-se do mesmo para avançarmos na exploração de novas temáticas; outros, se não a quase totalidade, respondiam por monossílabos ou faziam longos silêncios. A disponibilidade activa de dar as entrevistas era dominada por um mundo interior fechado em silêncios e esquecimentos.

Deparámo-nos, ainda, com uma limitação de outra natureza quando realizámos entrevistas a três sem-abrigo que referiram ser toxicodependentes. As entrevistas tiveram que ser interrompidas quando os mesmos manifestaram a necessidade de se retirarem para irem adquirir, para consumo, estupefacientes.

Para além dos constrangimentos assinalados, confrontámo-nos com uma situação para a qual não íamos preparados. Ao contrário do que inicialmente pensávamos quanto à possibilidade de existirem resistências à colaboração pedida, a receptividade dos sem-abrigo à nossa abordagem foi normalmente boa, concordando sem problemas em colaborar connosco. Manifestavam unicamente algumas reservas quando questionados sobre a possibilidade de gravarmos as entrevistas, situação que era ultrapassada com uma explicação mais detalhada das razões que nos levavam a pretender tal registo. Dávamos então início às entrevistas congratulando-nos interiormente pela facilidade com que íamos conseguir mais um testemunho. A disponibilidade dos entrevistados parecia corresponder, por um lado, a uma postura altruísta e, por outro lado, a uma atitude de orgulho, pela possibilidade de colaborarem num trabalho em que se constituíam como sujeitos activos. E se ainda agora consideramos que estas razões estariam presentes na disponibilidade constatada, verificámos que também estaria subjacente o que Maria Cátedra (1992) referiu sobre o intercâmbio de dinheiro, sobre o pagamento que o etnógrafo poderá ter que fazer pelas informações a obter. Ao longo da maior parte das entrevistas, com maior ou menor abertura ou clareza, a questão do dinheiro surgia inevitavelmente, sob a manifestação da necessidade de beberem um copo, sob a afirmação de ainda não haverem ingerido um alimento ou ainda da possibilidade de pernoitarem numa pensão caso tivessem dinheiro. Não podendo ignorar as necessidades assumidas pelos sem-abrigo, até porque as mesmas eram reais, manifestávamos de imediato que poderíamos ajudar, que poderíamos dar algum dinheiro. Sentíamos que nos encontrávamos a negociar a continuação da entrevista. *“El intercambio de dinero es un tema tabú, al menos en el contexto español, y en cierto modo se convierte en un índice de un trabajo de campo con poco éxito en el que el etnógrafo no ha podido siquiera ganarse la confianza y el afecto (además de la gratuidad de las informaciones) de sus informantes”* (Catedra, in Rabinow, 1992: 15).

As entrevistas decorreram, como já foi referido, em diferentes locais públicos. Três sem-abrigo encontravam-se a pedir esmola, um junto à Capela das Almas na Rua de Santa Catarina, um outro, à entrada do Cemitério de Agramonte, na Boavista, e o terceiro à porta de um supermercado. A entrevista a este último decorreu num café localizado na proximidades do supermercado, enquanto as outras duas decorreram em bancos localizados, respectivamente, na rua e no cemitério. Dois outros entrevistados encontravam-se sentados num banco e a falarem entre si na Praça da Trindade; na mesma Praça encontrava-se uma sem-abrigo igualmente sentada num banco, mas sozinha. Entrevistámos um sem-abrigo na Praça da República. Encontrava-se também sentado num banco do jardim a conversar com outros dois indivíduos que se ausentaram após o início da entrevista. Interrompemos a sesta de um outro sem-abrigo que se encontrava deitado num banco na Rotundo da Boavista. Na Rua Santa Catarina interpelámos um indivíduo que pelo seu aspecto descuidado e pelos gestos que assumia enquanto caminhava (metia a mão nos buracos das moedas das cabinas telefónicas) identificámos como sem-abrigo. A entrevista decorreu num café. Dois outros sem-abrigo foram contactados na rua, tendo uma das entrevistas decorrido de pé, no local de contacto e a outra num café do Centro Comercial do Campo Alegre. Por último, entrevistámos um sem-abrigo no seu local de pernoita, apesar de termos estabelecido previamente não o fazer. No entanto, o contacto foi realizado na sequência dos critérios estabelecidos sobre a variedade de pessoas a entrevistar. Como o mesmo já se encontrava deitado, tivemos que nos acocorar ao seu lado, posição que nos impediu de prolongar a entrevista para além de um período de meia hora.

As doze entrevistas realizadas resultaram de vinte e sete contactos efectuados a sujeitos que previamente admitimos serem sem-abrigo. Várias razões contribuíram para a não realização de entrevistas ao total dos contactados. Uma das razões, como já o dissemos anteriormente, foi termos acordado com duas sem-abrigo realizar as entrevistas nos dias seguintes, o que não se veio a verificar por ausência das mesmas. Outra situação decorreu da impossibilidade de se estabelecer uma conversa com um indivíduo sentado num banco na Praça da Batalha, que em resposta à nossa pergunta se era sem-abrigo, nos respondeu ser o dono do Porto e que tudo lhe pertencia. O mesmo tipo de dificuldade aconteceu quando abordámos uma mulher que pedia dinheiro num

cruzamento. Em resposta à nossa pergunta se estava a pedir por ser sem-abrigo, respondeu-nos que estava muito ocupada, que não podia perder tempo connosco (mais tarde, a proprietária de um café localizado nas proximidades referiu-nos tratar-se de uma mulher sem-abrigo com problemas de saúde mental). Em seis contactos estabelecidos com indivíduos que se encontravam a pedir esmola em cruzamentos de ruas ou sentados nos passeios, constatámos que todos eles possuíam uma habitação, mas que por insuficiência de rendimentos, pois só auferiam pensões de sobrevivência, eram compelidos a pedir esmola. Outro indivíduo contactado encontrava-se a remexer em contentores de lixo. Referiu-nos que era sem-abrigo, mas que estava com muita pressa, impossibilitado, assim, de perder tempo com uma entrevista. No entanto, disse-nos para aparecermos no dia seguinte. Dois sem-abrigo encontravam-se ainda no início da tarde deitados nos seus colchões, localizados em passeios, completamente cobertos por cobertores. Um deles não respondeu à nossa abordagem. O outro puxou os cobertores para baixo, destapando a cabeça, mas foi-nos impossível perceber o que dizia. Falava muito baixo e o barulho da rua não facilitava ouvir o que dizia. Um arrumador de carros referiu-nos que, apesar de andar a pedir dinheiro para os consumos de droga, coabitava com a sua família. Por fim, falta-nos referir um outro indivíduo que sentado num banco de um jardim, apesar de nos referir ser sem-abrigo, recusou dar a entrevista invocando receios de represálias por parte das “assistentes”, pois já andavam a tratar de o ajudar. Este caso foi o único em que houve uma recusa expressa de aceder ao nosso contacto.



## V. DADOS DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

### 1. Caracterização sociodemográfica

Realizadas as doze entrevistas a dez homens e duas mulheres, consideramos que deveríamos apresentar de forma clara os dados a que acedemos e que dão conta de características da sua estrutura sociodemográfica, recorrendo-se, para isso, às variáveis idade, estado civil, naturalidade, grau de instrução e ocupação, correlacionadas com a variável sexo. Convém salientar que estes dados não procuram dar conta de uma situação que se possa generalizar a toda a população sem-abrigo. Traduzem unicamente o conhecimento produzido pela aplicação das entrevistas.

#### Idade e Sexo

**QUADRO N.º 1: IDADE / SEXO**

IDADE	SEXO	
	Masculino	Feminino
20 a 29 anos	3	0
30 a 39 anos	2	2
40 a 49 anos	2	0
50 a 59 anos	2	0
60 a 69 anos	1	0
<b>TOTAL</b>	10	2

Ressalta da leitura do quadro que os indivíduos entrevistados se encontram todos em idade activa, pois mesmo o mais velho possui 64 anos.

Estado Civil e Sexo

**QUADRO N.º 2: ESTADO CIVIL / SEXO**

ESTADO CIVIL	SEXO	
	Masculino	Feminino
Solteiro	6	1
Casado	0	0
União de Facto	1	0
Viúvo	1	0
Divorciado	0	1
Separado de Facto	2	0
<b>TOTAL</b>	10	2

Podemos verificar que a maioria dos sem-abrigo entrevistados é solteira.

Naturalidade e Sexo

**QUADRO N.º 3: NATURALIDADE / SEXO**

NATURALIDADE	SEXO	
	Masculino	Feminino
Distrito Porto	2	1
Fora do Distrito	6	1
Imigrante	2	0
<b>TOTAL</b>	10	2

A proveniência geográfica da maior parte dos entrevistados é de fora do distrito do Porto, de zonas urbanas ou rurais, Lisboa, Aveiro, Ovar, Vila Real, Bragança, Valença e Gerês. Dois deles são imigrantes, um brasileiro e outro ucraniano.

## Grau de Instrução e Sexo

**QUADRO N.º 4: GRAU DE INSTRUÇÃO / SEXO**

GRAU DE INSTRUÇÃO	SEXO	
	Masculino	Feminino
Analfabeto	0	1
Sabe ler e escrever	2	0
1.º Ciclo	3	0
2.º Ciclo	2	1
3.º Ciclo	1	0
12.º Ano	1	0
Freq. Curso Superior	1	0
<b>TOTAL</b>	10	2

Constata-se a baixa escolaridade da população inquirida. A maioria não ultrapassa o 2.º Ciclo de Escolaridade, havendo a realçar a existência de uma entrevistada que é analfabeta e de dois que referem só saber ler e escrever. Com exceção de um entrevistado de nacionalidade portuguesa que afirmou ter frequentado o ensino superior, os estrangeiros detêm os níveis de escolaridade superior. O sem-abrigo ucraniano referiu que possui habilitações escolares equiparadas ao 12.º ano, enquanto o brasileiro referiu que possui o 9.º ano.

## Ocupação e Sexo

**QUADRO N.º 5: OCUPAÇÃO / SEXO**

OCUPAÇÃO	SEXO	
	Masculino	Feminino
Empregado	0	0
Desempregado	8	2
Reformado/Pensionista	2	0
<b>TOTAL</b>	10	2

A totalidade dos inquiridos encontra-se na situação de desemprego, com exceção de dois que são reformados/pensionistas.

## 2. Leituras analíticas

Nas entrevistas que efectuámos aos sem-abrigo solicitámos que nos falassem dos seus modos de vida, “*entendidos como a sedimentação de experiências e trajectórias sociais, expressão de valores e referências culturais, plataforma de elaboração de táticas e estratégias de recursos indispensáveis para a reprodução da vida quotidiana*” (Torres, Wandschneider, Sousa, 1993: 325). Pedimos que nos transmitissem a forma como a realidade se lhes apresenta e como agem sobre a mesma. Ou seja, procurámos que os entrevistados nos dissessem como percebem a realidade, que representação social possuem dos objectos (físicos, sociais, psicológicos). Encontrámo-nos em presença da associação entre processos ideológicos e culturais, experiência pessoal, aprendizagem de conhecimentos e condição social presente. “*Par contre les représentations sociales sont des ensembles dynamiques, leur statut est celui d’une production de comportements et de rapports à l’environnement, d’une action qui modifie les uns et les autres, et non pas d’une reproduction de ces comportements ou de ces rapports, d’une réaction à un stimulus extérieur donné*” (Moscovici, 1976 : 48).

Dos discursos produzidos, seleccionamos diferentes dimensões de análise, por considerarmos serem os que melhor traduzem as vivências dos sem-abrigo e as representações sociais que detêm da realidade, objectivos traçados para este estudo. São, assim, as seguintes dimensões em análise:

- As trajectórias individuais
- Os locais de pernoita
- O tempo na situação
- Um quotidiano estruturado
- As estratégias de sobrevivência
- As redes de sociabilidade
- A percepção do tempo
- A identidade

Através da transcrição de trechos dos discursos produzidos procurámos, não só o rigor, mas, igualmente, o acesso à flexibilidade da forma e da significação.

## 2.1. As trajectórias individuais

As trajectórias de vida dos entrevistados, apesar de apresentarem pontos comuns, não são homogéneas. Os percursos vivenciais são marcados por diferenças, como por exemplo, quanto às origens geográficas, às condições sócio-económicas das famílias de origem, às habilitações escolares, aos percursos laborais, a percursos migratórios, a registos de episódios de confronto com a justiça, a práticas de prostituição e às idades em que passaram à situação de sem-abrigo. *“Trata-se, de facto, de uma situação de pobreza e exclusão em muitos aspectos paradigmática. Além do mais, pela profunda heterogeneidade. Ocorre dizer que não há duas situações de sem-abrigo iguais, no que as caracteriza, no percurso que as antecedeu, no tipo de carências, no tipo de medidas necessárias. Não quer isto dizer que não existam traços comuns entre os sem-abrigo, mas apenas que é, também, grande o peso dos aspectos individuais de cada caso”* (Costa, 1998: 80).

Constatámos, assim, existir uma expressividade relativamente ao número de entrevistados oriundo de famílias pobres e numerosas, com origem em diferentes meios urbanos (Lisboa, Vila Nova de Gaia, Aveiro, Bragança, Porto). Dois são imigrantes, um da Ucrânia e outro do Brasil.

O percurso escolar foi em quase todas as situações interrompido precocemente para passarem a exercer um trabalho remunerado. É significativo o baixo nível de escolaridade da maioria dos entrevistados (uma mulher analfabeta, dois homens que referem só saber ler e escrever, três homens com o 1.º Ciclo e dois homens e uma mulher com o 2.º Ciclo de escolaridade).

*Tenho a quarta classe, tirei na tropa. Tirei na tropa, porque sabe, no governo do seu amigo Salazar, só estudava quem era rico e, comprar um livro, [...] não era como comprar um café. Um livro naquela tempo custava duzentos escudos, a minha mãe trabalhava no campo descalça [...]. Não ia à*

*missa porque não tinha sapatos. E então pelo Natal comia-se uma posta de bacalhau e pela Páscoa matava-se um carneiro. Mas, depois pela semana, era uma sardinha para três homens...[...].*

(Entrevista n.º 6, H., 59 anos, Valença do Minho)

*Não... feito na mesma escola, quarta classe e exame de admissão. [...]. Exacto. A minha mãe foi para lá (Algarve) em sessenta e cinco e eu fui em sessenta e seis. Os sapatos que levou fui eu que os fiz. Um bocado de tábuas, um bocado de (?) por cima. Chamava-se umas carroinas. Fui eu que as fiz!*

(Entrevista n.º 7, H, 52 anos, Gerês)

*Tenho 14 irmãos. Estão todos lá fora, no estrangeiro. [...] Em casa do meu pai (onde vivia), que não tinha nada, nem luz, nem água. Tudo a cair. [...] Aos oito anos no campo (idade em que começou a trabalhar). Havia pessoas que precisavam que se limpasse os campos e eu ia.[...] Não (referindo que não sabe ler). Só tenho a 1ª classe.*

(Entrevista n.º 3, H, 23 anos, Aveiro)

Uma das entrevistadas referiu que nunca aprendeu a ler e a escrever

*E- Que escola tem?*

*e - Não tenho, não sei ler, nem escrever.*

*E - Porquê?*

*e – Porque eu não sabia. Eu era novinha e já não sabia. O meu pai disse assim: “Se ela não aprende na escola, não vale a pena ir mais para a escola”.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

Mas, não obstante os baixos níveis de escolaridade referidos, encontrámos indivíduos portadores de habilitações superiores ao 2.º Ciclo (três entrevistados), nomeadamente os imigrantes.

*É a oitava série. Corresponde ao nono ano aqui.*

(Entrevista n.º10, H, 22 anos, Brasil)

O início da actividade laboral verificou-se na maioria dos inquiridos em idades muito jovens, preponderantemente através do exercício de profissões indiferenciadas e enquadradas na área da construção civil e hotelaria. Possuíam uma relação de precariedade face ao emprego, não dispendo de vínculos laborais e de benefícios sociais.

*Fui muitos anos (embarcadiço) e antes fui empregado de mesa e depois, como a senhora sabe, compreende, se a senhora for bem atendida, se o criado for educado para si, se for buscar o jornal, se estiver a fumar e puser o cinzeiro, pediu uma garrafa de água e ele traz fresca, a senhora é capaz de, sem poder mexer no seu salário, é capaz de pegar em cem, duzentos mil reis e dar uma gorjeta, porque tem vergonha em não o gratificar. E quer-se dizer vivia-se à base da esmola...*

(Entrevista n.º 6, H., 59 anos, Valença do Minho)

*Fui, ah, mas já fui para o Algarve, para o Hotel da Baleira, para Sagres, com dez anos de idade.[...] Era grume. Como chamam a grume, mandarete, a segurar as malas.*

(Entrevista n.º 7, H, 52 anos, Gerês)

Uma mulher começou a trabalhar com 15 anos, a fazer limpezas e a lavar roupa. Pouco tempo depois, por não aguentar a pressão exercida pela mãe que lhe pedia continuamente dinheiro, começou a prostituir-se.

*Sei fazer limpezas, sei lavar roupa. [...] Fui trabalhar, fui trabalhar. Depois a minha mãe queria muito dinheiro, muito dinheiro, eu não podia dar, tinha que me vestir, tinha que dar para os meus filhos, para os meus filhos de tudo.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

Dos testemunhos recolhidos verificámos que o início da vida activa dos indivíduos com habilitações escolares mais elevadas (9.º ano e frequência universitária), se verificou

igualmente na área da hotelaria, no desenvolvimento de uma profissão pouco qualificada.

Foram declarados confrontos com a justiça por quatro indivíduos de ambos os sexos, havendo registos de cumprimento de penas de prisão, assumindo relevo o crime do tráfico de estupefacientes.

*Já tive. Já estive preso, estive cinco anos e meio. Era oito anos que tinha que cumprir, mas cumpri só cinco anos e meio, porque tinha bom comportamento, trabalhava, estava no Regime Aberto e concederam-me derivado a várias situações, como as precárias...*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

*Já tive, já. (problemas com a justiça) Nunca estive presa, mas já tive. Roubar... enfim. [...] Fui a um julgamento, estou à espera, outra vez. Também já faltei a dois julgamentos. Ainda ontem me vieram buscar, suspeitavam que eu estava com mandados de captura. Eu já ia assim cheia de medo e cheguei à esquadra e eles foram ver ao computador e não tinha nada, graças a Deus.*

(Entrevista n.º 11, M, 34 anos, Vila Nova de Gaia)

*Eu estive preso. Estive preso porque no governo de Salazar, todo o gajo que dormisse com uma mulher e não casasse com ela ia preso. Eu não fiz mal nenhum à sociedade, dormi com um a mulher. A mulher emprenhou, teve quatro filhos, não caso nada, chamava-se a sopeira. Pronto prisão, estive preso.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

As mulheres entrevistadas salientaram que já se prostituíram. Uma delas, fazia-o para ajudar no sustento dos filhos. A outra mulher sem-abrigo prostituía-se para adquirir estupefacientes.



*Um dia, se Nosso Senhor quiser, eu hei-de sair desta vida. Há doenças, há de tudo... levam as mulheres para os quartos e podem matar as mulheres, que uma moça, uma amiga minha, levaram-na para o quarto e mataram-na.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

*Estava cá um casal meu amigo a trabalhar, andava na prostituição ela e então foi onde comecei. Andei na prostituição, andei muito tempo na prostituição. [...] Comecei a apanhar nojo dos homens, saturei porque aparecia de tudo, mesmo tudo, não é preciso falar, não vale a pena explicar e então comecei a apanhar nojo e larguei.*

(Entrevista n.º 11, M, 34 anos, Vila Nova de Gaia)

É significativa a expressão de indivíduos, cinco na totalidade, que na faixa de idade dos 20 anos passou a viver como sem-abrigo. Verificámos que a grande maioria regista um tempo de permanência na situação que varia entre 6 a 9 anos, sendo que o menor tempo sinalizado se refere a um período de 15 dias. Existem situações particulares, como a da mulher que possui 31 anos de idade e que referiu viver na rua desde os 15 anos, e o de um homem de 64 anos que deixou transparecer que praticamente sempre viveu em contexto de rua.

*E – Com quem foi criado?*

*e- Eu fui criado por aí.*

*E -Na rua?*

*E -Já andava sempre na rua, nunca me deram nada.*

(Entrevista n.º 12, H, 64 anos, Gondomar)

Como já o dissemos, os trajectos de vida dos entrevistados apresentam, no entanto, pontos comuns, ou seja, todos vivenciaram, em determinadas fases das suas vidas, rupturas familiares, laborais ou outras. Subjacentes às mesmas encontram-se múltiplos factores, essencialmente de ordem estrutural, que podendo ser cumulativos, constituem-se, normalmente, como causa e efeito uns dos outros.

As rupturas não são vividas da mesma maneira pelos inquiridos. Constatámos que o peso que atribuem às diferentes perdas e rupturas difere de inquirido para inquirido e ainda que não são normalmente salientados os sucessivos factores desestruturadores, contributivos para situação de sem-abrigo. De facto, só um entrevistado é que elencou três razões que, na sua opinião, contribuíram para a ruptura laboral e familiar e para a sua actual situação: a prisão, a toxicod dependência e, por fim, a perda da habitação. Constatámos que só este sem-abrigo refere a perda da habitação como causa da sua actual condição.

*Saí a quatro de Dezembro de 2000, acabado de cumprir uma pena de cinco anos, e vim viver com uma moça, a qual, no meu último ano de recluso me fez visitas semanais e por aí fora. Entretanto ficámos... tráfico e barulhos, não pagamento de rendas. E assim ficámos sem a casa, e pronto encontro-me nesta situação, e após ter ordem de despejo, não recorri a familiares, nem a ninguém.*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

Relativamente aos outros entrevistados só é normalmente apontado um factor contributivo, não obstante falarem de diferentes perdas e rupturas ao longo das suas vidas, sendo relevante o factor da toxicod dependência (apontado por cinco dos inquiridos), para o corte das relações familiares e por fim para a situação em que vivem.

*Porque a minha também, não era bem a vontade da minha mãe, era mais um irmão meu, que eu tenho lá. Já não me dava bem com ele e não me deixava lá ficar e que tinha razões para não me deixar lá ficar, começava a portar-me mal, roubava em casa... Aliás esse meu irmão também consumia, só que voltou a uma vida normal e acho bem e então, fazia asneiras em casa, é normal, não é? Puseram-me na rua outra vez.*

(Entrevista n.º 11, M, 34 anos, Vila Nova de Gaia)

*A minha querida... não fale da Andreia Filipa, que ela está com a minha mãe, está bem. Já me chateou, também é verdade, “Ó pai, nunca mais deixas essa coisa da prata?”*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

*Pronto, depois comecei-me a agarrar, começaram a vir as ressacas, não é? A pessoa depois começa a descontrolar-se, já não tem controle, começa a vender coisas, são aquelas confusões com a família, depois a família tem razão, mas a gente não quer dar razão, depois dão-nos mais uma oportunidade e a gente não quer aproveitar e depois torce a orelha.*

(Entrevista n.º 11, M, 34 anos, Vila Nova de Gaia)

O envolvimento no consumo e tráfico de estupefacientes levou à perda de uma situação profissional avaliada como gratificante.

*Era sub-empregado da Junta de Cedofeita do Porto. [...] Uma vida normal. Além de sub-empregado e de viver em Valbom, com os meus filhos e a minha esposa, porque o tráfico veio posterior, não é? Cheguei a trazer uma equipa de doze homens, nesses doze o meu falecido irmão, outro que é vivo e o meu pai, meus empregados.*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

Os problemas de saúde também se constituem como uma causa para a situação de sem-abrigo. O inquirido de nacionalidade ucraniana colocou nos problemas de saúde mental, os motivos mais imediatos para não poder trabalhar e para a sua situação de sem-abrigo. Da análise da sua história de vida recente foi-nos possível perceber as sucessivas rupturas e perdas que tinha sofrido, começando pela saída do seu país, o afastamento dos seus espaços relacionais de referência, família e amigos, um acidente que sofreu à chegada a Portugal, as dificuldades de integração, a precariedade laboral, o desemprego, a ausência de vínculos afectivos e a perda de auto-estima. Todos estes factores terão concorrido para o que o próprio refere como falta de saúde mental, para o sofrimento emocional evidenciado ao longo da entrevista.

*Ah... Senhora, eu agora fico... entende... eu agora fico... a minha juíza agora é muito pouquinho... [...] Juíza, célebre [...] Cérebro [...] Sim está doido... [...] Sim, procurou. Agora eu não posso fazer nada... preguiçosa, preguiçoso, entende? [...] Ou doente ou por aí... as bruxas que para mim fazem algumas coisas...*

(Entrevista n.º 1, H, 30 anos, Ucrânia)

E só um dos sem-abrigo é que considerou que os problemas de saúde física estariam na génese e permanência da sua situação actual.

*Andei a trabalhar em muitos lados, desde andar de agricultor, trolha enquanto pude. Agora os trabalhos foram-se todos e eu também não posso, ando carregado de doenças...*

(Entrevista n.º 12, H, 64 anos, Gondomar)

No caso deste sem-abrigo, que carrega uma história de vida marcada pela total ausência de condições materiais e afectivas (nunca manteve laços de afectividade e proximidade com a família, sempre viveu sozinho, em contexto de rua, desenvolvendo trabalhos precários para sobreviver), os problemas de saúde associar-se-ão às carências vivenciadas, ao estado de pobreza em que sempre viveu. A falta de saúde é por ele indicada como causadora da situação em que se encontra/mantém, mas será também naturalmente consequência das suas condições de vida e, como tal, não a única e última causa da situação de sem-abrigo. *“Analisando as trajectórias pessoais dos entrevistados, no sentido de pesquisar as causas da sua situação actual, verifica-se que os problemas de saúde surgem, por vezes, como o principal elemento desencadeador do processo de marginalização, mas não é possível de sustentar que ele é a sua causa última. É necessário pesquisar mais fundo para identificar as razões que determinam que um indivíduo pelo simples facto de ficar doente chegue a uma situação tão extrema de pobreza e de marginalização social”* (Pimenta, 1992: 49).

De salientar que nas entrevistas que realizámos praticamente não foram valorizados problemas relacionados com a saúde ao longo das vidas, apesar de cinco inquiridos considerarem que são relevantes na sua condição actual.

*Quer se dizer não é bem... tenho a psoríase, que é este mal de pele. De vez em quando tenho desmaios. Agora na semana passada começou-me a doer o peito, as costas. Já fui ao hospital fazer um RX e disseram-me que estava tudo bem. Mas para mim é uma doença que tenho em cima do corpo, porque*

*eu não ando bem da minha saúde. Hoje de manhã acordei tarde, era para ir ao BCG fazer uma micro, a ver se acusava alguma coisa.*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

*Não posso, dá-me ataques. [...] É ferra-se aqui nas mãos, e as mãos assim fechadas. [...] É. (epilepsia) [...] Ninguém, (a ajuda) fico-me eu assim, chamam os bombeiros [...] Não tenho dinheiro, não posso ir roubar.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

Gerald Daly (1996) procurou discriminar as causas da situação de sem-abrigo em razão de género, considerando que existe um factor específico relativamente às mulheres, que é o dos maus tratos e abusos sexuais. Encontrámos numa das inquiridas referências ao factor citado, embora não seja referido/percepcionado como contributivo para a situação de sem-abrigo.

*E – Nunca viveu com ele?*

*e – Não, porque ele batia.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

As causas apontadas pelos entrevistados para a situação de sem-abrigo referem-se normalmente a problemas com que se confrontaram na sua história mais recente, vistos sob um ângulo temporal, mas também os sentidos como mais próximos afectivamente. A teia de relações estabelecidas entre os diversos acontecimentos (des)estruturadores dos seus percursos de vida são, por vezes, tão complexas, que a inteligibilidade da situação passa pela abreviação dos factores apontados. Por outro lado, e como o afirma Parizot (1998), a percepção dos acontecimentos e a forma como eles são vividos diferem de pessoa para pessoa, desencadeando diferentes reacções em função de outros elementos a que estão associados. Será também de realçar que embora sejam indicadas causas de ordem individual para a situação de sem-abrigo, como a toxicod dependência, não é possível desligar esta problemática de outras individuais e mesmo estruturais, como as relacionais e as económicas, sabendo-se da multidimensionalidade dos factores subjacentes aos consumos de drogas. O factor habitação só é apontado por um sem-abrigo, embora se encontre bem presente na história de vida de um outro, que, no

entanto, valoriza as rupturas familiares como se encontrando na gênese da sua situação. No caso em apreço, a perda efectiva da habitação decorreu da rejeição familiar.

Com excepção de um dos entrevistados, as rupturas familiares/afectivas fazem parte do trajecto de vida dos sem-abrigo. Surgindo precocemente, ainda crianças, ou já na idade adulta, o corte das relações familiares marca profundamente as suas vidas. “*Por outro lado, pressente-se em cada sem-abrigo a importância da família, da qual fugiu ou perdeu, ressentindo-se da sua ausência*” (Bento e Barreto, 2020: 144). Estas rupturas são apontadas como causas da situação de sem-abrigo por três dos entrevistados. Em dois dos inquiridos verificou-se o abandono e o falecimento de figuras parentais (num deles a mãe aos seis anos de idade e no outro o abandono dos pais, enquanto bebé, e mais tarde o falecimento dos tios, com quem foi criado). Em ambos, após estas ocorrências, deu-se o afastamento dos outros familiares.

*... Não tenho família. O ter tenho, eles é que não querem saber de mim. [...] Estava a viver com uns tios meus, que eu não tenho pais. Estava a viver com esse tios, eles faleceram e eu fiquei sem nada, fiquei na rua. [...] Tenho um meio irmão que eu mal conheço, mas é mais novo que eu e está a viver com o meu falecido pai, que ele faleceu há três semanas e eu só soube na semana passada que ele tinha falecido e prontos. Só estive com ele uma vez, nunca mais estive. Quando saí de casa estava a viver com esse meus falecidos tios, porque o meu pai e a minha mãe abandonaram-me tinha eu quatro meses de idade. Deixaram-me com os meus tios maternos. A minha tia era irmã do meu avô e o meu tio era cunhado do meu avô. Eram meus tios avós. [...] Na altura da morte da minha tia, que eu também não soube. Foi aí que tudo começou. [...] Tínhamos duas casas, vários terrenos, e foi tudo para uma prima minha e essa prima não me deu nada. Tomou conta da casa, tomou conta de tudo e escorraçaram-me e depois a minha família que estava menos mal também em desapoio. Viram que eu não tinha direito a nada, botaram-me e prontos...*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

*Chamo-me F. O. . Sou natural de Ovar e vim parar a esta situação da rua por motivos familiares.*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

*A minha mãe não me quer em casa.[...] E pôs-me na rua.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

Um dos sem-abrigo inquirido precisa a causa da sua situação no facto da mulher ter falecido, situação vivida de forma muito traumática.

*Estou por uma infelicidade. Nem... a minha mãe souberam a infelicidade que é de ter falecido a minha mulher. Que eu... se ela não tivesse falecido não estava aqui. O que é que quer que eu lhe diga mais? [...] Não há condições (para viver com a família). [...] Olhe, nem económicas, nem financeiras, nem nada. [...] Gosto muito da minha família, gosto muito da minha mãe, gosto muito do meu rapaz, mas... [...] Gostam (referindo que a família gosta dele), eu é que entrei em rota de colisão, sabe o que é a rota de colisão? É eu atravessar daqui para acolá e eu fazer asneiras, por exemplo. Fiz... uma na vida quando casei. A vida é bela para quem a souber levar. Quem não a souber levar tem que se agarrar a um banco.*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

Um sem-abrigo vivenciou o fim da relação conjugal.

*E – Tem mulher?*

*e – Tinha, mas fugiu.*

*E –Deixou-o?*

*e - ... Não... Deixou-me um bocado de ferro... deixou-me um bocado de ferro.... porque eu não quis acabar com o ferro...*

(Entrevista n.º 7, H, 52 anos, Valença do Minho)

Foram-nos descritas outras situações, como a de uma mulher que se viu na necessidade de ter que sair de casa por ter sido mãe solteira, com apenas quinze anos de idade. Um

outro inquirido, realçou o afastamento tanto por parte da família de origem como por parte dos filhos, embora não clarificasse as razões que levaram ao corte das relações familiares.

*... essa questão da família é uma resposta muito difícil de responder a V. Ex., na medida quando um doutor que se chama Júlio Diniz que diz: “quanto mais conheço os homens, mais gosto dos cães”. A família... a senhora pode ter uma pessoa estranha e é sua amiga. Paga-lhe a pensão, paga-lhe a comida e se a vir no hospital ou numa prisão e se essa pessoa que não a conhece de lado nenhum vai visitá-la. Mas tenho um irmão ou uma irmã ou três ou quatro e quer lá saber se você está presa ou se está no hospital. Portanto, família tenho muita, muita, mas sinceramente é a mesma coisa que não... não ter nenhuma. Tenho mais satisfação por um cão que lá tenho, que às vezes como uma sopa e dou um bife ao cão, porque merece mais que a minha família. Porque eu estive agora no Hospital de Santo António do Porto e os meus familiares nunca me visitaram e o meu cão ia lá todos os dias visitar-me... o cão.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

Mas, a ruptura familiar não é sinónimo de perda de vínculos afectivos. Em algumas situações de afastamento familiar continua a verificar-se a manutenção de contactos, uns mais regulares, outros mais esporádicos.

*Estou com os meus filhos aos domingos ou aos sábados. [...] Não, estou muito tempo até à noite...[...] Não, estou até lá à noite e depois venho-me embora.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

*... Sabe o que é estar com o meu filho e dizer-lhe assim, ó Pedro, ó meu querido... [...] Olhe, só de mês a mês é que vou ver o meu filho.*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)



O relacionamento familiar pode encontrar-se afectado pelas presentes circunstâncias de vida, pela vergonha em falarem das condições em que se encontram ou por receio das reacções dos familiares. Podemos ilustrar esta situação com o que se passa com o entrevistado de nacionalidade brasileira, que deixou de contactar com a família após a sua vinculação ao consumo de estupefacientes e a perda de qualquer referência integradora.

*Sim, vim. (resposta a se veio sozinho para Portugal). Vim contrariado dos meus pais, contra a vontade deles, que eles não queriam que eu viesse, mas vim e ... talvez seja isso..., entre aspas, o castigo que eu estou tendo, não é? Não ter dado ouvido aos meus pais, não é? E agora, agora é que eu vejo a falta que eles me estão fazendo, não é? E o problema de não ter dado ouvidos a eles, não é? [...] Não, não tenho dado, mandado notícias. Um pouco, sim... também não tenho telefonado, mandado notícias, nem carta, nem telefonado, agora no Natal não disse nada, talvez com vergonha da situação em que estou.*

(Entrevista n.º 10, H, 22 anos, Brasil)

As rupturas laborais predominam nos percursos de vida dos inquiridos, decorrentes, igualmente, de variados e sobrepostos factores. A precariedade laboral, um acidente de trabalho/desemprego e ainda uma baixa reforma são apontados por dois indivíduos sem-abrigo, como causa da situação.

*Você falou muito bem. É que eu trabalhava na barragem do Lindoso e parti as duas pernas lá, sabe? E a partir daí nunca mais arranjei trabalho. Eu tenho uma carta do médico que não posso subir para andaimes, nada e depois começou a vir aquela crise do emprego... nunca mais.*

(Entrevista n.º 7, H, 52 anos, Gerês)

*... a reforma, como é que se diz, eu tenho, eu tenho. É destas reformas que V. Ex. pode ter muitos defeitos, mas também não é parva. É destas reformas que o seu gato ou o seu cão não come com esta reforma. Eu até tenho vergonha de dizer quanto tenho de reforma... [...] Conclusão da coisa,*

*senhora doutora, às vezes, daquele meu desconto como lhe disse há bocado, de um conto seiscentos e cinquenta, a caixa dá-me uma reforma muito pequena. O seu gato não come, nem o seu cão, nem uma sopa, nem a senhora come uma sopa e a sopa custa dinheiro, tem que levar batata, hortaliça, uma peça de carne, tem que levar azeite. Nem uma sopa come com a minha reforma.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

## 2.2. Os locais de pernoita

Tomando como pano de fundo o conceito adoptado de sem-abrigo, isto é, que se encontram na situação de sem-abrigo todos aqueles indivíduos que pernoitam na rua ou em espaços alternativos de carácter provisório (equipamentos residenciais dependentes de Instituições de Solidariedade Social, quartos em pensões subsidiados pela Segurança Social ou ainda os que pernoitam em edifícios abandonados, carros ou outros), podemos referir que os locais de pernoita apontados pelos inquiridos se enquadram no conceito assumido. De salientar que nenhum dos entrevistados pernoita numa instituição, como a Casa da Rua, dependente da Santa Casa da Misericórdia do Porto, ou os Albergues Nocturnos do Porto. Falaremos deste último local de pernoita no ponto sobre a imagem que os sem-abrigo detêm das instituições.

As entradas de prédios, de lojas ou vãos de escadas são os locais escolhidos por uma boa parte dos sem-abrigo para pernoitar (sete na totalidade). Quase todos referem possuir um local permanente de pernoita, num processo de apropriação dos espaços que ocupam, a fim de o transformar e personalizar. A identificação que realizam com os espaços, leva-os a demarcarem-nos, a estabelecerem as suas fronteiras. Acabam por estabelecer relações de posse com os mesmos. Com frequência, durante o dia, vemos colocados num canto de uma entrada de um edifício, cobertores e cartões com que os sem-abrigo se cobrem à noite. “A apropriação concretiza-se através de formas variadas; a marcação e a personalização constituem as suas expressões mais conhecidas” (Fischer, s/d: 83).

*Não à entrada! Ao lado do supermercado, na cabeleireira. Esta noite dormi naquela entrada. As outras noites durmo aqui nestas entradas e nestas assim aqui, pronto, onde é mais abrigado.*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

*Durmo numa entrada. [...] Ali em baixo, ao pé do Hotel.*

(Entrevista n.º 11, M, 34 anos, Vila Nova de Gaia)

Um outro indivíduo dorme debaixo de umas arcadas de um prédio.

*Sempre não, aqui (debaixo das arcadas) estou para aí há um ano e tal. [...] Já há muitos anos. Nunca ajeitei casa, nunca tive possibilidades para pagar uma casa. Agora as casas são caras. Aqui é que já estou há um ano, um ano e tal. Ficava em Brito Capelo lá num portal, agora já há um ano e tal vim para aqui.*

(Entrevista n.º 12, H, 64 anos, Gondomar)

As casas abandonadas são igualmente locais escolhidos para pernoitarem. Um dos entrevistados descreve o espaço que ocupou (casa abandonada), como um espaço de pertença, ocupado e vivido, não só como local de pernoita, mas como um lar.

*E – Onde dorme?*

*e – Numa casa que era da quinta, agora é da C.P. Deixam-nos lá dormir, ocupar. Foi o chefe da estação. Somos três, mas cada um tem o seu quarto. Eu tenho muito bem arranjadinho, eu e os outros, mas é como diz o Padre, somos todos irmãos.*

(Entrevista n.º 7, H, 52 anos, Gerês)

Para alguns, também esta vinculação a um espaço nocturno de pernoita não parece existir. Salientam que se abrigam onde calha.

*Na rua? Seja em qualquer lado mesmo, onde estiver pedindo. Se eu não quiser pedir mais durmo numa entrada de um prédio. [...] Onde vou dormir*

*hoje? Sei lá! Talvez, talvez no banco, no Multibanco da Caixa Geral de Depósitos, por exemplo, que está aberto vinte e quatro horas, por exemplo.*

(Entrevista n.º 10, H, 22 anos, Brasil)

*Durmo para aí, na rua, no meio da rua... [...] Entradas...*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

Alguns dos sem-abrigo declararam intercalar os locais de pernoita em vãos de escadas ou entradas de prédios, com dormidas em quartos de pensões. Dormem em quartos quando têm dinheiro para pagar, num círculo vicioso de fechamento sobre a própria condição de sem-abrigo.

*Quer dizer, tem luz quando eu tenho dinheiro, quando não tenho dinheiro é sem luz, é das escadas, das escadas. Quer dizer, depende. Sabe que hoje vou dormir numa casa com luz, que a senhora vai dar aí um jeito, mas não quero dinheiro nenhum. [...] Tem televisão quando há, quando não há, durmo sem televisão, durmo na escada, também não ando todos os dias a dormir na escada. [...] Quando há, tenho televisão e quando não há, pego na manta cheia de piolhos e toca a dormir nas escadas, já percebeu?*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

*Para comer e para ajudar no meu quarto, que eu já devo € 36. Por acaso a pessoa que é, já é mais, mais ... [...] Durmo na rua [...] Tanto durmo aqui, como durmo ali em baixo, é sempre na Rua de Sta Catarina.*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

Um quarto de pensão pago há sete anos pela Segurança Social é ocupado por um sem-abrigo, por desfrutar de apoio social à recuperação da toxicod dependência.

*Dá-me tudo. Dá-me dinheiro que é para eu ir ver o meu querido filho e paga-me o restaurante e paga-me, mas ... eu também estou em tratamento.*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

O serviço de urgência de um Hospital é um dos locais escolhidos por um outro entrevistado. Refere poder dormir em vários locais, sendo um deles o local onde sabe que passam carrinhas de distribuição de comida. A escolha dos locais de pernoita obedece a necessidades de alimentação, mas também a razões de ordem climatérica, como ainda a razões de sociabilidade.

*Onde é que eu durmo? Olhe posso dormir neste banco ou naquele ou até em cima da relva. [...] Durmo, não devia e à noite puxo um abrigo. Um abrigo entre aspas. Ainda ontem estive no Hospital de Santo António e secas e mecas. Dois amigos começaram ao barulho em com o outro e veio toda a gente cá para fora. Tudo!*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

Só um dos sem-abrigo se referiu à interpelação efectuada pelas autoridades policiais no sentido de abandonar o local de pernoita.

*Mas como não se pode escorraçar porque ali estou mais abrigado, a polícia vem: “Olhe, por favor, pegue nas coisinhas e movimente-se”. E eu assim faço. A noite passada aconteceu isso, esta noite...*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

Praticamente todos os sem-abrigo já percorreram diferentes locais de pernoita e muitos deles pernoitaram com carácter recorrente em quartos de pensões. Deixaram de pernoitar nos quartos por não terem dinheiro para os pagar, como por exemplo a mulher sem-abrigo quando deixou de se prostituir, ou por a Segurança Social, que assegurava o pagamento do quarto, ter deixado de o fazer. O dormir na rua, em espaços abertos, decorre, assim, de um processo ou de circunstâncias identificáveis. A constatação destes percursos reforça o carácter transitório com que se reveste uma resposta institucional, a fragilidade/instabilidade das soluções de alojamento que possuíam.

*Com certeza, o dinheiro não chegava para a duas coisas, não é? O dinheiro que eu conseguia pedir não dava para, pronto, para pagar a pensão nem para o consumo, portanto comecei a dormir na rua.*

(Entrevista n.º 10, H, 22 anos, Brasil)

### 2.3. O tempo na situação

O tempo na situação é um factor de acomodação à condição de sem-abrigo, pelo desenvolvimento de mecanismos adaptativos, pelo perda de referências integradoras e por último pela incapacidade gerada em delinear projectos e definir objectivos de vida. (Pimenta, 1992 e Damon e Firdion, 1996) Para esta situação concorrem as instituições de apoio aos sem-abrigo que, numa intervenção paliativa e assistencialista, mais não fazem do que promover atitudes de adaptação, em vez de promover autonomias (Pimenta, 1992). Deste modo, *“O factor tempo é, com efeito, determinante visto que os problemas se multiplicam, uns arrastam outros, e se agravam. Já se viu como ao longo do tempo vão surgindo outras situações problemáticas: degradação da saúde física e mental, dependência de drogas e alcoolismo, ruptura com os espaços de referência social, designadamente com a família e a comunidade, adopção de esquemas de sobrevivência marginais como a mendicidade e, a delinquência e a dependência crónica da ajuda social [...] ... os elementos recolhidos mostram que as expectativas, quanto a uma vida melhor no futuro, são tanto mais baixas quanto maior é o tempo de exclusão e de marginalização social”* (Pimenta, 1992: 73). Para Sandra Alves (1996) não é só o factor de duração de permanência na rua que leva à acomodação, mas sim a sua conjugação com outros factores, essencialmente, a ausência de rendimentos próprios.

Embora dos objectivos do nosso trabalho não faça parte compreender a relação estabelecida entre o tempo na situação e a acomodação dos sem-abrigo, consideramos que, tendo em conta que uma identidade é sempre uma identidade incorporada e, no caso presente, uma identidade estigmatizada, qualquer vivência prolongada da mesma (re)produz barreiras que poderão dificultar ou inviabilizar a inversão da situação de sem-abrigo. Neste ponto sobre o tempo na situação, apresentamos a duração do tempo que os inquiridos se encontram a viver na rua e as expectativas que depositam sobre um futuro diferente.

Dois dos inquiridos, um homem e uma mulher, encontram-se há mais de quinze anos a viver na rua. Os dois verbalizam o desejo de sair da situação. Porém, enquanto a mulher sem-abrigo manifesta só a intenção, o desejo, o homem consubstancia o desejo de

mudança na obtenção de uma habitação, encontrando-se envolvido na procura da solução.

*Um dia, se Nosso Senhor quiser eu hei-de sair desta vida [...] Não sei, não sei...(resposta a como pensa sair da situação).*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

*Tenho que ajeitar um rumo melhor, que isto aqui não é rumo nenhum [...] Não sei, estou farto de procurar, procuro. [...] Sei lá. Tenho procurado em vários sítios. [...] Não é lares. Os lares querem que eu pague. Uma casita de renda, pequena, com um quintal.... [...] Pois é, eles querem que eu pague adiantado.*

(Entrevista n.º 12, H, 64 anos, Gondomar)

Nas entrevistas que realizámos constatámos que cinco indivíduos se encontram na situação há mais de cinco anos e menos de dez anos, o que indica uma permanência prolongada na situação. Boa parte destes inquiridos manifesta não saber o que será o seu futuro, não tendo qualquer projecto em concreto, embora considere que tal poderá depender das circunstâncias, como o estabelecimento de uma relação afectiva.

*E- Acha que um dia vai ter forças para encarar a vida e sair desta situação?  
e - Ter tenho, que case comigo, lavar as mãos e uma pessoa que me ajude... para ter uma companheira [...] A única coisa que posso dizer é que de hoje para amanhã não posso prever nada e o que vais fazer para amanhã, não deixes para ficar hoje... filosofia.*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

Destes sem-abrigo, um revela a dificuldade/impossibilidade de possuir expectativas de um futuro diferente, pois não consegue desligar-se do presente.

*É assim, tenho muitos problemas para resolver aqui no Porto. A Segurança Social deve-me a mim dois anos e oito meses de Rendimento Mínimo. Tenho o meu tratamento. Independentemente disso, posso transferir o meu*

*tratamento para Lisboa. Atenção, mas é uma coisa que não transfiro ainda neste momento porque sinto-me bem aqui. Só tenho pena de não estar com os meus filhos.*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

Encontram-se na situação de sem-abrigo, há mais de dois anos e menos de cinco anos, três dos inquiridos. A totalidade destes manifesta a sua incapacidade em inverter a actual situação. Só uma mulher sem-abrigo refere que precisa de ajuda, de apoio. Os outros não acreditam que um eventual apoio os ajude a libertar da situação em que se encontram. Um dos testemunhos mais dramáticos foi-nos dado pelo sem-abrigo ucraniano.

*A minha doença é a pobreza. Eu pensava que Deus me ajudava, mas ninguém me ajudou.*

(Entrevista n.º 1, H, 30 anos, Ucrânia)

Um sem-abrigo encontra-se há um ano na rua e outro há quinze dias. Os dois verbalizam vontade em deixar a situação, mas tendo para isso que se sujeitar a tratamento à toxicodependência.

Se a vontade de alterar a sua situação de sem-abrigo está presente nos inquiridos com menos tempo na rua, encontrámos essa mesma vontade nos sem-abrigo com mais tempo de permanência e, ainda, uma grande prevalência naqueles que se encontram na rua no período compreendido entre cinco e dez anos.

#### 2.4. Um quotidiano estruturado

Na consulta efectuada à literatura portuguesa e estrangeira não encontrámos qualquer estudo que incidisse especificamente sobre o quotidiano dos sem-abrigo, embora víssemos abordadas por Manuel Pimenta (1992) por Gerald Daly (1996) e ainda por



Gilles Marchand (2003), questões relacionadas com as estratégias de sobrevivência e os relacionamentos sociais que eventualmente poderiam ser incluídas no presente ponto.<sup>5</sup>

Sobressai de quase todas as entrevistas efectuadas a existência de rotinas diárias, feitas essencialmente em função de necessidades de subsistência. Os sem-abrigo movem-se em função da necessidade de comer, de recorrer às instituições, de libertar os locais de pernoita. Os actos do quotidiano são normalmente regulados por hábitos e ritmos concretos.

O horário do levantar e do deitar depende em grande parte do local onde dormem. Se pernoitam na rua, depende dos horários praticados pelos estabelecimentos comerciais ou serviços, ou seja, depende da própria rotina de terceiros. Mas, quando dormem em quartos de pensões não ficam sujeitos a esse imperativo, podendo decidir autonomamente.

*Isso é normal. Depois uma pessoa também não consegue dormir e depende dos locais onde uma pessoa dorme. Se uma pessoa estiver a dormir num local onde não passa ninguém ou está um estabelecimento fechado, ou para obras, eu fico um bocado até mais tarde. Mas quando não tem, por exemplo naquela loja, na ourivesaria, eu tinha que me levantar às nove horas, pois a loja abre àquela hora.*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

*Não, não... de tarde, quer se dizer depende. Eu sou um homem que sou capaz de me levantar às seis da manhã, sem ter nada que fazer, quer dizer. E ainda hoje, a cama estava-me a saber tão bem e eu levantei-me cedo. Às vezes durmo até ao meio dia, tenho lá televisão... [...] Depende, ontem fui-me deitar à meia noite. Mas, às vezes, a chover, chega a ser sete e meia e vou para a cama, para a cama, lá com a manta cheia de piolhos.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

---

<sup>5</sup> Optou-se por uma análise autónoma dos temas das estratégias de sobrevivência e das redes de sociabilidade por se considerar merecerem um tratamento destacado.

Percorrem, num ritual diário, os mesmos espaços públicos (praças, jardins, cafés), as mesmas zonas da cidade. O tempo corre na repetitividade dos actos marcados, muitas das vezes, pela indiferença e pelo marasmo.

*O dia?... Dorme-se no banco e ... no jardim.[...] Se sair deste banco, vou para aquele, como posso ir para aquele outro.*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

*Na rua, a ver mulheres...[...] A ver outras, vai... A que horas acorda? Pode não acordar quatro dias... [...] Sim, sem fazer nada...*

(Entrevista n.º 1, H, 30 anos, Ucrânia)

*Ando para aí, senhora.[...] Andava para aí a passear... [...] Estou sempre. Amanhã estou aqui.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

*Eu levanto-me conforme... levanto-me oito, nove...[...] Ando por aí de um lado para o outro. [...] Ando por onde calha, de um lado para o outro. [...] Abrigo-me por aí, encostado onde calha (quando chove).*

(Entrevista n.º 12, H, 64 anos, Gondomar)

As rotinas do quotidiano dependem igualmente da ligação/dependência que mantêm com as instituições de apoio aos sem-abrigo, por recorrerem às mesmas para a satisfação das suas necessidades de alimentação e higiene (cinco dos entrevistados referiram recorrer às instituições para comer). Embora seja referido em vários estudos a dependência desta população com as instituições que dão apoio em termos de alojamento, nenhum dos entrevistados recorre àquelas para dormir.<sup>6</sup>

*Vou à Trindade (almoçar).*

(Entrevista n.º 7, H, 52 anos, Gerês)

---

<sup>6</sup> No ponto sobre instituições de apoio abordaremos as razões apontadas pelos sem-abrigo para não recorrerem às mesmas para dormirem.

*Vou para a Trindade. Vou lá comer ao meio dia.*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

Quanto aos cuidados de higiene, apurámos diferentes práticas, desde aqueles que recorrem a uma casa de banho pública ou privada para a sua higiene diária, como outros que recorrem a balneários públicos para tomarem banho ou ainda a outros locais alternativos. Podem fazer parte ou não de uma rotina diária.

*... eu agora de momento, há seis meses que não tomo banho, porque da chuva, às vezes também se toma banho. Mas, no entanto, às vezes vou ali à Ribeira, cinquenta mil reis, que de facto, senhora doutora, há um ditado antigo: a pobreza não tem nada com... a pobreza... se a senhora for asseada vai tomar um banho a qualquer lado, nem que seja ali ao rio e a camisa, só tem uma, lava à noite e de manhã veste a camisa lavada. Não tem dinheiro... gosta do asseio. Não é por causa do dinheiro que tem na carteira que é asseada. Uma pessoa sem dinheiro nenhum pode ser asseada.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

*Cheguei de manhã para vir à casa de banho para fazer as minhas necessidades...[...] mãos e cara...Quando eu vejo que tenho uma dose ou duas a mais, pego numa e se eu precisar aqueço-me mais, que é mesmo assim. Guardo a outra para depois e vou a um tanque público por aí de madrugada. Uma da manhã, vou a um tanque público. Claro que depois vou para todo o lado, já tenho o caldo, a sopa feita na máquina, na seringa, tomo e prontos... já há tudo.*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

*Vou aos balneários, ali em baixo. Ou no Viriato ou ali em baixo, ou ali na Arrábida que também tem.*

(Entrevista n.º 11, M, 34 anos, Vila nova de Gaia)

O quotidiano dos sem-abrigo toxicodependentes é marcado e estruturado pela necessidade de consumo de drogas.

*É levantar-me, é tratar das coisas. [...] Deixam, só que às nove horas tenho que sair, é normal. Então levanto-me e pronto, a pensar que vou arranjar algum dinheiro para tirar a ressaca. Arranjar o primeiro dinheiro para tirar a ressaca e depois venho outra vez para tirar outra e ando assim. É todos os dias a mesma coisa.*

(Entrevista n.º 11, M, 34 anos, Vila Nova de Gaia)

*.... Mas eu não tomei o pequeno almoço, estava mal...mas eu tinha cinco euros no bolso que guardei da noite para hoje. Fui logo por aí a baixo à espera, ele nunca mais vinha, eram nove menos um quarto. Fui a Francos para Ramalde, depois vim para cima, cheguei aqui. Tomei o pequeno almoço que me soube melhor que um manjar de Marquês. [...] Cheguei aqui de manhã, já tinha o pequeno almoço pago. Levantei-me às sete e meia, vou até ali à casa de banho urinar, já tinha o pequeno almoço pago. [...] Foi à hora que eu precisei de ir urinar [...] Às seis... consoante a hora que eu consumi à noite.*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

Os consumos de álcool condicionam a vida de alguns dos inquiridos, apresentados como capazes de ajudar a enfrentar as contrariedades do quotidiano.

*Senhora quando você vai levantar, vai dormir, na minha casa, por exemplo onde eu durmo, por causa é difícil de arranjar trabalho, agora é difícil fazer trabalho, agora é preciso fazer contrato, é tudo legal, depois, depois, depois, depois, muito mais... você levanta, você se sente mal, o que é que você quer? Quando bebes ficar mais calma, bebes e não tens fome, eu posso fazer...*

(Entrevista n.º 1, H, 30 anos, Ucrânia)

*Boa tarde. Sou F. M. . Sou de Lisboa, pai de dois filhos, estou separado da mãe do Pedro e estou aqui neste momento no Porto em recuperação sobre toxicoddependência, mas afectei-me e estou afectado pelo álcool. [...] Independentemente de ser alcoólico, que eu considero-me alcoólico, como mais pessoas, amigos, entre aspas, que é mesmo assim, independentemente*

*disso tenho mais pessoas que me aconselham para eu estar bem, para ficar bem, para me sentir bem. [...] Ah, isso está bem. Mas é assim, deixou a droga, meteu-se no álcool, bebo o álcool. [...] A coisa que mais adoro na minha vida é mulheres, com todo o respeito pela senhora, que é mesmo assim, mas isto é assim, ando a beber muito álcool, ando sempre alcoolizado...*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

*Antes de começar, deixe-me dizer uma coisa: Vou beber um pouco para molhar as palavras, sou amigo dos amigos e interesseiro. Pode começar a entrevista. [...] ... De resto... não há água, há vinho! (bebeu mais um bocado de vinho de um pacote que se encontrava dentro de um saco de plástico).*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

O sem-abrigo que é apoiado em termos pecuniários pela Segurança Social, descreve o seu quotidiano da seguinte maneira.

*Eu passo o meu dia, ou no quarto, não digo a dormir, mas a ver televisão, porque graças a Deus, tenho televisão por cabo, ao menos tem isso que é oferecimento da pensão onde vivo. De resto é assim, independente disso, olhe venho para aqui (Praça da Trindade).*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

A vida quotidiana é caracterizada por práticas e actos ritualizados, produzidos em contextos de sociabilidade específicos, em espaços sociais que são alvo de apropriação. “A ritualização do espaço urbano, enquanto lugar da vida quotidiana e conjunto de ideias partilhadas, manifesta-se por condutas repetitivas, que são também processos de comunicação. Ritualiza-se o espaço para o apropriar e apropria-se para o ritualizar” (Fernandes, 1992: 88).

A procura de espaços públicos, a praça, o jardim, constituem-se como espaços de partilha, de estabelecimento de relações de sociabilidade. Se a rua é um espaço de fuga, é também um espaço de porto de abrigo. “... por este ângulo a apropriação revela-se

*como um processo essencialmente físico, que consiste em produzir diversidade ao investir o espaço de intenções e actos que permitem ao indivíduo sobreviver à banalidade do quotidiano e dar-se a si mesmo uma identidade, ou seja, criar situações em que o espaço constitui para ele um refúgio” (Fischer, s/d: 83).*

*... passo o tempo todo na Trindade, sentado com os amigos da rua, que a gente conhece. À noite vou ali a um centro que a gente conhece.*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

*Eu ontem estive sentado numa esplanada a fazer tempo, que eu até não gosto do café, tenho a mania que o café me faz mal, e faz. Estive ali duas horas para nada. Ali na Brasileira, que me empresta o jornal e tem casa de banho, empresta o jornal e pode estar ali todo o dia que os empregados não dizem nada, enquanto há casas que a sacodem. Não deixam, nem estudar, nem ler o seu livrinho, não deixam nada. Mas a Brasileira, não há dúvidas nenhuma que aqui, no Porto, pode estar todo o dia, que o empregado não lhe diz nada, e se não beber nada, eles estão-se maribando. [...] Tem uma casa de banho, quer telefonar, tem cabine telefónica, está a chover, pode estar ali todo o dia que ninguém a chateia.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

Contrariamente a uma ideia pré-concebida em que esta população vagueia pelas ruas da cidade sem destino marcado, sem objectivos definidos, constatamos que, de um modo geral, o seu quotidiano é marcado por ritmos precisos resultantes do espaço e do tempo que privilegiam em função das necessidades de alimentação, dormida ou higiene, mas também em função de outras necessidades como a de interacção social. Percorrem e partilham durante o dia os mesmos espaços físicos que todas as outras pessoas, pois circulam normalmente no centro da cidade, nas ruas de maior concentração de serviços e pessoas, em praças e jardins integrados no tecido urbano.

## 2.5. As estratégias de sobrevivência

Destituídos de quaisquer bens materiais, vivendo em situações limites de pobreza e de exclusão, a população sem-abrigo vê-se compelida a utilizar uma série de estratégias que garantam a sua sobrevivência. Contudo, apesar de possuírem uma margem de autonomia muito restrita, onde o exercício de cidadania se encontra diminuído, restringido pela inacessibilidade aos sistemas sociais básicos (Costa, 1998), as estratégias de sobrevivência que utilizam, traduzem ainda possibilidades de escolhas e de opções.

Os entrevistados toxicodependentes recorrem principalmente à esmola para poderem adquirir droga. O dinheiro obtido é canalizado para a compra de estupefacientes, sendo secundarizadas as outras necessidades, como a da alimentação. Associado ao acto do pedir esmola, encontrámos estratégias, mais ou menos activas, de como melhor abeirar as pessoas. Um sem-abrigo costuma pedir à entrada de um cemitério justificando que aí as pessoas são mais dadas e que toca mais no coração delas; outro à entrada de um supermercado; outros dois abordam directamente as pessoas dentro de cafés. Para além de pedirem esmola, estes sem-abrigo desenvolvem pequenas tarefas ou arrumam carros.

*E- O que come?*

*e - Mais à base de doces, é assim que me pagam. É raro comprar alguma coisa para comer. É a realidade, é mesmo assim.*

(Entrevista n.º 11, M, 34 anos, Vila Nova de Gaia)

*E – Onde pede?*

*e - Em qualquer lado. Arrumando automóveis, pedindo a pessoas conhecidas que me ajudam.[...] Aquilo que eu peço, não é?*

*E –Onde come?*

*e - O que as pessoas me dão, o que eu consigo encontrar, não é? É o seguinte. Há quem seja mais desleixado, não é? Eu comia, até o que me leva a estar de pé é ainda o facto de eu gostar de comer, está vendo? Que é o meu caso. Eu sou capaz, por exemplo, de deixar de comprar uma dose para*

*comer um bom hambúrguer, um bom gelado, pasteis, que eu gosto de pasteis. Se tiver € 10 compro € 5 e os outros € 5 são para comer, está a ver?*

(Entrevista n.º 10, H, 22 anos, Brasil)

*E - Do que vive?*

*e - ... da mendicidade.[...] Foi uma casualidade, que eu tento mesmo pedir quando estou... tenho que conseguir... ainda ontem uma senhora que nunca, nunca me deu só por me ver a fumar, e então, ainda ela ontem virou-se para mim, deu-me cinquenta cêntimos, depois volta-se para trás e deu-me mais um euro. [...] Eu não peço dinheiro, peço uma ajuda. Se não era normal eu dizer, senhora deixe-me uma ajudinha, por favor! [...] ... Quer se dizer há um interesse, lógico ao pedir uma ajudinha, há um interesse lógico, monetário... Mas ainda ontem guardei um cão de uma senhora enquanto ela foi às compras...*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

Para além dos sem-abrigo toxicodependentes, só outros três inquiridos referiram abertamente recorrer à mendicidade.

*Ando a pedir, mas não ajeito nada. Quem dá aqui, não dá acolá.*

(Entrevista n.º 12, H, 64 anos, Gondomar)

*Peço dinheiro. É melhor pedir do que roubar.[...] A ver se me dão, se não me derem... não trato mal a ninguém.[...] Ele há homens que querem que uma mulher ganhe para eles.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

Podem ser utilizadas estratégias complementares. Um inquirido referiu-nos que pede esmola, mas que simultaneamente recorre a algumas instituições para comer, que recorre igualmente à Segurança Social para usufruir de apoio pecuniário e que ainda realiza esporadicamente trabalhos informais.



*... que uma pessoa faz o bem e elas ainda abusam. Por exemplo eu trabalhei lá em baixo num bar que enquanto num lado me davam, em três horas que eu fazia, davam-me € 12,50, eu fazia o mesmo trabalho para outro bar e davam-me € 5. Mas, prontos, era algum dinheiro, exploravam-me ... [...] Normalmente são pessoas que me oferecem trabalhos. Por exemplo, aqui nesta igreja já ajudei. O sacristão pede para ir trocar as lâmpadas, eu vou. [...] Sim, costumo pedir aqui na igreja, mas agora é muito raro eu andar assim a pedir... [...] Lá em baixo, na Ribeira, pedem-me ajuda... era arrumador de carros, mas agora deixei de arrumar carros. [...] ... Às vezes arranjo trabalho de pessoas conhecidas, trabalho lá em baixo na Ribeira, quando me pedem para ir lá para o bar ou entrega de publicidade de bares ou assim e é quando consigo arranjar. [...] Mas para pedir a pensão tive que batalhar muito, pedir muito para a Segurança Social apoiar, mas cortavam-me, davam-me. Agora ando a fazer pressão lá em cima a ver se me arranjam a eu ficar outra vez com o quarto e depois o resto comida, as outras minhas coisas e eu cá me arranjo.[...] ... para ver se eles me pagam um quarto e agora tenho uma consulta dia doze, dia treze, a ver se eles me dão apoio para o quarto. Só peço do quarto e da medicação.*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

Mas, todos estes recursos são insuficientes para garantir a autonomia económica deste indivíduo que continua a recorrer à mendicidade como principal meio de subsistência garantido. A mendicidade é exercida por ele à entrada de uma igreja, ostentando os seus problemas de saúde. Encontrámo-lo à porta da igreja, mostrando parte de uma perna, onde eram visíveis problemas de pele. Questionado sobre as razões que o levavam a pedir à entrada de uma igreja, respondeu-nos que não tinha nenhuma razão específica, até porque as pessoas não se comoviam com a sua situação. No entanto, parece-nos que, embora incapaz de verbalizar as suas motivações, ao expor a sua perna, ao ostentar as suas feridas, este inquirido procurava sensibilizar quem entrava na igreja, num apelo à caridade. A ostentação pública do estigma é uma estratégia de sobrevivência que pode ser utilizada.

Um outro sem-abrigo que afeere de uma reforma, considerada pelo próprio como de miséria, revelou-nos o recurso que também faz a um conjunto de estratégias de sobrevivência, utilizadas em conformidade com o espaço e o tempo que ocupa. Utiliza recursos diversificados, como pudemos constatar enquanto caminhávamos para o local onde iria decorrer a entrevista, pois metia a mão nos receptáculos de moedas das cabinas públicas telefónicas para ver se existia lá alguma moeda. Recorre às instituições para comer, para se lavar, para, ainda em função dos problemas de saúde que tem e correspondente necessidade de aquisição de medicamentos, lhe ser dado apoio pecuniário.

*... Os medicamentos havia um altura, aqui no Santo António, o médico disse “vou-lhe dar alta”. Sim senhor, sim senhor, senhor doutor. “Tem alta daqui à tarde”, e eu digo. Ó senhor doutor e onde vou eu comprar estes medicamentos? “Você tem aqui o Serviço Social dentro do Hospital”. Chama-se a Cruz Vermelha, não é a Cruz Vermelha, é a cruz não sei de quê... e leva.[...] ... como eu recebi uma carta de uma Assistente Social que me mandou para a Cáritas, que é ali ao pé do Marquês de Pombal. Era duas canadianas e era medicamentos. E disse-me a Assistente Social “Canadianas é muito caro, não há.” Então e medicamentos? “Também não há verba. Tem é comida.” [...] Agora arranjei uma Assistente Social que me dá isto...(medicamentos)*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

Este mesmo inquirido recorre ainda a locais, como os cafés, onde refere ser-lhe permitido permanecer por várias horas sem ser incomodado e poder ler o jornal e ainda utilizar as casas de banho, sendo-lhe, assim, permitido usufruir de serviços e bens gratuitamente. A possibilidade de frequentar espaços frequentados por outras pessoas, possuidoras de uma identidade legítima, parece contribuir para uma (con)vivência mais distanciada com o seu estigma.

*No café. Compro o jornal. Às vezes vou ao caixote do lixo e encontro lá o jornal. E há casas que até emprestam o jornal... [...] Eles têm o ordenado (os*

empregados), *tem uma boa casa de banho, que até luz tem que acende automaticamente e às vezes passo ali um bocado. Depois... não há dúvida nenhuma que o café, enquanto V. Ex. vai pagar cinquenta ou sessenta, lá é mais cinco escudos, mas os cinco mil reis tornam-se mais baratos, sabe porquê? Tem uma casa de banho, o jornal, quer telefonar, tem cabina telefónica, está a chover pode estar ali o dia todo que ninguém a chateia.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

A entrada de um supermercado é o local escolhido por um outro sem-abrigo que ostenta a sua condição ao pedir esmola sentado em cima de cartões e de cobertores, numa atitude de humildade.

*Tenho que conseguir, tenho que conseguir, eu tento tocar... [...] Eu não peço dinheiro, peço uma ajuda [...] Tento tocar o mais possível o coração das pessoas [...] Sou aceite pelas pessoas, porque a situação que eu vivo... sou extremamente educado com as pessoas, não só porque preciso, mas já é a minha maneira de ser, já por isso a minha mentalidade é diferente de muitos outros. Quer se dizer, há um interesse, lógico, ao pedir uma ajudinha, há um interesse lógico, monetário.*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

Na descrição dos quotidianos da maioria dos entrevistados há referências a consumos de álcool, de tabaco e de café (e à frequência de cafés), que implicam a posse de algum dinheiro. Pudemos igualmente constatar, aquando da realização das entrevistas, que eles acabavam, de uma forma velada, por nos pedir dinheiro para comer ou para beber. Pareceu-nos existir a necessidade de encobrimento de que pedem esmola, situação vivida como humilhante. A condição de sem-abrigo não acarreta, por si só, a perda da capacidade de escolha, da existência de códigos de ética, da defesa da integridade, da dignidade.

A maior parte dos inquiridos referiu-nos que para obter algum dinheiro ou beneficiar da compreensão de terceiros, assume diferentes estratégias, por vezes simultâneas, que podem passar pelo desenvolvimento de trabalhos informais ou pela venda da Revista

CAIS. A posse ou não de dinheiro conduz à assunção e gestão de diferentes práticas. Se tiverem dinheiro, podem comer em restaurantes, deslocar-se de uma terra para outra e dormir em pensões.

*Quando eu tenho dinheiro gosto de ir comer a um café.*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

Se não têm dinheiro, recorrem às instituições de apoio aos sem-abrigo onde comem, onde se vestem, onde tomam banho. O auxílio prestado pelas instituições de apoio permite-lhes alegar que não necessitam de pedir esmola.

Assim, com exceção dos toxicodependentes, o recurso às instituições constitui a principal estratégia utilizada para providenciarem ao seu sustento em termos de alimentação

*Vou para a Trindade. Vou lá comer ao meio dia... [...] Às vezes, nem saio do mesmo sítio ou, às vezes, nem saio de casa, nem como, nem nada. Depois, à meia noite dá-me vontade de comer, venho cá fora às carrinhas, comer alguma coisita.*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

*Quando chegou a carrinha da Legião da Boa Vontade, “Ó C., queres a sopa? Quero, ponha aqui e mais nada, àquela hora da noite, com o frio que fazia ainda não vai muito, sei que já está um bocadito, o que é que vou fazer? Não faço nada!*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

Verificámos, ainda, que nenhum entrevistado referiu contar com o apoio das instituições para uma eventual saída da situação. Não as olham como potencializadoras de apoio a uma emancipação, à criação de autonomias.

*E - Nunca foi à AMI?*

*e - Não.*

*E - Porquê?*

*e - Lá tem sempre que pagar, não é?*

(Entrevista n.º 1, H, 30 anos, Ucrânia)

*Passa aqui uma às dez horas, mas traz uma água a fazer pouco das pessoas e um pão seco e eu já disse para não... por causa de mim que escusam de vir e até isso o que é que me fazem?*

(Entrevista n.º 12, H, 64 anos, Gondomar)

*Oh, senhora doutora! Nós portugueses só temos o hábito de dizer mal das pessoas, mas também digo uma coisa: só passa fome porque quer e anda mal vestido porque quer. Vai à AMI, à doutora Cristina, dá-lhe seis fatos., come e bebe. Não tem onde dormir, dá-lhe uma camarata. Vai aqui à rua Cimo da Vila, come e bebe. Está bem que não põe bacalhau. É só batatas, mas não interessa. Vai à Ribeira , ao lado da Polícia Marítima, come bebe. Vai ali à AMI, come e bebe, pode lá tomar banho. Tem filhos pode até lá estudar. Não há dúvida nenhuma que só passa fome quem quer. [...] Eu hoje ali na Batalha, na Rua Cimo da Vila, não sei se conhece?, que é antes de chegar à estação, há ali uma casa que pertence ao Hospital não sei de quê, hospital de gente rica, aquilo deve ser (?), e não há dúvida que eu hoje chego lá, era arroz com carne, mas quer dizer senhora doutora, era um ambiente, um a vomitar para o chão, outro a coçar o pilho, outro a escarrar para o chão, quer dizer um gajo cheio de fome até perde o apetite. Depois da sopa vinha lá galinha, ora se aquilo é sopa de legumes, não é de galinha, aquilo deve trabalhar com restos. De maneira que o jantar estava-me a saber bem, mas depois trazem-me a sopa, mas não me trazem a colher, era com o dedo? Eu deixei lá a sopa, quer dizer, fiquei satisfeito logo sem comer nada, a barriga ficou logo satisfeita.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

*Tem os Médicos do Mundo, tem a Legião da Boa Vontade, tem os Samaritanos. Depois tem mais outra carrinha que é ali de Gaia, que é um carro particular, depois tem o gás, que é ali da Maia, de Matosinhos. Mas*

*isso só há uma carrinha que vem todos os dias que é a dos Samaritanos, essa vem todos os dias, As outras normalmente só vêm aos fins de semana, mas vêm muito tarde. Às vezes não me apetece comer porque eles vêm tarde e não trazem quase nada e acordam as pessoas, às quatro, e o primeiro sono é sempre bom e até para dar...*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

*Não gosto. (de ir comer à Ordem da Trindade)*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

Três dos sem-abrigo entrevistados referem-se, também, à experiência negativa que detêm dos Albergues Nocturnos do Porto, o que os leva a não procurarem a instituição para ali pernovernarem.

*Já recorri. Já lá estive três vezes. Só que são... eu gosto da minha privacidade. Nos Albergues normalmente estão cheios e depois uma pessoa não consegue dormir de noite. Não está à vontade, não tem aquele... uma pessoa quer ir ao Hospital, eu saí de lá também quando tinha os meus problemas de saúde, eu saí de lá. Uma pessoa quer ir ao Hospital e quando chegava ninguém me abria a porta, eu desisti. Não vale a pena. É melhor uma pessoa dormir num cantinho sossegado, na rua, com quatro ou cinco cobertores do que estar no Albergue e depois está com bêbados. A maior parte são bêbados e depois uma pessoa chateia-se e não está habituado àquela ambiente e cada vez fica mais... em vez de andar para a frente anda para trás e depois começa-se a habituar àquele ritmo e era um ritmo que eu levava...*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

*Oh senhora doutora! Peço perdão a Deus e também à senhora doutora. No Albergue uns escarram para o chão, outro diz que lhe falta a carteira, outro diz que chegou primeiro, outro diz que é meu, que o casaco é meu, outro, enquanto vai à casa de banho, rouba-lhe o tabaco e outros andam à porrada, sem necessidade nenhuma. E depois como aquilo é um regime que*

*nem na tropa acompanhei, se disser a mais pequena coisa, rua se faz favor. Por parte daqueles gajos, os securitas, não é a polícia, é um ..... como é que se diz?... um fiscal. Não é ali como em qualquer lado, que tem os responsáveis, os assistentes sociais. E então é preferível dormir numa escada com uma manta e coçar o piolho, do que estar de facto... a senhora pode estar cheia de fome, eu pago-lhe uma sopa, mas se a vir cheia de moscas não a come, Porquê? Encheu logo a barriga.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

*Chegam-me trinta e seis meses de tropa para saber o que é uma camarata, e na minha camarata só dormíamos quatro pessoas. Pronto está tudo dito.*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

Não sabemos da opinião dos entrevistados relativamente a outras instituições onde podem pernoitar. No entanto, os Albergues Nocturnos do Porto, pelo seu longo historial, são a grande referência em termos de alojamento na cidade do Porto para a população sem-abrigo.

Os três sem-abrigo consumidores de drogas referem já ter recorrido aos Centros de Tratamento a Toxicodependentes. Um deles manifesta o seu desagrado relativamente à forma como foi tratado.

*Porque não quero ( Tratar-se no “Projecto Porto Feliz”). O Rui Rio tirou-me a casa e passado meia dúzia de dias diz às pessoas para não ajudarem porque eles dão roupa lavada, cama, mesa, dão tudo. Quer-se dizer, tiram-me a casa... [...] Já fui ao Centro de Vila Nova, mas disseram-me: “No mais tardar daqui por uma hora o seu problema está resolvido.” Pergunte-lhe, mais psicólogos, mais análises, mais não sei quantas. “Olhe para a semana”. Então vocês disseram-me que iam resolver a minha situação, desde as nove da manhã até às onze horas, já é meio dia e tal, quase uma da tarde, de caminho estou a começar a ressacar, tenho que ir roubar? Não dá tempo para ir... eu nunca, nunca mais fui lá.*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

Dois deles referem que o tratamento não resultou ou não foi efectuado, não por responsabilidade das instituições, mas por falta dos próprios.

*Estou inscrita em três. (CAT) [...] Vou, mas ... só que falto às consultas. Estou muito sozinha, sinto-me muito sozinha, não sei...*

(Entrevista n.º 11, M, 34 anos, Vila Nova de Gaia)

*No CAT Ocidental. Mas faltei três dias seguidos por desleixo e perdi o programa. Agora vou ver se vou voltar outra vez, falar com uma equipa de rua, que é uma carrinha que está no bairro, está a ver? E... pressionar um pouco e eles vão tratar...*

(Entrevista n.º 10, H, 22 anos, Brasil)

Há ainda um outro testemunho, feito por uma mulher sem-abrigo, que refere não recorrer às instituições, pelos maus tratos de que é alvo por parte dos outros utentes, pelo abuso de que fazem das suas limitações visuais.

*Não, não gosto. (de comer na Ordem da Trindade). [...] Não, não gosto da comida de lá, de comer lá. [...] Há gajos que batem nas mulheres lá dentro. [...] Não, não gosto. [...] Uma pessoa cega é feio. [...] Nesta vista, sou. Desta vista não vejo. [...] Às vezes batem-me, eu piro-me, tenho que me pirar deles. [...] Nunca vou. (ao Coração da Cidade) [...] Não vou nada. (à AMI) Não arranjo. (dormir nos Albergues) [...] Não aceitam. Não sei, diz ele está cheio.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

Já vimos que a quase totalidade dos inquiridos não auferem apoios pecuniários ou subsídios, por exemplo do Rendimento Social de Inserção ou de benefícios no âmbito da protecção social. Embora tenham conhecimento da possibilidade de auferir de subsídios e/ou benefícios assumem normalmente uma atitude de alheamento, mesmo de evitamento. O recurso à Segurança Social é desvalorizado ou rejeitado, sendo manifestado por parte de alguns inquiridos sentimentos de incredulidade face à eficácia de um pedido de subsídio.



*Não (não tem apoios). [...] Já pedi, mas logo a segurança me cortou apoios, porquê ela pensava.... ilegal. Eu tenho três vistas..... três vistas... três papeis. [...] Sim ,três vistos, três passaportes...*

(Entrevista n.º 1, H, 30 anos, Ucrânia)

*... Foi até que estive na Pensão Norte que foi pago pela Segurança Social. E depois tive sempre apoio. Mas para pedir a pensão tive que batalhar muito, pedir muito para a Segurança Social apoiar, mas cortavam-me, davam-me. Agora ando a fazer pressão lá em cima a ver se e arranjam a eu ficar outra vez com o quarto e depois o resto comida, as outras minhas coisas eu cá me desenrasco.*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

*Não. (nunca recorreu à Segurança Social) [...] Pensei. (em pedir ajuda) Tenho muita vergonha, tenho vergonha. [...] Tenho vergonha de pedir, mandam-me trabalhar.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

*Ela a mim só me deu foi desgostos, (a Assistente Social da Segurança Social) desgostos, porque o facto.... O senhor tem direito a uma vez por mês receber uma receita médica, mas há medicamentos que eu tenho que ir duas vezes por mês ao médico buscá-los. O senhor passa a pagar do seu bolso os medicamentos, barabarabadaus..., história da carochinha.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

*Não. (não recebe Rendimento Social de Inserção) [...] Uns... estão à espera do Rendimento Mínimo, vamos a uma hipótese, vão, metem hoje os papeis e vão estar um ano ou dois à espera. [...] Eu com a Segurança Social, a única coisa que eu tenho é... no tempo em que fiz descontos e como utente da segurança Social é para ir ao médico, para ir a um hospital e mais nada. [...] O que é que me dão? Não me dão nada. (a Segurança Social) [...] Depois só passado três meses é que tenho consulta, para isso...*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

*Não. (não recebe Rendimento Mínimo Garantido) [...] Eu trato, (a Segurança Social) mas eles só me andam a empatar, para Lisboa, para Lisboa. Eu estou farto de saber que em Lisboa não dão solução nenhuma. O que derem é daqui, dos sítios próprios. Se não derem nos sítios próprios, em Lisboa não dão solução nenhuma. Dizem que mandam os papeis para lá. [...] Pois, não vale a pena estar à espera, eu até vou lá e digo assim: largue lá os papeis para Lisboa que eu não quero nada. Em Lisboa não é capital nenhuma. Eu já descobri.*

(Entrevista n.º 12, H, 64 anos, Gondomar)

A total e prolongada dependência das instituições, nomeadamente da Segurança Social e do Centro de Atendimento aos Toxicodependentes, verifica-se por parte de um dos sem-abrigo. Há sete anos que se encontra a viver no Porto e sempre com o apoio das instituições. O apoio que lhe é prestado, é por ele avaliado como insuficiente em comparação com apoios prestados a outros utentes. Justifica a necessidade de apoio pela afirmação/assunção da dependência de álcool e da fragilidade emocional decorrente do afastamento dos seus filhos que se encontram em Lisboa. Estas razões justificam a dependência de subsídios.

*A Segurança Social. Mas há uma coisa e digo já na cara e na frente do seu gravador, a Segurança Social apoia com uma condição. Temos que andar certinhos, ou seja, todos os meses eu faço o teste de alcoolémia, drogas, etc. Mas há uma coisa, se não me der bem, cortam-me tudo. Em Lisboa não existe isto, percebe? É a única questão que eu tenho pena, que eu sou de Lisboa, gostava de estar ao pé do meu filho, da minha filha e não posso estar, entre aspas, não é? É que aqui é que eu tenho os meus apoios, as minhas ajudas e independentemente disso são pessoas mais receptíveis à nossa situação. [...] Dá-me tudo (o Centro regional de Segurança Social). Dá-me dinheiro que é para eu ir ver o meu querido filho, e paga-me o restaurante e paga-me, mas... eu também ando em tratamento. [...] No CAT de Cedofeita. Está aqui tudo marcado já para Outubro... Agora, independentemente disso, a Segurança Social é isto que está aqui. Paga-me*

*a pensão “Novi Itália” e o restaurante “Rapide” até ao final do ano tenho tudo pago, até dois de Dezembro. Agora que há a boca do cofre, que é o dinheiro que me dão para Lisboa, para ver o meu filho, o Pedro, o pequenino e as viagens, pronto, mais nada, não dão mais nada. Mas, a muita gente dão muito mais. [...] Não, estive uma semana ou duas, de resto através da Segurança Social consegui os meus apoios, graças a Deus, já lá vão sete anos. [...] Pode ser que a Segurança Social tem competência para resolver o meu problema, que é eu estar bem fisicamente, psicologicamente e poder ajudar o meu querido filho, mais nada.*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

O sem-abrigo que vende a Revista CAIS encontrou na venda da revista uma fonte certa de rendimentos pelo que não prescinde da sua venda, mesmo que desenvolva algum trabalho. Procura realizar a venda da revista em locais e momentos estratégicos, procura uma grande concentração de pessoas, como acontece, à noite, à entrada das salas de espectáculos.

*Exacto, ainda há dias fui para o Coliseu, tinha muitas poucas revistas, havia aquele filme “Jesus Cristo”. [...] Sempre, nossa senhora vendi ali revistas, nem sei quantas vendi. Toda a gente a comprar. Vira, vira, vira... [...] Porque eu trabalhava numa firma que fica em Pinto Bessa. Chamava-se a Contempo. Trabalhei... um dia disseram-me lá... “Queres ir para Guimarães trabalhar?” Depende do trabalho que for, para cima dos andaimes não vou, “Não, trabalhar como um máquina, fazer betonagem”. Vou... e fui e ainda estive lá bastante tempo e à noite vinha e ainda vendia a revista. Aquilo era de Verão, ainda vendia sete a oito revistas. Depois eles foram-se embora, pronto aquilo acabou... Foram embora, não arranjei mais trabalho. Estou inscrito ali no Bolhão... e minha senhora há seis, sete anos, ainda me pediram uma fotografia. Já fui lá umas poucas de vezes, nem trabalho, nem fotografia, nem nada.*

(Entrevista n.º 7, H, 52 anos, Gerês)

Dos testemunhos recolhidos constatámos existir um “outro lado” da vida urbana, desconhecido ou alheado dos cidadãos integrados: as moedas esquecidas nas cabines telefónicas, os locais certos para estender a mão à esmola, os cafés onde se pode estar sem fazer consumo, as casas de banho públicas, a forma de melhor sensibilizar os outros, fazendo exibição da condição de excluído, as instituições que dão de comer sem se pagar, mas a que se recorre só por extrema necessidade, os “não” subsídios da Segurança Social.

Embora os sem-abrigo recorram às instituições para auferir de benefícios em termos de alimentação, higiene ou vestuário, não deixam de manifestar a imagem negativa que detêm das mesmas, de criticarem as suas práticas e o modo de funcionamento. São salientadas questões como o controlo social, como a ausência de privacidade, como os conflitos entre os utentes, como a afirmação e reforço do estigma, pela trato degradante e humilhante a que estão sujeitos. O recurso que referem fazer parece traduzir não só um bom conhecimento dos recursos institucionais, como também uma utilização pontual, na procura de uma resposta imediata às necessidades e de rentabilização da “oferta”, como se pode constatar no caso do sem-abrigo que vende a revista CAIS. O apoio serve para a minimização dos efeitos da situação em que vivem, para colmatar necessidades imediatas.

## 2.6. As redes de sociabilidade

Nos pontos anteriores sobre as trajetórias de vida e os factores precipitadores da situação, verificámos que as rupturas relacionais são uma constante no percurso dos entrevistados, fragilizando-os nas vinculações e na interacção com o meio social tradicional envolvente e constituindo-se como causas directas ou indirectas da situação de sem-abrigo. As novas relações de sociabilidade, estabelecidas nos novos contextos de vida, na rua, nas praças, nas instituições, parecem marcadas por uma fraca vinculação afectiva, por escolhas aleatórias, por circunstâncias de momento. A situação de sem-abrigo remeteu-os para a vivência de novos padrões de relacionamento, marcados pelo modo de vida que possuem. Encontram-se fragilizados tanto do ponto de vista material, como do ponto de vista emocional e afectivo. Surgem novos códigos de

relacionamento, inseridos em contextos de sociabilidade de grande exterioridade, porque dominados pela sua qualidade de públicos.

É-nos apresentado pela quase totalidade dos entrevistados a ausência de relacionamentos familiares. Em alguns casos há uma certa regularidade no relacionamento mas com uma frequência reduzida, como por exemplo, os contactos semanais que uma mulher sem-abrigo estabelece com os filhos e com a mãe e os contactos/visitas mensais que outros dois inquiridos fazem aos filhos.

Um número significativo de entrevistados (mais de metade), não refere ter qualquer outro tipo de relacionamento. O seu quotidiano é marcado por uma vivência solitária como pudemos constatar na entrevista realizada a uma mulher sem-abrigo. Foi perceptível a extrema solidão em que se encontra. Verbalizou abertamente a necessidade de ter com quem falar.

*Não tenho ninguém. [...] Não falo para ninguém.[...] Gostava... Há uma coisa que gostava, há outras que não...[...] Que fosse pessoas amigas das pessoas... gostava de falar, gostava. [...] Sinto triste, triste... Uma pessoa quer comer alguma coisa, não tem dinheiro, passa fome...*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

Transparecia das suas palavras, concretamente quando falava dos laços familiares que já não desenvolve com os irmãos, uma grande mágoa.

*Tenho, mas eles não querem saber de mim. Eles são casados, têm mulher, têm filhos... [...] Não querem saber.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

Um sem-abrigo toxicodependente refere-se à solidão em que se encontra e ainda ao medo do confronto e das reacções familiares, caso viesse a reencontrar os filhos. Tem medo de ser rejeitado pela família, de não ser perdoado, por se auto atribuir a responsabilidade de se encontrar a consumir drogas e de se encontrar nas condições presentes.

*... e agora tenho receio, de maneira que posso ... que seja rejeitado, não por eles mas mãe deles, pela avó materna, com quem eles estão e... prontos. [...]* Depois eu digo, por exemplo, se eu tivesse dinheiro pagava, por vezes pagava para estar como agora a conversar, pagava para ter alguém com quem falar.

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

É verbalizado por um outro inquirido o isolamento em que se encontra, limitando-se a deambular pelas ruas, não frequentando nem permanecendo em espaços públicos.

*Às vezes assento-me ali, é... mas raras vezes. Dantes parava muito na (?), mas agora estão lá as estátuas. No Marquês também estão lá as estátuas e eu gosto pouco de ir para lá. [...] São as estátuas, estão no jardim aquelas estátuas. Na Boavista, nunca viu? [...] Sim, sempre lá estive, mas eu dantes parava por lá, mas agora deixei. [...] Deixei de ir para lá, deixei de ir para lá.[...] Eu não ando acompanhado, sempre sozinho.[...] Não, (se frequenta cafés ou tascas) que eu nunca fui para tascas. [...] Ah, às vezes vou, já tenho ido. Ando por lá de vez em quando. Entro lá num café, vou lá tomar um café. (na Praça do Marquês) [...] Por acaso não há lá um café à feição. Há lá um café. Eles às vezes chateiam-se, sabe, não querem atender (na Praça da República)*

(Entrevista n.º 12, H, 64 anos, Gondomar)

Por vezes, os únicos contactos que estabelecem com terceiros decorrem das necessidades e das estratégias de sobrevivência que utilizam. Interagem com outros porque precisam de pedir dinheiro ou porque necessitam de outros apoios. São contactos marcados por necessidades pontuais e específicas, contactos aleatórios, que não decorrem de escolhas com um fim relacional.

*Iam outros lá também, são pessoas toxicodependentes que a gente conhece, que moram ali também, que foram colocados fora da porta, “ou largas a*

*droga ou ...”. [...] Eu ando mais por aqui, por Francos. Nunca vou para lá para baixo, embora conheça os toxicodependentes todos.*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

Um dos entrevistados, não obstante apresentar um quotidiano marcado pela frequência de diferentes espaços públicos e privados, numa óptica de rentabilização dos recursos existentes, não refere manter qualquer relacionamento específico. Mesmo quando nos diz que pode passar os dias num café a ler o jornal, salienta que os empregados fazem de conta que não dão pela sua presença. Privilegia no seu discurso o conhecimento e a interacção que desenvolve com os responsáveis e com os técnicos das instituições a que recorre, numa valorização positiva da sua identidade.

*Tenho, (companhia onde dorme) mas não tenho. Como é que se diz... tenho, tenho... [...] A AMI, a doutora Cristina que tem os cabelos compridos, o doutor João que é uma jóia, e os directores ... [...] Mas o porteiro não dá nada, nada, nada.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

Com um discurso ambivalente, um dos entrevistados tanto afirma convictamente que tem amigos, como deixa transparecer a fragilidade das relações, a desconfiança relativamente à consistência das mesmas. As relações a que se refere são desenvolvidas em espaços públicos, espaços que privilegiadamente ocupa e onde se encontra com outros indivíduos.

*Há sempre um amigo para nos ajudar. [...] Não, (sobre a solidão) estava aqui (na Praça da República) com um amigo e agora estou acompanhado. [...] Sou amigo de tudo e de todos e quando vejo certas e determinadas pessoas... se a hipocrisia fosse música, eles eram todos uma orquestra, eram um conjunto de instrumentos. Olhe eu sou viola ritmo e cantor. [...] Tenho sempre os meus amigos [...] Entre aspas, um pouco. Tenho o meu grupo de amigos, amigos entre aspas. Sou amigo de um, amigo de outro...*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

A entrevista a um dos inquiridos foi efectuada, embora de forma não permanente, na presença de outros dois, que iam interferindo para dar a sua opinião.

*Ele (Rui Rio) já fez muito trabalho na cidade do Porto, porque eu reconheço isso derivado de amigos que já reconheci, como este homem, por exemplo que arrumava carros aqui em baixo e agora está bem, Graças a Deus... De resto não sei o que é que as pessoas pensam de mim. Mas de resto é o seguinte... sou amigo do meu amigo quando vejo que tenho amigo verdadeiro. [...] Tenho conhecidos, mas também tenho amigos. Tenho aqui um à minha frente. Já comi na casa deles, aliás a primeira noite que dormi aqui no Porto foi na casa dele. É verdade não é? [...] Aqui mesmo ao lado. Cheguei aqui ao Porto e conheci ele e um irmão que já faleceu.*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

Embora não mantenha qualquer relação com familiares, um dos sem-abrigo referiu estabelecer diferentes relacionamentos sociais, interações sociais gratificantes, em conformidade com os espaços que ocupa. Trata-se de um indivíduo que procura espaços públicos de conviviabilidade, que manifesta estabelecer contactos formais com outras pessoas, contactos que o fazem sentir partilhar outras identidades consideradas positivas, nomeadamente eventuais empregadores, lojistas, responsáveis de instituições.

*É o que eu digo, às vezes arranjo trabalho de pessoas conhecidas [...] E normalmente passo o tempo ali na Trindade com os amigos da rua, que a gente conhece. À noite vou ali a um Centro que a gente conhece, chama-se o Espaço Pessoa, que é ali à beira da Câmara. [...] Vou lá porque ando a tirar um Curso de Computadores. [...] Foi lá mesmo o Engenheiro e as Técnicas de lá. [...] Eu peço, prontos eu gosto mais de estar na igreja porque já tenho aquelas pessoas que vêm, que falam, convivo. Dou-me muito bem com estas pessoas daqui da zona, por exemplo aqui da ourivesaria dou-me muito bem, tanto com as patroas, como com as empregadas. Aqui em frente também me dou muito bem com as empregadas. [...] Não, eu junto-me a qualquer pessoa.*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)



Um outro sem-abrigo, apesar de partilhar uma casa abandonada com outros três, manifesta, de uma forma irónica, o seu distanciamento relativamente a eles. Verbaliza que não se relaciona com ninguém, pois desconfia dos que afirmam ser amigos. Todavia, trata-se do único inquirido que nos afirmou manter uma relação afectiva permanente, viver em situação de união de facto. Revelou-nos esta situação já depois de nos despedirmos.

*Somos três. Mas cada um tem o seu quarto. Eu tenho muito arranjadinho, eu e os outros, mas é como diz o Padre, somos todos irmãos. [...] Não, já lhe disse que o Padre dizia assim: “Somos todos irmãos, cada um come na sua casa” [...] Ui!, Ui!, (amigos) muitos e então para me lixar tenho mais. [...] Eu tenho uma companheira, também vende revistas ali nas Antas. [...] Não, já a conhecia há muitos anos... já a conhecia há muitos anos. Depois é que nos demos ao conhecimento... fui eu que lhe arranjei a revista, que ela não tinha cartão, não tinha nada e “ajuda-me, ajuda-me, ajuda-me”, e agora é assim.*

(Entrevista n.º 7, H, 52 anos, Gerês)

De todos os entrevistados só um é que salientou manter uma boa relação com a família e de quem obtém apoio. Manifesta fortes sentimentos afectivos para com os filhos e para com a mãe. A família faz também parte da sua rede de sociabilidade, apesar do carácter esporádico de que são revestidos os encontros.

*Posso chegar sem dinheiro a Lisboa. Venho para cima sempre com dinheiro, porque eles ajudam-me, irmãos e irmãs.*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

Do conjunto dos testemunhos recolhidos podemos dizer que existe uma prevalência de indivíduos que não estabelece relações de proximidade afectiva, de vinculação afectiva, que se encontram mesmo sós, referindo que não têm com quem falar. A família, embora presente em alguns dos discursos, encontra-se normalmente distante. Aqueles que referem procurar outros para conviverem, assumem relações de fraca intensidade,

marcadas por sentimentos de desconfiança. São relações com pares (outros sem-abrigo ou toxicodependentes), produzidas nos contextos em que movem.

## 2.7. A percepção do tempo

O passado, o presente e o futuro na vida de qualquer pessoa e, no caso presente, na vida dos sem-abrigo ganham ou perdem sentido e importância, em conformidade com as suas vivências, com as suas trajetórias de vida, com a forma como vivem o seu estigma. Os acontecimentos ocorridos no tempo são relatados com base numa memória que não se rege propriamente por uma calendarização, mas pela existência de situações e momentos vividos com uma maior intensidade e profundidade. Assim, as distâncias que separam os diferentes eixos temporais ajustam-se em função de como os mesmos são sentidos e percebidos pelos inquiridos.

Nos indivíduos entrevistados constatámos que o passado é mais falado e realçado do que o presente e muito mais de que o futuro. O presente só se impõe pela impossibilidade de ser ultrapassado ou mesmo abolido. A incorporação de sentimentos de incapacidade e de impotência de superar um presente constrangedor, leva a que os sem-abrigo vivam enclausurados no mesmo, incapazes de delinearem um futuro que não seja a sua reprodução ou mera verbalização de um desejo.

### 2.7.1. O passado

Percebe-se uma grande mágoa nos sem-abrigo quando falam do seu passado, mágoa decorrente dos acontecimentos traumáticos, dos processos de exclusão, da falta de oportunidades. A recordação pode ser dolorosa e a tentativa de esquecer um passado desafortunado, contributivo para a situação presente, impõe-se como um mecanismo de defesa, de auto-protecção.

E – Por que é que veio para Portugal?

*e - Porquê? Porque perdi muitas coisas, para vir para Portugal, porque na nossa terra... Portugal... Por que é que vim para Portugal?.. Não quero falar senhora, eu não quero falar...[...] Família eu não vou falar... Família*

*eu não fui com elas, a não ser minha mãe, família não presta. Puxa o meu irmão, mas ele não vive lá.... eles chatearam mais para mim, do que aqui gente. Eu não quero voltar por isso, eles vão mais pior do que aqui.... do que aqui...*

(Entrevista n.º 1, H, 30 anos, Ucrânia)

*E – A sua mãe pô-la na rua?*

*e - Não queria... [...] E pôs-me na rua. [...]*

*E – Os homens abusavam de si?*

*e - Era ...*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

*E – Porquê? Vivia muito mal?*

*e - Pois eu tenho vivido mal, se não, não estava aqui. [...] Eu fui criado por aí.*

(Entrevista n.º 12, H, 64 anos, Gondomar)

*E – O senhor ainda sofre com essa situação?*

*e - (silêncio prolongado) É sempre uma recordação e a recordação que nos deixa é aquela que é prescrita e em termos do concreto e do absoluto [...] Dois (irmãos) morreram com a ataque de meningite. Ah, eu não quero estar aqui a falar, se calhar... [...] Olhe não faço nada! Do futuro não penso, do passado esqueci.*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

*E – Deve pensar muito na sua vida passada. O que é que sente?*

*e - Tristeza, tristeza e é quando me dá vontade vamos partir, quero viver! E depois viver para quê? Mas para quê?*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

*E – Costuma beber?*

*e - Beber, já bebi. Agora já deixei de beber. Bebia por motivos familiares. Como lhe disse o meu passado é muito, é um bocado grande e pesado. [...]*

*Sim, porque se não tivesse bebido na altura, talvez eu tivesse dado um passo em frente, a lutar sozinho por mim, por mim.*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

O sentimento de angústia, de mágoa decorre também da nostalgia de um passado que, por contraposição ao presente, permite dar algum sentido à vida actual, ganhando uma inegável importância. A memória dos factos, das situações, dos sentimentos, das relações afectivas, permite um processo de manutenção/aproximação a uma identidade legítima, que eventualmente servirá como contraponto à identidade negativa, ser sem-abrigo. “*O homem hodierno busca tanto filiações que lhe dêem ou devolvam o sentido da identidade. A nostalgia do privado e do secreto traduzem bem as suas fragilidades psicológicas*” (Fernandes, 1992: 75). Constatamos que um número significativo dos inquiridos fornecia, sem relutância, não só os seus dados biográficos (nome, idade, naturalidade, escolaridade), como falava, aparentemente sem quaisquer constrangimentos, das suas vidas passadas, algumas das vezes percebidas como gratificantes.

*E – Cantou com algum grupo conhecido?*

*e - Cantei. O meu irmão era guitarrista no Clave Cinco, ensinou dois rapazes, ensinou um rapaz a tocar guitarra que é o R., que é empregado nos TLP, e o falecido C., trabalhava aqui na Rua do Almada, aqui é como quem diz, trabalhava na Somúsica. [...] Já cantei, posso cantar e posso encantar. [...] Sim, em vinte e sete anos de hotelaria fui considerado o melhor empregado da cidade do Porto, por exemplo.*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

*E – Tem reforma?*

*e - ... eu vou dizer uma coisa a V. Ex.. Você é nova, pinta o cabelo, mas no governo de Salazar o homem das obras, o pescador, até o próprio empregado de mesa andava a pedir esmola. Hoje tem ordenado, quatrocentos contos por mês e come e bebe. No governo de Salazar, a senhora vinha aqui trabalhar, às vezes para receber um tostão e cara alegre que o patrão andava-a embora. Dizia que comia ... era a carne quando*

*estivesse podre, vai para o pessoal. O peixe quando cheirasse mal é que ia para o pessoal. Antes de embarcar, trabalhei muito na indústria hoteleira, mas também roubava os patrões... Também é verdade que, às vezes, em vez de meter na gaveta, também ia para o bolso. Ia para as boites, com três, quatro mulheres. Também roubava os patrões, também é verdade. Ia roubar a gorjeta, eu roubava a gaveta. ... andei, por exemplo, no Vera Cruz, no Santa Maria, em cargueiros tínhamos um bom enfermeiro, em paquetes tínhamos dois bons médicos. Eu nunca fui a bordo dos paquetes, a médico nenhum, e nos cargueiros, tanto no Benguela como no África Ocidental, nunca fui ter com o enfermeiro, graças a Deus. Conclusão, também era um homem que às seis da manhã tomava uma chávena de café com leite ou uma bolacha e, às nove da manhã, já estava a comer de garfo e bebia um copo de vinho.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

*E – Foi da força Aérea. Tem muitas histórias para contar?*

*e -Fui pára-quadista, Graças a Deus, eu mostro-lhe as fotos, que não tenho aqui, mas posso trazer-lhe agora que vou a Lisboa, pois eu faço anos no sábado.*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

### 2.7.2. O presente

Começámos por constatar nos inquiridos uma resistência em abordar o seu presente, dando respostas não raras vezes pouco claras e objectivas, principalmente no que concerne à estruturação do quotidiano. As respostas são evasivas, circulares, em torno de um quotidiano marcado pelo nada, pela rotina, pela ausência de vinculações. Traduzem normalmente um mal estar, um sofrimento interior, a ausência de um sentido para a vida.

*E – Como é que é a sua vida?*

*e - O que é que eu hei-de dizer à senhora, eu... é uma infeliz-mência.*

(Entrevista n.º 12, H, 64 anos, Gondomar)

*E - Mas poderia aderir a um outro Programa?*

*e - Mas é assim. Eu não tenho nada, não tenho interesse em nada. Se eu logo me sentar ali, embrulhado no cobertor e se não acordar mais, para mim era a mesma coisa, não tem importância.*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

*E – O que é que acha que neste contribui para se manter nesta situação? É a falta de emprego?*

*e - Sim, uma das coisas... e também agora é um bocado a minha saúde, que ela não está grande coisa, não anda assim..*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

*E – Nos outros dias passa fome?*

*e - Senhora, eu passo fome por vida, eu gosto de vida, gosto de mulheres, eu gosto de vida, entende?*

(Entrevista n.º 1, H, 30 anos, Ucrânia)

### 2.7.3. O futuro

No discurso dos sem-abrigo o futuro ou não existe ou só é referido pela manifestação de uma aspiração, mas parecendo esgotar-se na verbalização da intencionalidade. A inexistência de um futuro traduz o sentimento de inutilidade, ligado à incapacidade de superar os obstáculos presentes. Os sem-abrigo entrevistados não vivem em função de projectos, por receio, pelo sentimento ou percepção de uma incapacidade/impossibilidade de determinarem um futuro diferente. Como já o dissemos vivem em função de um quotidiano, de uma rotina diária que também se impõe pela necessidade de aquisição de meios de subsistência, face à inexistência ou precariedade de rendimentos.

*E – Como pensa sair desta situação?*

*e - Eu acho que hoje já não saio, já caiu muito para baixo que já,... tu entende... eu já não gosto de si... não gosto nada...já ... [...] O que é que resta? O que pode restar? [...] É só zangada. [...] Não, eu pode restar é só...*

(Entrevista n.º 1, H, 30 anos, Ucrânia)

*E- Então não acredita que a vida possa melhorar?*

*e -- Não é não acreditar que a vida possa mudar, que eu possa ter uma vida melhor, simplesmente não tenho interesse em nada, não há nada que eu tenha interesse, que eu diga assim, vou tentar mudar, para quê? [...] Para depois andar a sofrer... só evito o sofrimento. [...] e não quer dizer que eu não desse uma volta para uma instituição e depois ao fim de quinze dias, ou até no programa do Rui Rio, ao fim de dez dias a soro, estar ali começar a minha vida, para quê? Com que sentido? Não há nada que me interesse, D. Manuela...[...] Mas vou recuperar ou ser rejeitado e depois vou, após essa cura, como todos os outros vou voltar a meter-me na droga?*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

Com reduzida expressão obtivemos testemunhos em que foi manifestado o desejo de uma vida melhor e verbalizada a possibilidade de isso acontecer, como se o sonho se tornasse realidade.

*E – Espera um dia sair desta situação?*

*e - Se Deus quiser, acho que sim, estou, quero fazer por isso. Agora quem está nesta situação precisa de apoio psicológico, apoio moral, lição moral, uma pessoa está sempre a aprender. Só que as pessoas não sabem dar o valor, até porque eu já convidei pessoas a virem para a rua só uma semana, já não digo um ano ou dois, só uma semana, sem nada, estar sem dinheiro, sem apoio da família, sem telefone, sem nada, pegar só em cobertores, ver e dormir na rua e habituar-se ai a pedir e ...*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

*E - Acha que um dia vai sair desta vida?*

*e - Um dia se Nosso Senhor eu hei-de sair desta vida. [...] Ah; eu queria ter uma casa... abrir a porta, fechar e entrar...*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

*E –Como é que vai ser o seu futuro?*

*e - O meu futuro é grande e digo-lhe eu pensava que morri ali no hospital e estava preparado para a morte.[...] mas recuperei a saúde, uma fortuna, porque eu com a saúde ainda vou comprar um carro de castanhas, vender castanhas assadas, que eu ganho dinheiro, mas graças a isso com um bocado de recuperação da minha saúde...*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

*E – Se pudesse sair, se pudesse ter outra vida, tinha?*

*e - Se tivesse dinheiro... se tivesse dinheiro era sagradinho...*

*E – O que é que fazia?*

*e - Olhe, ía para a minha terra. Tem lá boa enxadas, umas coisas, entretinha-me nas horas livres, a semear umas couves, umas batatas, aquilo que fosse preciso, mas não estou lá. É que lá ninguém me dá nada, só pontapés. Lá cada um é como um macaco, só coça para dentro, não sabe que é assim? Pois é!*

(Entrevista n.º 7, H, 52 anos, Gerês)

*E – Associação Raiz da Vida. Já foi falar à Associação? Quando é que entra?*

*e - Não sei, quando eu quiser.[...] Ah, para a semana, para a semana. [...] Porque hoje ainda não vou. Só lá para a semana, ainda não estou a 100%, quando estiver a 100% eu vou. [...] Quando tiver a minha vida mais complicada, quando eu resolver ai uns problemas primeiro, quando azupar no corpo de uns. Depois é que vou.*

(Entrevista n.º 3, H, 23 anos, Aveiro)

Na vida dos sem-abrigo o tempo físico perde a seu significado pela imposição do tempo social (Pais, 1993). Apresentando-se o futuro como incerto ou mesmo inexistente resta aos sem-abrigo (sobre)viver num dia a dia marcado por ritmos e por rotinas bem definidas.



## 2.8. A identidade

Quando efectuámos as entrevistas aos sem-abrigo, constatámos que estes adquirem durante o dia uma particular invisibilidade (à noite é fácil o reconhecimento pelos locais de pernoita) pela sua diluição numa população que também permanece ou circula pelos mesmos espaços e que pode apresentar os mesmos indicadores exteriores. Por outro lado, a invisibilidade pode ser acentuada propositadamente pela não ostentação da condição, pela tentativa de a encobrir. Insere-se no que foi dito o que poderemos chamar do quase silêncio dos entrevistados sobre o seu tempo presente, procurando não falar do mesmo, não darem pormenores da forma como (sobre)vivem no dia a dia. Se cada indivíduo sem-abrigo tem a sua trajectória de vida, a condição em que se encontra remete-o para uma identidade percebida como negativa, para a auto-percepção da exclusão em que se encontra. A possibilidade de serem considerados e olhados como os “marginais”, como os “malandros que não querem trabalhar”, “que tiram partido da sua condição” são avaliações a que aludem e que consideram corresponder às representações sociais existentes. O peso da condição em que vivem, da identidade estigmatizada, é perceptível nos seus testemunhos.

*E – Não quer viver?*

*e - Quero, mas como gente, não é como cão.*

(Entrevista n.º 1, H, 30anos, Ucrânia)

*E – Como é que começou a consumir?*

*e – (...) Hoje isso marcou-me e marca-me. Sou signo balança, sou equilibrado, é mesmo assim, faço anos no sábado, mas é assim.*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

*E – Agora o que é que o leva a não procurá-los?*

*e – (...) Felizmente conheço-me a mim melhor do que a ninguém. Vamos supor que agora eles mandavam-me umas bocas, ou que eu apercebia-me ou até podia aperceber-me erradamente, que estavam a fazer chacota de mim e era capaz de pegar, de levar tudo à minha frente e destruir tudo lá em casa... e então eu tenho receio de tudo, receio da maneira como posso ser*

*recebido por eles, receio de mim mesmo, qualquer coisa que a senhora deve entender, a maneira como eu vivo, estou muito melindrado, está a entender?*

*E – Deve pensar muito na sua vida passada? O que é que sente?*

*e - Tristeza, tristeza e é quando me dá vontade , vamos partir, quero viver!*

*E depois viver para quê? Mas para quê?*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

*E – Esconde a situação?*

*e - Um pouco, sim... também não tenho telefonado, mandado notícias, nem carta, nem telefonado, agora no Natal não disse nada, talvez por vergonha da situação em que estou.*

(Entrevista n.º 10, H, 22 anos, Brasil)

*E - Por que é que faz isso?*

*e - É o desespero da ressaca, é mesmo o desespero, na hora não penso, mas depois arrependo-me, já é tarde não é? Eu venho de uma família pobre, mas humilde, honesta. Para além, prontos, a minha mãe sustentou-nos sozinha, mas sempre me deu educação, nunca me ensinou nada destas coisas, não é? E se faço, pronto por causa deste maldito vício. Não é que eu seja assim. Pois não sou!*

(Entrevista n.º 11, M, 34 anos, Vila Nova de Gaia)

O processo de incorporação da hetero-identidade não é passivo. Pelos testemunhos recolhidos, parece-nos poder evocar a afirmação de Bourdieu (2001 b) de que a aceitação do estigma pode ser feita de forma contestada. Os sem-abrigo assumem uma margem de manobra relativamente ao domínio da identidade imposta, ou seja, da representação social que possuem sobre essa identidade, pela contestação manifestada.

*Pensam, se calhar, que nós somos uns alcoólicos, porque eu bebo um copo, somos discriminados.*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

*.. a senhora fala das outras pessoas , eu falo em mim, porque é assim, eu sou uma pessoa, sou ferida, sou sacrificado, já roubei muito, sou muito sincero, não minto a ninguém, já roubei, já lutei pela porcaria da droga, hoje em dia estou recuperado, só que não admito que é que o nosso governo tem possibilidades e tem admissão, independentemente disso tem verbas*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

*E a pessoa olha-me com um altivez, eu vejo aquele olhar... Não sou contra a pessoa, só que para mim mesmo, gostava de te ver no meu lugar. Se eu te olhasse dessa maneira o que tu não farias. Como é que tu te sentias. Gostava de o ver sentir e eu a olhá-lo com a altivez que ele me estava a olhar. É o que penso. De resto, bom dia. [...] Prontos, como é que quer dizer, vai trabalhar, ou isto ou aquilo, por exemplo, suponho, pessoa não diz... Mas a as pessoas têm todo o direito, que ninguém é obrigado a nada, que as pessoas também trabalham, que é mesmo assim, e eu só tenho que calar-me, não tenho porque... às vezes até me dão um euro.*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

*Acho, prontos, acho que há pessoas que não sabem dar o valor, por exemplo não olham como: “Olha ali o meu filho”, parece que não têm gosto às pessoas, nem toda a gente é igual. As pessoas sabem distinguir o que é um ladrão ou um drogado, acho que agora em dia toda a gente sabe distinguir, porque estão sempre a lidar com eles na rua...*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

*Não, nunca ninguém me fez mal. [...] Eu ando sempre vestido com a camisola, agora para vender tenho que pôr o cartão e a camisola...Se passar alguém que eu esteja a descansar...não sei o pensamento das pessoas, isso não sei. [...] Olhe que aqui há uns tempos, na Póvoa de Varzim, estava lá uma senhora que eu estive mesmo para lhe dar um estalo. Mandou-me ir trabalhar, como é que você adivinhou? Pois olhe isto é mais trabalho, só que a gente passa para aqui, para ali, para aqui, para ali, e às vezes sem vender uma revista, e ainda vem essa gente a dizer que isto não é*

*trabalho. Eu ia assim com a revista na mão e disse-lhe assim: Ó minha senhora se não fosse de certo a idade que você tem, espetava-a nos olhos, isto não é trabalho? Quer-se dizer o seu é maior que o meu? Então isto não é trabalho? E depois é uma coisa do Estado. Já estou habituado a tudo. Já tenho quem me chame filho da puta, já tenho quem me chame cabrão, já tenho quem me chame quanto nome há.*

(Entrevista n.º 7, H, 52 anos, Gerês)

*Não, não dão tanto, pois as pessoas estão com mais pressa, vão mais a correr para o autocarro ou pensam que uma pessoa vai roubar e entram dentro de uma loja, pensam que uma pessoa vai roubar e eu não gosto disso, não gosto disso... porque eu tenho este aspecto, mas não tenho aspecto de ser ladrão.*

(Entrevista n.º 3, H, 23 anos, Aveiro)

Referindo-se à vulnerabilidade da população sem-abrigo, Gerald Daly (1996) fala das agressões, dos maus tratos que a mesma é alvo, e do alheamento/indiferença da opinião pública e das autoridades. Na nossa amostra encontramos dois indivíduos, uma mulher e um homem, que se referem aos maus tratos perpetrados por outros, cidadãos anónimos, e do sentimento de indefesa que possuem.

*... Agora pessoas que falam e que batam às mulheres, não, não gosto... [...] Já me fizeram, já taparam-me a boca... [...] Foi ali em baixo, ali à beira daquele café... [...] Sei lá, são gajas que não têm pena das pessoas.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

*Aconteceu que sou mal tratado. [...] Não à noite, não, mas por aí fora. Ando por um lado e por outro e sou mal tratado. [...] Essas pessoas não são de respeito, são, não são sérias, nem honestas, são pessoas... que a natureza apareceu com elas assim à deriva... [...] Eles conhecem que eles passam. Ando aí muitas vezes e eles já topam. Topam aparecer de um lado para o outro e começam a descascar. Têm raiva, não podem ver assim uma pessoa. [...] Às vezes passam, metem-se para aí e eu com o corpo com um relaxe, o*

*corpo com uma fraqueza, cheio de fraqueza, eu havia de comer pelo menos duas malgas de caldo por dia e é claro que qualquer um que diga alguma coisa, eu sou obrigado a falar, eu tenho, sou obrigado a falar.*

(Entrevista n.º 12, H, 64 anos, Gondomar)

Um dos inquiridos referiu-nos que se apresenta sujo e mal vestido para desafiar os preconceitos e estereótipos, sabendo que essa é a imagem commumente atribuída aos sem-abrigo.

*Oh senhora doutora. Eu faço de propósito para trazer a camisa suja. As pessoas gostam de ver um gajo barbeado, cabelo cortado, a camisa lavada e um homem a tomar café é aceite de outra maneira. Ah, este senhor tem a barba feita, tem a camisa lavada. Eu faço de propósito para trazer a camisa suja, barba grande, que eu é que vejo as reacções das pessoas depois, que digo, este gajo se eu trouxesse a camisa lavada e a barba feita... tratava-me com um grande respeito. Assim como vê... [...] A senhora pode estar tesa que nem um carapau, mas quando anda com o cabelo cortado e camisa lavada é aceite ali... melhor do que a mulher do Jorge Sampaio. Porquê? Porque é limpinho, ninguém sabe o que leva na carteira, se leva dinheiro ou se não leva nada, mas posso ir à casa de banho? “Faz favor”. Quero um copo de água. “Faz favor”. É aceite, porquê? Mas logo se sabem que você com esse asseio pode ter dificuldades até, sei lá, maiores ... que as minhas, vá lá.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 anos, Valença do Minho)

Constatámos que alguns dos entrevistados se identificaram pelos consumos de álcool ou de drogas, sendo essa a identidade que privilegiadamente assumem, correspondendo às interacções mais frequentes que estabelecem, às razões que presidem à manutenção da condição de sem-abrigo. Ou seja, nos seus discursos é secundarizada a identidade sem-abrigo pela valorização que atribuem às razões subjacentes à situação.

*Independentemente de ser alcoólico, que eu considero-me alcoólico [...] Eu estou junto destas pessoas alcoólicas, eu não gosto, eu gostava de estar ao*

*pé do meu querido filho... [...] ... ando a beber muito álcool, ando sempre alcoolizado...*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

*Mas eu não sou diferente dos outros toxicodependentes, noutra sentido acho-me diferente por isto, porque a droga não consegue esconder tudo, tapar tudo, por exemplo tirar, sou sensível, drogo-me, então perco a sensibilidade, perco a educação, perco o respeito. A droga é simplesmente para me tirar o sofrimento. [...] Eu ao dizer há pouco, não sou diferente dos outros toxicodependentes, estava-me a referir eu não troco uma dose de heroína por uma refeição, mas se eu estiver a precisar, mais uma hora, meia hora, se eu estiver a precisar não me adianta de eu pegar nesse dinheiro e em vez de comprar a dose, comer, não adianta. [...] Mas eles sabem que eu sou toxicodependente que eu não escondo.*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

*Sou brasileiro, sou um toxicodependente*

(Entrevista n.º 10, H, 22 anos, Brasil)

Outros sem-abrigo invocam características, contextos e práticas específicas que consideram que os distancia, que os diferencia uns dos outros. Recusam fazer parte de um todo homogêneo, visto pelo envolvimento em práticas e comportamentos marginais, que aprofundam o cunho negativo atribuído à identidade sem-abrigo.

*... mas os toxicodependentes não frequentam os locais das igrejas, é muito raro frequentar os locais da igreja. [...] Eu não desprezo tanto sejam drogados, só não me encosto a ladrões, a pessoas que roubem. Isso odeio. [...] Afasto-me e se puder martelar, martelo. [...] Martelar, dar porrada. Juntam-se dois ou três amigos meus ou quatro e uma pessoa dá uma enchente na pessoa que vê a roubar, isso é certinho. Agora dou-me bem com toda a gente. [...] É melhor uma pessoas dormir num cantinho sossegado, na rua, com quatro ou cinco cobertores do que estar no Albergue e depois está com bêbados, a maior parte são bêbados que aparecem lá e depois a gente*

*chateia-se e não está habituado àquele ambiente e cada vez fica mais... em vez de andar para a frente anda para trás e depois começa-se a habituar àquele ritmo e era um ritmo que eu levava que eu fiz a minha tropa foi sempre a beber*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

Como já referimos, os entrevistados valorizaram traços e características das identidades consideradas legítimas, realçando códigos de honra e condutas éticas e ainda fazendo a afirmação da cidadania. “*O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidades que nós temos; isso é um fato central*”(Goffman, 1982: 16).

*Tenho a minha formação. Além de ser sem-abrigo tenho a minha formação.*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

*É o sétimo, é o preparatório. Mas independentemente disso também sou uma pessoa culta. [...] É assim sou português, acima de tudo sou português.*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

*... mas Nossa Senhora de Fátima, eu tento fazer pelo menos não magoar as pessoas, não fazer mal, passa uma senhora e mete-me dez euros na mão. Nossa Senhora, prontos eu sou crente, tenho fé, agora é como eu digo, não podemos criticar as pessoas que não dão. Não insisto, tento tocar o mais possível no coração das pessoas. [...] Sou aceite pelas pessoas, porque a situação que eu vivo... sou extremamente educado com as pessoas, não porque preciso, mas já é a minha maneira de ser, já por isso a minha mentalidade é diferente de muitos outros. [...] Eu tenho paciência para as crianças.*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

*Vou lá porque ando a tirar um Curso, um Curso de Computadores*

(Entrevista n.º 4, H, 26 anos, Ovar)

*A ver se me derem, se não me derem eu não trato mal a ninguém. [...] Eu penso muito de noite. Penso na minha vida, o que é que vou fazer da minha vida. Roubar não gosto, roubar nada a ninguém. O que me derem eu aproveito, por vontade, agora eu mexer no que está quieto, não. [...] Não tenho dinheiro, não posso ir roubar.*

(Entrevista n.º 5, M, 31 anos, Porto)

*Não, não senhor. Então agradeço à senhora doutora. Arranje-me aí uns trocados que eu como uma sandes, mas aqui não. Tenho vergonha. [...] Mas oh senhora doutora... eu depois (bateu com a mão fechada na mesa) vou devolver, que eu não sirvo para chulo.*

(Entrevista n.º 6, H, 59 nos, Valença do Minho)

*E eu meteu-se-me na cabeça, primeiro ordem de despejo, põe-nos na rua, fazem-nos mal e agora para que o Programa dele tenha sucesso vai apoiar, eu... pode ser cisma, quer-se dizer ordem de despejo, põe-me na rua e agora depois de eu estar mal é que ele vai tentar que eu entre no Programa para que ele tenha sucesso, não ,não, não vou.*

(Entrevista n.º 9, H, 44 anos, Vila Nova de Gaia)

*Não, sou como Sócrates. Eu sou aquilo que nada sou. E não ando na Universidade. Eu sou como Sócrates. Eu sou o que nada sou. Dá muita martelada na tola para fazer o exame de filosofia. Dá muita coisa na tola. Eu sou aquilo que nada sou. E estavam lá os próprios cadernos. [...] Já disse! E agora vou para outro lado, sou igual a mim próprio. Por que é que sou assim? [...] Porque sou assim! [...] Fui sempre um bom rapaz, assíduo, educado. [...] A minha história não é diferente dos outros, que eu tenho que falar por mim, não vou falar de ninguém. [...] Se me virem deitado, estou deitado, se me virem sentado, estou sentado, se me virem de joelhos estou de joelhos, se me virem... coitadinho seja eu, alguém olha? [...] Há diferença e indiferença, e entre a diferença e a indiferença vai muito longe e então eu digo, assim sou igual a mim próprio. Eu sou dono de mim próprio... e nos*



*parâmetros ao longo da nossa vida, ao longo do nosso caminho temos que ser iguais a nós próprios. [...] Nós temos que ser mestres de nós próprios.*

(Entrevista n.º 8, H, 45 anos, Bragança)

*Tenho o direito de estar a viver no Porto, onde quero, tenho o direito a manter a minha posição social seja aqui ou lá em baixo em Lisboa, portanto ninguém me pode tirar de lado nenhum.*

(Entrevista n.º 2, H, 34 anos, Lisboa)

Os sem-abrigo procuram distanciar-se da identidade estigmatizada, da identidade social, pela evidência de traços e características de uma identidade legítima, pela valorização das suas trajectórias de vida, pela descrição acautelada do quotidiano e da forma como o estruturam, das relações de sociabilidade que estabelecem, pelos valores éticos que defendem ou ainda pela afirmação do exercício de cidadania. A identidade atribuída não esgota, nem cativa a auto identidade de cada sem-abrigo. Os processos de desqualificação pessoal (hetero-atribuídos) colidem com princípios éticos, com valores, que são ao longo das entrevistas por diversas vezes (re)afirmados como orientadores das suas condutas.

## 2.9. Em síntese...

Efectuámos entrevistas a dez homens e a duas mulheres sem-abrigo, com idades que variam entre os 22 e os 64 anos de idade, sendo a maior parte solteiros. São privilegiadamente oriundos de fora do distrito do Porto e, com excepção de três entrevistados, possuem uma baixa ou nula escolaridade. Nas suas trajectórias de vida verificam-se rupturas com a família, com o trabalho, com as tradicionais redes de sociabilidade. Existem diversos factores despoletadores da situação de sem-abrigo, como seja a toxicodependência, a prisão, o afastamento familiar, os problema de saúde, a perda ou a precariedade de emprego, as baixas reformas e a perda da habitação. A maior parte dos inquiridos vive há bastante tempo em contexto de rua, cinco deles há mais de 5 e menos de 10 anos, um outro há mais de 15 anos e ainda um que praticamente sempre viveu na rua. Pernoitam em diferentes locais, como as entradas de prédios, debaixo de arcadas, quartos de pensões, casas abandonadas e urgências de

hospitais. Um deles, que se assume como toxicod dependente, refere pernoitar onde calha, podendo ser o espaço abrigado de um multibanco. O quotidiano dos inquiridos é marcado por rotinas, por horas de levantar e deitar, pelos locais públicos a percorrer, pelo recurso às instituições, pelas necessidades de consumo de estupefacientes. Para sobreviverem recorrem a diferentes estratégias, que passam pela mendicidade, pela exposição pública da condição e dos próprios corpos, pelo desempenho de pequenos trabalhos informais, pela utilização de bens e serviços gratuitos, pelo apoio das instituições. São pessoas fragilizadas nas interações sociais, vivendo muito sós, predominando a ausência de vínculos familiares. O contacto com as instituições e com outros indivíduos que vivenciam a mesma situação é frágil e de fraca intensidade. Encarando com uma grande angústia o momento presente, refugiam-se num passado lembrado por vivências de acontecimentos e factos gratificantes, que os remete para processos de identificação positiva. Mas também há um passado recordado de forma dolorosa pelo registo de acontecimentos traumatizantes, por processos de exclusão. O tempo futuro não é mais que a reprodução do presente e, como tal, é um tempo banido nos discursos produzidos. Os entrevistados consideram que o *sem-abrigo* é associado a uma identidade estigmatizada, existindo uma auto-percepção da exclusão em que se encontram e da imagem social negativa que essa condição acarreta. E, se verificámos que podem tirar “proveito” dessa identidade, pela ostentação da sua condição, constatámos, ainda, que procuram evidenciar percursos e traços de uma identidade legítima. Os inquiridos não estão na condição por uma escolha ou por convicção. Nenhum deles manifestou bem-estar ou tranquilidade por ser sem-abrigo.

## VI. REFLEXÕES FINAIS

Ao longo do trabalho empírico, tentámos aceder ao mundo interior de indivíduos sem-abrigo. Procurámos, através dos seus testemunhos, contribuir para um melhor conhecimento da sua realidade, das suas vivências, dos seus sentires, dos seus pensamentos e das suas crenças. Pretendemos fazer uma abordagem onde se desse ênfase ao ponto de vista dos próprios indivíduos sem-abrigo. Não procurámos uma representação estatística, nem resultados mensuráveis. Optámos pelo aprofundamento das temáticas analisadas de modo a evitar simplificações abusivas e reduções a evidências fáceis. Tivemos como primeira preocupação a obtenção do consentimento dos indivíduos entrevistados, não obstante nos questionarmos sobre até que ponto a “intrusão consentida” não interferiu com a privacidade, com a intimidade e mesmo com a identidade dos inquiridos, pela inevitabilidade de se induzirem respostas num contexto de disparidade social.

Despojados de bens materiais, maioritariamente associados a processos desqualificantes como o insucesso escolar, o abandono precoce da escola, a integração precoce e precária no mundo do trabalho, a sujeição a processos laborais desqualificados pelo (ab)uso da força manual, o desemprego de longa duração, as rupturas familiares e afectivas, a presença de hábitos alcoólicos e toxicodependentes, os inquiridos são simultaneamente tolerados e relegados pelos outros que os rodeiam. “*Hoje em dia, a maior parte das vezes em que se fala de pobreza ou exclusão, tem-se em mente a situação dos sem-abrigo*” (Costa, 1998: 80).

Ser-se sem-abrigo acarreta, para além de uma dimensão objectiva, o peso do estigma social de uma visibilidade incómoda. Vivenciam estes sem-abrigo um *percurso descendente*, (Gonçalves, 1994: 142), manifesto numa avaliação ou interiorização negativa da sua actual situação. O processo de identificação é um processo construído por interacções sociais recentes nos trajectos de vida dos indivíduos. As referências identitárias dos inquiridos manifestam-se, tal como o afirma Paula Guerra (1992), no

dia a dia, na repetitividade dos seus actos, na ocupação que fazem do espaço, na forma como vivem o tempo. A *ritualização quotidiana* (Guerra, 1992), concede a possibilidade da transmissão de segurança, de protecção contra o desconhecido, de uma forma de contornar as incertezas ou mesmo a percepção da ausência de um futuro. Esta ritualização ganha tanto mais importância, por se tratarem de pessoas sós, que foram perdendo ao longo da vida, principalmente desde que se encontram na situação de sem-abrigo, as suas tradicionais referências identitárias e que se vêem incapacitadas de reivindicar os seus direitos, de exercerem os seus direitos de cidadania.

A investigação científica sobre a problemática dos sem-abrigo, como já vimos, é muito recente no nosso país. Procurámos, com este trabalho, dar um pequeno contributo para o conhecimento desta população, tendo consciência que muitas temáticas ficam ainda por aprofundar, senão mesmo por serem analisadas. Neste enquadramento, consideramos que se poderão privilegiar questões de género, questões relacionadas com os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher. Numa sociedade em que a família ocupa um lugar de destaque e de reconhecida importância na socialização dos seus elementos, onde são definidos em primeira instância os papéis sociais em função do género, cabendo ainda à mulher o papel principal de orientação e de organização das tarefas domésticas, onde se inclui os cuidados a dependentes (crianças e idosos), poder-se-à questionar se é no seio das famílias que se encontrarão as razões subjacentes ao número inferior de mulheres na situação de sem-abrigo relativamente aos homens.

Numa outra linha de análise, consideramos que uma das questões que poderá e deverá ser analisada com maior acuidade é a relação entre o tempo de permanência na situação de sem-abrigo e as hipóteses de superação da mesma, cruzando diferentes eixos de investigação que vão desde uma avaliação macro, condições reais que a sociedade poderá e deverá proporcionar para colmatar situações de insolvência económica, passando pelo papel das instituições (reforço da situação ou autonomização dos indivíduos sem-abrigo), até ao nível micro, relacionado com condições pessoais, com atitudes e comportamentos de adaptação/acomodação à situação de sem-abrigo.

No livro de Bento e Barreto (2002) os sem-abrigo são abordados sob o prisma da ausência do amor nas suas vidas, sabendo que o mesmo só existe na e pela interacção social, nomeadamente “*quando envolve o reconhecimento e o interesse pela outra pessoa na individualidade própria*” (Bento e Barreto, 2002: 243). A este propósito recordamos um registo que efectuámos no nosso Diário de Campo.

*Dia 8 de Outubro de 2004 – 14 H – Jardim da Trindade.*

*Estava sentada num banco, estava sozinha. Não pedia. Estava com a cabeça ligeiramente inclinada para o chão. No final da entrevista dei-lhe algum dinheiro. Aceitou, pois tinha dito que ainda não tinha comido. Perguntei-lhe se queria que lhe tirasse uma fotografia. Manifestou contentamento e arranjou-se para a fotografia. Fiquei de lha entregar. Fiquei ainda de lhe levar alguma roupa. Tinha ficado admirada com o gravador, parecia que nunca tinha visto um gravador. Deixei-a ouvir a sua voz gravada, ficou admirada, espantada, como uma criança.*

Fechados no silêncio, os sem-abrigo vivem a (in)certeza de uma vida esquecida ou a esquecer, de uma vida intransponível e parada no tempo. Silêncio sentido e vivido ou silêncio atribuído? Ou ainda silêncios, múltiplos silêncios, um muro de incomunicabilidades que os fecha e os reduz a um mundo interior, a uma dor secreta feita de solidão.

BIBLIOGRAFIA E SÍTIOS CONSULTADOS

ALMEIDA, João Ferreira de, CAPUCHA, Luís Antunes, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, NICOLAU, Isabel, REIS, Elizabeth (1992), *Exclusão Social, Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

ALVES, Sandra Cristina Nunes (1996), “Os Sem-abrigo: (sobre)vivências de rua”, Capítulo I Enquadramento, in CARMO, Hermano (coord.) *Exclusão Social, Rotas de Intervenção*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Inst. Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 23-118.

ANDERSON, Nels, SCHWART, Olive (1993), *Le hobo, sociologie du sans-abri*, suivi de l’empirisme irréductible, Paris, Ed. Nathan. (Publicado originalmente em 1923 pela Universidade de Chicago).

ANDERSON, Isobel, CHRISTIAN, Julie (2003), “Causes of Homelessness in the UK: A Dynamic Analysis”, in *Journal of Community & Applied Social Psychology*, vol. 3, n.º 2, West Sussex, UK, Ed. Wiley, pp. 105- 117.

ANDERSON, Isobel (2003), “Synthesizing Homelessness Research: Trends, Lessons and Prospects”, in *Journal of Community & Applied Social Psychology*, vol. 3, n.º 2, West Sussex, UK, Ed. Wiley, pp.197-205.

AUGÉ, Marc (1994), *Não-Lugares, Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Lisboa, Bertrand Editora, Lda.

AVRAMOV, Dragana (1996), *La main Invisible du Marché du Logement. Etude des effets des changements du marché du logement sur les sans-abri dans l’Union Européenne*, Bruxelles, FEANTSA.

AVRAMOV, Dragana (1998), *Les Jeunes Sans-Abri dans l’Union Européenne*, Bruxelles, FEANTSA.

BAGANHA, Maria Ioannis (2001), “A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal”, in SANTOS, Boaventura de Sousa, (org.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp. 135-159.

BAPTISTA, Isabel (1997), “Os sem-abrigo no imaginário institucional”, in BARROS Carlos. P. e SANTOS, J. C. Gomes (Coords) *A Habitação e a Reinserção Social em Portugal*, Lisboa, Editora Vulgata, pp.185-195.

BAPTISTA, Isabel, PERISTA, Heloisa, REIS, Ana Luísa (1995), *A pobreza no Porto: Representações Sociais e Práticas Institucionais*, Porto, Cadernos REAPN.

BAPTISTA, Isabel, COSTA, Alfredo Bruto da (2001 a), “La femme et le sans-abrisme au Portugal”, in EDGAR, Bill, DOHERTY, Joe *La Femme Sans-Abri en Europe. Parcours, Services et Expériences*, Bristol, R.U., Policy Press, pp 59-72.

BAPTISTA, Isabel, COSTA, Alfredo Bruto da (2001 b), *Access to Housing: Working together to prevent homelessness among disadvantaged and vulnerable groups*, European Observatory on Homelessness National Report 2000 – 2001, Portugal, Bruxelles, FEANTSA.

BAPTISTA, Isabel (2002), “Percursos de marginalização extrema: o individual e o social revisitados”, in *A Pobreza em Foco*, n.º 28, REDITEIA, Lisboa, REAPN.

BARROS, Carlos Pestana (1997), “Os Sem-Abrigo: Uma Análise da Literatura Económica”, in BARROS, Carlos. P e SANTOS, J. C. Gomes (Coords) *A Habitação e a Reinserção Social em Portugal*, Lisboa, Editora Vulgata, pp. 169-183.

BASTOS, Susana Pereira (1997), *O Estado Novo e os Seus Vadios. Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da Sua Repressão*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

BECKER, Howard S. (1985), *Outsiders, Études de sociologie de la déviance*, Paris, Éditions A.-M. Métailié.

BENAMOUZIG, Daniel (1998), “Des mots pour le dire : exclusion et précarité, catégories d’action publique”, in LEBAS, Jacques, CHAUVIN, Pierre, *Précarité et Santé*, Paris, Edição Flammarion, pp. 23- 32.

BENTO, António (2000 a), “O doente esquizofrénico que vive na rua: tratamento impossível?”, in *Psicologia*, vol. XIV, n.º 1, Lisboa, Celta Editora, pp. 83-90.

BENTO, António (2000 b), “As Patologias dos sem-abrigo e os psiquiatras. Tratamento impossível, para uma profissão impossível”, in *Psiquiatria na Prática Médica*, vol. 13, n.º 4, pp. 139-148.

BENTO, António (2001), “Os Sem-Amor na era da exclusão”, in *Psiquiatria na Prática Médica*, vol. 14, n.º 2, pp. 53-59.

BENTO, António, BARRETO, Elias (2002), *Sem-Amor, Sem-Abrigo*, Lisboa, Climepsi Editores.

BOURDIEU, Pierre (1998), *Contrafogos*, Oeiras, Celta Editora.

BOURDIEU, Pierre (2001 a), *Contrafogos 2, Por um Movimento Social Europeu*, Oeiras, Celta Editora.

BOURDIEU, Pierre (2001 b), *O Poder Simbólico*, 4ª edição, Lisboa, DIFEL, Difusão Editorial.

BOURDIEU, Pierre [coord.] (2001 c), *A Miséria do Mundo*, 4ª edição, Petrópolis, Editora Vozes.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA [org.] (1995), *Workshop Os Sem-Abrigo em Lisboa*, Departamento de Acção Social.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA [org.] (2000), *Encontro a Cidade das pessoas, Redes Sociais para a Acção*, Lisboa, Departamento de Acção Social.

CAPUCHA, Luís Manuel Antunes (1993), “Pobres mas Vivos”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, vol. II, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, Fragmentos, pp. 320-324.

CARAPINHEIRO, Graça (2001) “A Globalização do risco Social”, in SANTOS, Boaventura Sousa (org.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp. 197-229.

CARMO, Hermano, FERREIRA, M. Malheiro (1998), *Metodologia da Investigação, Guia para auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta.

CASTLES, Stephen (2000), “Underclass or Exclusion: Social Citizenship for Ethnic Minorities”, in Ellie Vasta (org.), *Citizenship, Community and Democracy*, London: Macmillan Press, pp. 23-41.

CASTRO, José Luís dos Santos (1997), *Socialização das Crianças de Rua e Lógicas de Intervenção das Redes de Suporte Social*, Gabinete de Estudos Jurídicos Sociais do Centro de Estudos Judiciários, Lisboa.

CÁTEDRA, Maria (1992), “Prólogo”, in RABINOW, Paul, *Reflexiones sobre un Trabajo de Campo en Marruecos*, Madrid, Ediciones Júcar.

COSTA, Alfredo Bruto da, BAPTISTA, Isabel, REIS, Ana Luzia (1995), *A Pobreza no Porto: Representações Sociais e Práticas Institucionais*, Porto, Cadernos REAPN.

COSTA, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Cadernos Democráticos, Gradiva, Publicações Lda.

COSTA, Alfredo Bruto da, BAPTISTA, Isabel, RASGADO, Sofia (1999), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: A Área Metropolitana do Porto*, Lisboa, CESIS.

COSTA, Alfredo Bruto da, BAPTISTA, Isabel (2001), *Access to Housing: Working Together to Prevent Homelessness among Disadvantaged and Vulnerable Groups*, European Observatory on Homelessness National Report 2000-2001, Portugal, FEANTSA.

COSTA, Alfredo Bruto da, BAPTISTA, Isabel (2002), *Migrações e os sem-abrigo*, Observatório Europeu sobre os sem-abrigo, 2001-2002, Portugal, FEANTSA.



CRISTIAN; Julie, ABRAMS, Dominic (2003), “The Effects of Social Identification, Norms and Attitudes on Use of Outreach Services by Homeless People”, in *Journal of Community & Applied Social Psychology*, vol. 3, n.º 2, West Sussex, UK, Ed. Wiley, pp. 138-157.

CUCHE, Denys (1996), *La notion de culture dans les sciences sociales*, Paris, Editions La Decouverte.

DALY, Gerald (1996), *Homeless, Policies, strategies, and lives on the street*, London and New York, Routledge.

DAMON, Julien, FIRDION, Jean-Marie (1996), “Vivre dans la rue : la question SDF”, in PAUGAM, Serge, *L' exclusion, l' état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 374-386.

DUBAR, Claude (1996), “Socialisation et processus”, in PAUGAM, Serge, *L' exclusion, l' état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp.111-119.

EDGAR, Bill, DOHERTY, Joe, MINA-COULL, Amy (1999), *Services aux Sans-Abri, Innovations et changements au sein de l'Union Européenne*, Bristol, R.U., Policy Press.

EDGAR, Bill, DOHERTY, Joe (2001), *La Femme Sans-Abri en Europe. Parcours, Services et Expériences*, Bristol, R.U., Policy Press.

ELIAS, Norbert (2004), *A Sociedade dos Indivíduos*, 2ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

EVANS, Angela (1999), “Rationing device or passport to social housing? The operation of the homelessness legislation in Britain in the 1990s”, in HUTSON, Susan, CLAPHAM, David, *HOMELESSNESS, Public Policies and, London Private Troubles*, UK, Continuum, London and New York, pp. 133-154.

FEANTSA (org.) (2001), *Promover a Inclusão Social através do acesso à Habitação*, Bruxelas, Federação Europeia de Associações Nacionais que trabalham com os Sem-Abrigo.

FIGUEIRA, Alexandra (2001), “A exclusão Social”, in *Psicologia e Justiça*, Sub-judice, n.º 22/23, Coimbra.

FISCHER, Gustave-N (s/d), *Psicologia Social do Ambiente*, Lisboa, Instituto Piaget.

FERNANDES, António Teixeira (1992), “Espaço Social e suas representações”, in *Sociologia*, vol.2, Porto, Faculdade de Letras, UP, pp. 61-99.

FERNANDES, António Teixeira (2000), “Desigualdades e representações sociais”, in *Sociologia*, vol. 10, Porto, Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras, UP, pp. 203-214.

FRANCQ, Bernard (2002/03), “Les sans-abri entre égalité et différence : action collective et pratiques novatrices”, in *Recherches Sociologiques, - Espace et mobilité*, n.º 33, France, pp. 79-98.

FRANKLIN, Brigdget J. (1999), “More than community care: supporting the transition from homelessness to home”, in HUTSON, Susan, CLAPHAM, David, *Homelessness, Public Policies and, London Private Troubles*, UK, Continuum, London and New York.

GHIGLIONE, Rodolphe, MATALON, Benjamin (2001), *O Inquérito. Teoria e Prática*, 4ª edição, Oeiras, Celta Editora.

GIDDENS, Anthony (2001), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Celta editora, Oeiras.

GOFFMAN, Erving (1982), *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

GOFFMAN, Erving (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Santa Maria da Feira, Relógio D'Água.

GONÇALVES, Helena Seita (1994), “Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 16, Lisboa, Departamento de Sociologia, ISCTE, pp. 135-149.

GRACIANO, Maria Stela (1999), *Pedagogia Social de Rua*, 2ª edição, Instituto Paulo Freire, Editora Cortez.

GROS, Marielle Christine (1998), *Espaço residencial e modo de vida. Contributos da sociologia para a reabilitação de uma área urbana degradada*, Tese de Doutoramento, Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.

GUERRA Paula M. (1992), “Tecido Urbano Actual: - Continuidade ou descontinuidade?”, in *Sociologia*, vol. 2, Revista da Faculdade de Letras, Universidade do Porto, pp. 145-175.

GUERRA; Isabel, CHITAS, Hironidina (1998), *Programa de Inserção: Reflexões Metodológicas*, Lisboa, Comissão Nacional do Rendimento Mínimo.

HALL, Stuart (2002), *A identidade cultural na pós-modernidade*, 7ª edição, Rio de Janeiro, Brasil, DP&A Editora.

HALL, Tom (2003), *Beter Times than this, Youth Homelessness in Britain*, London, Pluto Press.

HASSIN, Jacques (1998), “État de santé et prise en charge des populations sans domicile fixe à Paris”, in LEBAS, Jacques, CHAUVIN, Pierre, *Précarité et Santé*, Paris, Edição Flammarion, pp.107-118.

HERPIN, Nicolas (1982), *A Sociologia Americana, Escolas, Problemáticas e Práticas*, Porto, Edições Afrontamento.

HERZLICH, Claudine (1996), *Santé et Maladie, analyse d'une représentation sociale*, Paris, Éditions de l'école des hautes études en sciences sociales.

HESPANHA, Pedro (2001), "Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social", in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp. 163-196.

HESPANHA, Pedro, CARAPINHEIRO, Graça (2002), *Risco Social e Incerteza. Pode o Estado Social recuar mais?*, Porto, Edições Afrontamento.

HUTSON, Susan, CLAPHAM, David (1999), *HOMELESSNESS, Public Policies and Private Troubles*, London, UK, Continuum, London and New York.

KAUFMAN, Jean-Claude (2004), *L'invention de soi. Une théorie de l'identité*, Collection Individu et Société, France, Edition Arman Colin.

LABERGE, Danielle (2000), *L'Errance Urbaine*, Publications du Collectif de Recherche sur L'itinérance, Quebec, Éditions Multimondes.

LEBAS, Jacques, CHAUVIN, Pierre (1998), *Précarité et Santé*, Paris, Flammarion.

LESSARD, Hebert, M., Govette, G. H. Boutin (1997), *La Recherche Qualitative. Fondements et Pratiques*, Paris, De Bocck

LOPES, Angelina, ARMANDINA, Heleno [coord.] (2002), *A Pobreza em Foco*, n.º 28, REDITEIA, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza.

LOPES, Angelina, ARMANDINA, Heleno [coord.] (2003 a), *O Combate à Pobreza ao Nível Local*, n.º 30, REDITEIA, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza.

LOPES, Angelina, ARMANDINA, Heleno [coord.] (2003 b), *Plano Nacional de Acção para a Inclusão*, 2003-2005, REDITEIA, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza.

LYON-CALLO, Vincent (2000), "Medicalizing Homelessness : The Production of Self-Blame and self-Governing within Homeless Shelters", in *Medical Anthropology Quarterly*, 14(3), American Anthropological Association, pp. 328-345.

MANNONI, Pierre (1998), *Les représentations sociales*, Paris, PUF.

MADEIRA, Maria Joaquina (1994), "Abordagem das políticas nacionais – Projecções e Tendências", in *Os Sem-Abrigo na Europa Comunitária - Políticas e Realidades*, Jornadas do Instituto de Serviço Social, Lisboa.

MAGNET, Myron (2001), *Paradigma Urbano. As cidades do Novo Milénio*, Lisboa, Quetzal Editores.

MAALOUF, Amin (2002), *As Identidades Assassinas*, Viseu, Edições DIFEL.

MARCHAND, Gilles (2003), “Qui sont les sans domicile fixe?”, in *Échos des Recherches*, Sciences Humaines, n.º 134, pp. 8-9.

MARTELLI, Alessandro, TAGLIAVENTI, Maria Teresa; ZURLA, Paolo (1999), “Piazza Grande’s laboratories” *between work and social action*, Milano, Italy, Edição Franco Angeli.

MEMMI, Dominique (2002), *L’Affichage du Corporel Comme ruse du faible: Les SDF Parisiens*, Cahiers internationaux de Sociologie, vol. CXIII, Paris, pp. 213-232.

MONREAL, Pilar (1996), *Antropología y Pobreza Urbana*, Madrid, Edição Los Libros de la Contarat.

MOSCOVICI, Serge (1976), “La representation sociale : un concept perdu” in *La psychanalyse son image et son public*, 2ª edição, Paris, PUF, pp.39-79.

MOSCOVICI, Serge (1996), “Prefácio” in Claudine Hertzlich (1996), *Santé et Maladie, analyse d’une représentation sociale*, Paris, Éditions de l’école des hautes études en sciences sociales.

MOTA, Francisco Teixeira da (1995), “O Direito dos Sem-Abrigo”, in Câmara Municipal de Lisboa [org.] (1995), *Workshop Os Sem-Abrigo em Lisboa*, Departamento de Acção Social.

MOURA, Leonel (2000), *Os Homens Lixo*, Lisboa, LxXL – Edições.

MUÑOZ, M., VÁSQUEZ, J.J., GUIADO, A. B., CRESPO, M (2002), “Procedimientos de Muestreo Representativo de las Personas Sin Hogar (PSH), Avance de un estudio descriptivo en Madrid”, in *Revista Internacional de Sociologia (RIS)*, Tercera Época, n.º 32, Madrid, pp. 155-180.

NETO, Felix (1998), *Psicologia Social*, vol. I, Lisboa, Universidade Aberta.

NUNES, João Arriscado (1994), “Os Espaços e os Tempos da Cultura e da(s) Identidades”, in *Poder Local e Desenvolvimento Regional, Encontros da Ruralidade – Da Pré-Modernidade à Pós-Modernidade*, Arouca, Finisterra – Associação Cultural de Arouca, pp.57-63.

PAIS, José Machado (1993), “A contextualização sociológica pela via do quotidiano”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, vol. II, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, Fragmentos, pp. 519-531.

- PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates*, Porto, Ambar Editora.
- PARIZOT, Isabelle (1998), “Trajectoires sociales et modes de relation aux structures sanitaires”, in LEBAS, Jacques, CHAUVIN, Pierre, *Précarité et Santé*, Paris, Edição Flammarion, pp. 33-43.
- PARIZOT, Isabelle (2003), *Soigner les exclus*, Le Lien Social, PUF, Paris
- PAUGAM, Serge (1991), *La Disqualification Sociale - essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, Ed. Presses Universitaires de France.
- PAUGAM, Serge [org.] (1996), *L'exclusion, l'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- PEREIRA, Álvaro, SILVA, Delta Sousa e (1999), *Os sem-abrigo da cidade de Lisboa, Riscos de viver (n) a cidade*, Lisboa, Gabinete de Ecologia Social do Departamento de Edifícios, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- PEREIRA, Álvaro, BARRETO, Pedro, FERNANDES, Gisela (2000), *Análise Longitudinal dos sem-abrigo em Lisboa, a situação em 2000*, Lisboa, Gabinete de Ecologia Social do Departamento de Edifícios, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- PEREIRA, Clemente Silva (1992), *No rasto dos sem-abrigo: negócio ou necessidade*, Lisboa – Acção Social, 1, n.º 0.
- PEREIRA, Micael (1994), “Especificidades da situação dos sem-abrigo em Portugal”, in *Os Sem Abrigo na Europa Comunitária - Políticas e Realidades*, Jornadas do Instituto Superior de Serviço Social, Lisboa.
- PIMENTA, Manuel (1992), *Os Sem-Abrigo na cidade de Lisboa*, Colecção Cáritas, n.º 14, Lisboa, Editores Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- PINTO, José Madureira (1991), “Considerações sobre a Produção Social da Identidade”, in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, n.º 32, Coimbra, pp. 217-231.
- PINTO, M. da Conceição Paninho (1997), *Projectos para crianças em situação de rua em Portugal e no Brasil*, Lisboa, Universidade Aberta.
- PLEASE, Nicholas, QUILGARS, Deborah (2003), “Led Rather Than Leading? Research on Homelessness in Britain”, in *Journal of Community & Applied Social Psychology*, vol. 13, n.º 2, West Sussex, UK, John Wiley and Sons Ltd, pp. 187-196.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2ª edição, Lisboa, Edições Gradiva.
- RAMOS, Susana (2001), A Importância das casa de acolhimento no território da violência conjugal. Sub-judice, Coimbra N 22/23.

REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA/PORTUGAL (2002), *2003–Ano Europeu das Pessoas com Deficiência*, n.º 29, Porto, Edição REAPN.

RIBEIRO, José da Silva [org.] (2003), *Métodos e Técnicas de investigação em Antropologia*, Lisboa, Universidade Aberta.

RIO, Anabela Sousa (1997), “Os Sem-Abrigo em Lisboa: Caracterização e Conceptualização” in Barros, Carlos. P e Santos, J. C. Gomes ( coords) *A Habitação e a Reinserção Social em Portugal*, Lisboa, Editora Vulgata, pp. 197-229.

RODRIGUES, Fernanda (2002), “Assistência Social: Uma política reticente em tempo de globalização”, in HESPANHA, Pedro, CARAPINHEIRO Graça (orgs.), *Pode o Estado Recuar Mais?*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp. 263-300.

SAMPAIO, Daniel (2002) “Apresentação”, in BENTO, António, BARRETO, Elias, *Sem-Amor, Sem-Abrigo*, Lisboa, Climepsi Editores, pp 11-12.

SANTOS, Ana Teresa (2000), “Os sem-abrigo em Lisboa” in VAZ, Maria João, RELVAS, Eunice, PINHEIRO, Nuno, *Exclusão na História*, Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social, Oeiras, Celta Editora.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1992), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, 2ª Edição, Porto, Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), “Os Processos da Globalização”, in SANTOS, Boaventura Sousa (org.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp. 31-106.

SANTOS, Boaventura de Sousa, FERREIRA, Silvia (2002), “A reforma do Estado-Providência entre globalizações flutuantes”, in HESPANHA, Pedro, CARAPINHEIRO, Graça, *Risco Social e Incerteza. Pode o Estado Social recuar mais?*, Porto, Edições Afrontamento.

SEBASTIÃO, João (1998), *Crianças de rua. Modos de vida Marginais na cidade de Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.

SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira [orgs.] (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.

SILVA, Luísa Ferreira da [org.] (2001), *Acção Social na Área da Família*, Lisboa, Universidade Aberta.

SILVA, Luísa Ferreira da (2002), *Promoção da Saúde*, Lisboa, Universidade Aberta.

SILVA, Manuela (1999), *Pobreza e Exclusão em Portugal – a investigação em Portugal (1975-1999)*, Lisboa, CESIS.

SILVA, Maria Teresa Denis da (1996), *As Organizações da sociedade civil face aos “sem-abrigo” : o caso de Lisboa*, Tese de Mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

SNOW, David A., ANDERSON, Leon (1998), *Desafortunatos: Um Estudo sobre o Povo da Rua*, Petrópolis, Editora Vozes.

SNOW, David A., MULCAHY, Michael (2001), “Space, Politics, and the Survival Strategies of the Homeless”, in *Advancing The Research Agenda on Homelessness: Politics and Realities*, American Behavioral Scientist, vol. 45, number 1, USA, Sage Publications, pp. 149-169.

SOBRAL, José Manuel (1995), “Memórias e identidades sociais – dados de um estudo de caso num espaço rural”, in *Análise Social*, vol. XXX, (131-132), Lisboa, ICSUL, pp. 289-313.

SOMERVILLE, Peter (1999), “The making and unmaking of homelessness legislation”, in HUTSON, Susan, CLAPHAM, David, *HOMELESSNESS, Public Policies and Private Troubles*, London, UK, Continuum, London and New York, pp. 29-57.

SOUSA, António Monteiro de (1999), *Rede Social, suporte social e situação de sem-abrigo em toxicodependentes*. Tese de Mestrado em Saúde Pública, Lisboa, Universidade Nova.

SOUSA, Fernando M.V. de, ALMEIDA, Sandra M. de (2001), “E se perguntássemos aos sem-abrigo?! Satisfação e necessidades percebidas face aos serviços, num abrigo de Lisboa”, in *Análise Psicológica*, Lisboa, n.º 2, pp.299-312.

TAYLOR; Charles (1994), “A política de Reconhecimento”, in *Multiculturalismo: Examinando a Política de Reconhecimento*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 45-99.

TAVARES, Paula M. Guerra (2002), *A cidade na encruzilhada do urbano – Algumas modalidades de relação de um estudo de caso acerca do processo da recomposição espacial e social do tecido urbano portuense na década de 90*, Tese de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Letras do Porto.

TORRRES, A. C., WANDSCHNEIDER, M., SOUSA, P. S. e, (1993), “Pobres: Modos de Ser e de Parecer”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, vol. II, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, Fragmentos, pp. 325-339.

TOSCANO, Maria de Fátima C. (1993), “Dimensões Sociocêntricas dos Estudos Sociais em Torno dos Grupos Pobres”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, vol. II, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, Fragmentos, pp. 303-319.

WACQUANT, Loic (2000), *As Prisões de Miséria*, Oeiras, Celta Editora,.

XIBERRAS, Martine (s/d), *As Teorias da Exclusão. Para uma Construção do Imaginário do Desvio*, Lisboa, Edições Instituto Piaget.

[www.unites.yqam.ca/CRI/publications/index.html](http://www.unites.yqam.ca/CRI/publications/index.html)

[www.gouv.fr/htm/pointsur/errance/biblio.pdf](http://www.gouv.fr/htm/pointsur/errance/biblio.pdf)

[www.feantsa.org/obs/access\\_to\\_housing\\_transnat.htm](http://www.feantsa.org/obs/access_to_housing_transnat.htm)